

Marcos Antonio Rehder Batista

“As consequências previstas e não antecipadas da ação na análise funcional dos grupos de Robert K. Merton”

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa

CJ
R3048

Marcos Antonio Rehder Batista

As consequências previstas e não antecipadas da ação na análise funcional dos grupos de Robert K. Merton

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/03/2010.

2010

BANCA

Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa (Orientadora)

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo (titular interno)

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira (titular externo)

MARÇO / 2010

Resumo

O presente trabalho é estudo sobre a revisão feita por Robert K. Merton da análise funcional clássica, tomando por base a leitura e crítica sobre o sociólogo norte-americano feita por Anthony Giddens. Tentou-se responder os principais questionamentos apresentados pelo sociólogo britânico e demonstrar-se que a distinção entre funções manifestas e latentes pode superar o problema do papel do ator na mudança social. Um outro objetivo foi extrair da teoria dos grupos de referência a forma com que um líder rearranja os conflitos entre grupos para conseguir poder.

Abstract

This present work is a study about the Robert K Merton's revision of the classical functional analysis, using the lecture and critic writhed by Anthony Giddens about this American sociologist. It's try to answer mains questions asked from the british sociologist and demonstrate in the distinction manifest and lantent function can overcame the trouble of the actor role in the social change. One other subject is extract from theory of reference group the way that a leader organizes the conflict between groups to give power.

Agradecimentos

Antes de qualquer agradecimento, quero registrar meu débito para com minha família: Vera, minha mãe, meus irmãos Milena e Murillo, e meu pai, que a dez anos não está mais aqui para me apoiar. Minha mulher, Anna, que assistiu pela primeira vez em lugar de honra o quanto é perturbadora a vida científica, cheia de lágrimas e momentos de histeria; ela viu com uma pessoa pode, por alguns meses, simplesmente mergulhar em um mundo tão distante do que acontece da porta de casa para fora.

Agradeço demais a minha orientadora, Gilda Gouvêa, que apostou comigo em um tema tão fora das principais discussões sociológicas das ciências sociais nos dias de hoje. Apostou, esperou, aconselhou, e espero que tenha tido ao menos satisfação com os resultados da pesquisa.

Quanto à banca avaliadora, os professores Rubem Murilo e Lucia ofereceram bem mais que uma leitura atenta, questionadora e propositiva. Sempre que procurados foram inquestionavelmente solícitos. Este agradecimento definitivamente não é uma mera formalidade.

Outros docentes contribuíram consideravelmente para a escolha das leituras, além de conversarem constantemente sobre o assunto da dissertação, sobretudo os professores Josué Pereira da Silva, a primeira pessoa a conversar comigo sobre o assunto e com quem pude contar sempre, Plínio Dentzen, certamente um dos maiores conhecedores do funcionalismo de médio alcance no país, e Lúcia da Costa Ferreira, cuja visão de sociologia

me reorientou cientificamente num momento de retomada do ofício sociológico, após alguns anos de hibernação.

Fundamental foi a bolsa de 24 meses do CNPq, fomento que permitiu dedicação integral à pesquisa. Também não posso deixar de mencionar a excelente cooperação da secretária do Programa de Pós Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, a Christina: muito obrigado.

Graças a estas pessoas fui capaz de reavivar meu espírito científico, acostumar-me novamente a horas de leitura e reflexões sem hora para começar ou terminar. Como disse, passei um tempo guardando esta prática, esquecendo-me momentaneamente do que aprendi na graduação. Em minha formação tive um mestre, uma pessoa que, se não participou diretamente desta etapa de minha formação, ajudou-me a formar um espírito sociológico. Os conselhos do professor Tom Dwyer voltam à tona sempre que uma questão salta aos olhos, e muitos deles só compreendo agora, tantos outros ainda irão se juntar aos que consegui assimilar ainda em minha iniciação científica.

Finalizo estes agradecimentos com uma nota de falecimento. Nesta semana em que editei a versão final da dissertação o professor Daniel Hogan nos deixou, que participou de minha banca de qualificação. Fica a lembrança do cuidado e, sobretudo, do respeito com que compreendeu meu trabalho. Sem dúvida é uma nota triste para um trabalho que trouxe tanta satisfação ao seu autor.

Marcos Antonio Rehder Batista,

abril de 2010

Índice

1. Introdução.....	p.11
1.1. Contextualização da pesquisa.....	p.14
1.2. Problematização de Giddens através dos principais conceitos da teoria da estruturação	p.36
1.3. Etapas da carreira de Merton	p.47
2. Estudo teórico e teoria de médio alcance	p.69
2.1. O que Merton entendeu por teorias de médio alcance	p.72
2.2. As interpretações: distorções e simplificações	p.78
2.3. Conclusão sobre postura científica de Merton	p.97
3. Ação, estrutura e mudança em Merton no período pré- funcional	p.101
3.1. O diálogo de Merton e Parsons	p.105
3.2. Caminho para a superação do estrutural-funcionalismo clássico: referência sócio- temporal da ação	p.110
3.3. Caminho para a superação do estrutural-funcionalismo clássico: conflito como referência	p.121
3.4. Ponte final para a teoria funcional dos grupos sociais	p.125
4. Uma <i>teoria da análise funcional dos grupos sociais em conflito</i>	p.129
4.1. Problematização das críticas de Giddens sobre o funcionalismo de Merton.....	p.132

4.2. O <i>paradigma de análise funcional</i>	p.143
4.3. Das teorias dos grupos de referência e desempenho á um <i>paradigma da análise funcional dos grupos</i>	p.157
4.4. <i>Paradigma da análise funcional dos grupos sociais em conflito</i>	p.167
5. Conclusão	p.169
Referências Bibliográficas	p.181

1. Introdução

Existem várias formas de se abordar uma autor. A primeira idéia possivelmente leva à procurar quais os principais pressupostos, conceitos, postulados empregados por ele para a compreensão da realidade social, que pode ser a dele mesmo ou outras sociedades das quais, em princípio, é um expectador. Este é o caso dos etnólogos que, principalmente durante o século XIX, fizeram do conhecimento de outras culturas a marca da nascente antropologia. Neste caso especial, uma comparação conceitual fica bastante fácil, tal que boa parte destes operavam com analogias orgânicas, e ainda falavam de povos os quais dificilmente os seus pares iriam visitar novamente. Era uma espécie de exploração do mundo em nome das monarquias nacionais européias. Muito pouco havia para mencionar sobre o modo com que eles lidaram com seus objetos de estudo, e pouco pode-se cobrar de seus estudos a medida das influências – inclusive locais – que os levaram a tirar determinadas conclusões: além de responder aos interesses monárquicos, precisavam agradar aos líderes para continuarem observando o grupo. Tomar os conceitos tal qual são apresentados em suas monografias definitivamente um voto de confiança, não fossem os diários de campo aos poucos adotados pelos antropólogos como artigo obrigatório. Estes instrumentos têm importância fundamental para a compreensão de como estes conceitos e teorias da dinâmica social foram criados.

O estudo de determinado autor também pode ser feito tomando-o como resultado dos processos históricos da sociedade onde está inserido. Em princípio não fugiria muito do caso anterior, dado que as idéias ali seriam explicadas pelos contextos singulares na quais a pesquisa ocorreu, no histórico de relações pessoais e nos acasos acontecidos durante a

investigação. Contudo, pode-se pensar de um modo mais geral, que o cientista social em questão é um fruto do meio; não daquela situação específica, mas de um histórico de vida, herdeiro de uma nacionalidade, classe social ou ideologia política. Deste modo, a explicação de sua teoria acabaria por ser a explicação da sociedade onde ele viveu; e caso ele fosse estudar outra sociedade, apenas veria nesta o que parecia relevante na sua própria sociedade. Cair-se-ia em um determinismo infrutífero, pois ao considerar-se um indivíduo incapaz de distanciar-se do decorrer dos fatos para formar uma avaliação também pesaria sobre o analista da teoria, levando a um niilismo incapaz de diferenciar uma rebelião e um gol em uma partida de futebol.

Uma outra possibilidade é verificar as inspirações teóricas do estudioso em questão. A que outros autores ele se refere quando pensa neste ou aquele processo, quem ele aponta como clássicos de sua ciência, quais escolas de interpretação ele rejeita veementemente. Inclusive, pode-se referir a artistas que marcaram seu nome por espelhar o momento histórico com o qual convivia; é o caso de Picasso, por exemplo, ou os pintores renascentistas, Antonio Vivaldi. Quantos cientistas sociais já começaram sua reflexão a partir das impressões causadas por uma obra de arte. Caso não sejam observadas as derivações feitas por ele sobre a influência inicial, corre-se o risco de confundir o objeto inicial com seus antecessores, de modo a considerá-lo apenas um resultado de um processo científico ou cultural já em andamento antes dele mesmo.

Existe sempre um risco quando se escolhe uma forma de abordar um assunto. Deixa-se sempre alguns aspectos de lado e prioriza-se outros. No caso da presente investigação, tentou-se compreender um autor razoavelmente controverso, que negou-se a oferecer declaradamente uma definição teórica e um modelo analítico acabado. Ganhou

notoriedade exatamente por estabelecer-se como um debatedor, um desconstrutor de outros autores, simultaneamente lançando mão destes para construir suas análises. Tentar compreender Merton pelas condições específicas nos quais relacionou-se com seus objetos de estudo é quase impossível, dado que via de regra trabalhou com dados secundários, ou já tabulados. Ele não se relacionou diretamente com os grupos que estudava, com a exceção das sessões de entrevistas de grupo focal, que mesmo mais livre, colocava o observador dentro de um esquema muito bem estabelecido para que este retirasse dados dos observados, nada parecido com os etnólogos convivendo dentro das sociedades.

Estudá-lo como fruto do meio, como resultado histórico da imigração judia vinda do leste europeu, consistiria em uma redundância. Logicamente é possível encontrar traços de sua origem popular em seus trabalhos – apesar da evidente erudição –, sobretudo na simplicidade de sua escrita e nos exemplos suburbanos que aparecem com uma realidade tão impressionante quanto natural. Pouca coisa ficou oculta, até a mudança de nome para Robert King Merton aconteceu de forma bastante pública já em sua juventude. Até mesmo um evidente conformismo distanciado da realidade social, não deixando de evidenciar exclusão e preconceito racial, mas priorizando o registro e interpretação a abstrata destes, e não sugerindo uma postura dos envolvidos capaz de solucionar as questões: isto estaria a cargo dos mecanismos sociais de controle, da burocracia de Estado. Dentro do arranjo político norte-americano, pode ser colocado como ideologicamente liberal.

Tentar encontrar um fio condutor em sua obra baseando-se nas referências usadas como inspiração teórica consiste num empreendimento humanamente impossível. Pelo menos, para uma investigação desta amplitude, ele lança mão de muitos autores e sempre de modo a reconstruí-los. Logicamente, as presenças de Durkheim, Weber, Marx, Simmel,

Pitrim Sorokin, Mannheim, todos em medida semelhante. Outro argumento contra este viés para analisar Merton é que tudo sempre é direcionado para uma abordagem própria, o que leva ao problema da relutância do autor em apresentar um modelo de análise acabado.

A opção adotada então foi tentar compreendê-lo a partir de uma comparação proposta por um sociólogo mais recente entre ele e o predecessor; Anthony Giddens. Ele declara estar fazendo uma recodificação do funcionalismo de Merton e será usado como balizar para orientar os estudos. Esta correspondência foi apresentada mediante uma série de críticas, e algumas opções de interpretação dos conceitos de Merton, com as quais não necessariamente concordar-se-á integralmente. O modo de discutir a obra do norte-americano seguirá em muito a proposta de Giddens, baseada na comparação conceitual direta: trata-se de um estudo tradicional de teoria social, e não de sociologia do conhecimento. Colocadas estas palavras de esclarecimento da natureza das páginas seguintes, seguir-se-á uma introdução sobre os conceitos e concepções fundamentais que permearão a discussão.

1.1 Contextualização da pesquisa

“Embora publicado pela primeira vez em 1949, precedendo portanto o corpus principal da polêmica funcionalista, para a qual serviu de ponto de referência fundamental, o ensaio de Merton foi posteriormente revisto e ampliado. Ainda mais importante, ele antecipou e, em certo grau, procurou tratar de críticas do funcionalismo que mais tarde se fizeram centrais no debate, tais como a de que os esquemas funcionalistas não dão qualquer espaço para abordar problemas relacionados a conflito, poder etc. Ademais, o trabalho de Merton também foi da maior relevância para a reincorporação do funcionalismo na sociologia, e a

base de sua argumentação residia no fato de que as idéias de Radcliffe-Brown, Malinowski e outros autores da antropologia fornecem um enquadramento teórico para a sociologia, desde que, contudo, passem por alterações substanciais para que se tornem capazes de abarcar problemas particularmente graves, se não específicos, em relação às sociedades mais desenvolvidas.”(GIDDENS,2001,pp.118-119)

Esta epígrafe sinaliza com bastante clareza o modo com que Robert Merton foi visto por seus contemporâneos: os funcionalistas convictos foram atingidos de modo ambivalente, pois, mesmo reconhecendo suas críticas empiricamente palpáveis e muitas vezes adotando suas correções ao esquema funcionalista, relutavam em reconhecê-lo totalmente como novo paradigma, pois isto exigiria o reconhecimento de erros anteriores; já os críticos da análise funcional tomavam os apontamentos do autor norte-americano como chave dos próprios argumentos, e muitas vezes renegaram que eram de Merton, como no caso da utilização da noção de *consequências latentes* por Ürich Beck. Diante do efervescente clima do debate anti-funcionalista, e conforme se propunha mais ao debate estabelecido durante o processo de pesquisa do que debates tradicionais teóricos e ideológicos, muito pouco foi feito para responder às controvérsias: pelo menos, evitava uma posição definitiva sobre a teoria, o que estancaria possibilidades futuras de revisão.

No caso de Giddens, esta ambivalência deu-se de um modo mais brando, sendo que em alguns textos refutava ou se negava a discutir a noção de função de seu antecessor. Em outros, fez críticas alegando que os conceitos mertonianos sempre podiam ter mais de um significado, a partir daí adotando uma destas interpretações possíveis. Mas a despeito do caráter proposital destas ambivalências, que refletiam as variações dos mesmos processos, mesmo assim admitiu estar recodificando a abordagem de Merton. Na investigação aqui

exposta procurou-se compreender primeiramente as questões que o sociólogo inglês colocou sobre a abordagem desenvolvida pelo norte-americano, para tentar reponde-las, recorrendo-se aos seus principais escritos e finalmente desenhar em que termos há uma compatibilidade entre os dois autores.

Não foram poucas as interpretações ambivalentes da obra de Merton. Apesar da série de ataques que ganharam força a partir de meados do século XX, tanto em relação à sua tendência política muitas vezes próxima ao conservadorismo quanto à sua dificuldade de explicação dos fenômenos sociais, pode-se dizer que até hoje ecoam revisões e reformulações, além de críticas ferrenhas direcionadas principalmente aos rumos tomados pelo funcionalismo nos Estados Unidos. Na América, o debate girou basicamente em torno do trabalho desenvolvido pela equipe do Professor Talcott Parsons, e por discípulos menos vinculados ao Departamento de Relações Sociais, de Harvard, durante as décadas de 1930 e 40. Eles buscavam uma síntese das abordagens de alguns autores europeus, sobretudo Émile Durkheim, além de Alfred Marshall, Vilfredo Pareto e Max Weber, e posteriormente, discutiram também com as idéias dos pragmatistas da *Escola de Chicago*.

Dentre estes cientistas que trabalharam com Parsons, boa parte continuou pessoalmente dentro do projeto do professor, mas alguns criaram seus próprios paradigmas teóricos, dentre eles Garfinkel e Robert K. Merton, desenvolvedor de uma nova síntese também partindo da obra de Durkheim. Por logo de início discordar da noção de diferenciação e de mudança presente na obra do clássico francês – noções adotadas quase que diretamente por Parsons - seu trabalho adiantou-se na exploração dos trabalhos dos pragmatistas e da sociologia da cultura – sobretudo, Karl Mannheim, de modo a apontar

soluções para insuficiências do funcionalismo clássico, ou, pelo menos, indicar tais insuficiências.

Uma destas insuficiências é a forma desta escola conceber a relação entre indivíduo e sociedade: ou o funcionalismo tradicional pensa no indivíduo enquanto mero cumpridor de padrões estruturados; ou pensa nele racionalizando o ambiente social de modo individual; sob este ponto de vistas, os atores não possuem capacidade de agregação motivada pela própria convivência. Em ambos os casos, não é possível pensar em grupos de indivíduos organizados gerando mudanças sociais e muito menos grupos rivais em conflito e defendendo objetivos e valores contraditórios dentro de um mesmo sistema. Estas três deficiências derivam em larga medida da forte influência da obra do estrutural-funcionalismo francês, ou pelo menos das interpretações mais positivistas, voluntaristas e deterministas do pensamento do autor francês que ganharam força neste período.

No primeiro caso, baseados na premissa de que ‘os fatos sociais são exteriores aos indivíduos’, realidades através das quais a sociedade encaixa os atores dentro de suas necessidades funcionais, a capacidade de pensar e criar alternativas de ação ou novos valores reduz-se praticamente a zero, podendo estes “desvios” serem considerados *anomias*; o único espaço de liberdade dos indivíduos são as escolhas disponibilizadas pela estrutura na medida em que esta se diferencia (MERTON,1934,p.542). A sociedade faz com que os indivíduos cumpram seus padrões por internalização de valores ou por coerção empregada pelos que compartilham de um sentimento coletivo comum: algo criticado desde o início por Merton, que admite o caráter coercitivo como instrumento de reprodução da sociedade, mas argumenta que a sociedade também oferece *estruturas de oportunidade e alternativas funcionais*, tal que o sujeito apenas reproduz a estrutura quando ela oferece

meios para que ele atinja seus objetivos; tal crítica baseada neste caráter facilitador da estrutura (*gerativos*), apta a destacar os recursos alternativos também é salientada na *teoria da estruturação* de Giddens (GIDDENS,2003,p.199).

Sendo assim, nestes teóricos diretamente influenciados por Durkheim a mudança social é concebida como diferenciação progressiva, um processo ligado à constante diversificação das necessidades do sistema, e não à capacidade criativa dos atores em criarem novas necessidades, muito menos à capacidade de agregação gerada pela identificação circunstancial, ou a oposição organizada entre capaz de criar sistemas de disputa ideológica, econômica e política, em torno de preferências e objetivos comuns ou disputa de poder.

No segundo caso, cria uma oposição entre sujeito e objeto, tal que a sociedade deixa de ser vista pelo indivíduo como um conjunto formado por outros atores, sendo entendida também como um sistema cujas principais características precisam ser compreendidas por ele, que por definição está sempre em busca de alguma vantagem adaptativa. Este modo isolado com que os indivíduos são vistos pode ser considerado uma decorrência de se considerar os fatos sociais como coisas exteriores aos indivíduos, pois o único espaço de liberdade possível para os indivíduos seria aquela negociação com a estrutura social, e não entre os atores. Por isso, Durkheim defende que a divisão do trabalho leva cada indivíduo a possuir uma singularidade dentro da estrutura social (entenda-se, sistema social). Seria a passagem da *solidariedade mecânica*, onde todos seguem os mesmo padrões, para a solidariedade orgânica, modo de integração do grupo na qual cada indivíduo possui características próprias à sua função diferenciada.

De qualquer modo, a relação entre indivíduo e sociedade, que reflete processos de manutenção e mudança, continua uma relação entre indivíduo e sistema abstrato, e não entre indivíduos vinculados ou em conflito entre si através da interação (MERTON,1994,pp.19). Por consequência disso, seria incapaz também de observar como a interação produz grupos sociais, sobretudo grupos rivais, sendo quase impossível observar a formação de situações de conflito. Tem-se num mesmo fenômeno, o da integração, a agregação de grupos e a diferenciação na criação de outros grupos; ou a integração de um grupo consiste na negação dos pressupostos do outro. Observar este processo leva a necessidade de abrir diálogo com abordagens como as de Simmel e Mannheim (Idem, p.21).

Em ambos os casos de interpretação da obra de Durkheim, o sistema social aparece como uma “coisa”, a diferença está entre o indivíduo antecipar ou não os movimentos deste sistema, cuja dinâmica e manutenção são promovidos por requisitos funcionais: instituições ou processos obrigatórios. De fato, sensível maioria dos funcionalistas defende o *postulado da indispensabilidade funcional*, considerando algumas instituições sociais como fundamentais para uma harmonia do sistema social, pré-requisito para sua manutenção. Trata-se mesmo de um postulado duplamente conservador, principalmente porque parte do princípio de que determinados valores e organizações sociais tem importância indiscutível na sociedade, e defende que são indispensáveis simplesmente por garantirem a estabilidade, levando o funcionalismo a tendência de defender a manutenção do sistema tal qual se encontra em um determinado momento.

Além disso, considerar as instituições perenes da sociedade como elementos indispensáveis significa dizer que os indivíduos não possuem a liberdade para decidir

mantê-las ou não; nem mesmo transformá-la ou usá-la para outros fins senão os prescritos . Esta característica das versões mais deterministas desta escola sociológica de salientar que a ação e seus efeitos nada têm de singular aos indivíduos que agem, mas sim são processos previstos do próprio sistema social através de sua estrutura de comportamentos – são exteriores aos indivíduos. Os méritos e dificuldades desta escola foram muito bem postas por Giddens no prefácio de *A constituição da Sociedade*, livro em que declaradamente se propõe a recodificar o funcionalismo. Assim escreve, como mostra o fragmento:

“O funcionalismo foi sumamente importante nas ciências sociais, devido não só à sua proeminência como um tipo de teorização, mas também ao estímulo empírico que forneceu. As origens do trabalho de campo em antropologia são mais ou menos contérmimas ao impacto do funcionalismo, e na sociologia também o pensamento funcionalista ajudou a gerar um corpo significativo de trabalho de pesquisa.(...) O funcionalismo enfatizou fortemente o significado das consequências impremeditadas da ação, sobretudo na medida em que estas ocorrem de modo regular e estão envolvidas , portanto, na reprodução de aspectos institucionalizados de sistemas sociais. Os funcionalistas estiveram inteiramente certos em promover esta ênfase. Mas é perfeitamente possível estudar consequências impremeditadas da sem o uso dos conceitos funcionalistas. Além disso, a designação do que não é premeditado ou intencional com relação às consequências da ação só pode ser empiricamente apreendido de forma adequada se os aspectos premeditados ou intencionais da ação forem identificados , e isso significa, uma vez mais, operar com uma interpretação de agência mais refinada do que é normalmente admitido por aqueles que se inclinam para as premissas funcionalistas.” (GIDDENS,2003,pp:XXXV)

O que provoca tal ênfase em aspectos “impremeditados” é exatamente pensar em elementos que *a priori* são necessários, atividades indispensáveis para a manutenção e bom funcionamento de um sistema social, sendo os indivíduos meros cumpridores destas funções, e disto deriva o caráter conservador da analogia orgânica da sociedade. Quando propõe o funcionamento da sociedade como um conjunto de instituições necessárias, cujas respectivas funções cumprem requisitos funcionais, nega-se a possibilidade de criação da sociedade, além de considerar-se danosa qualquer inovação promovida por eles. Esse

princípio é tão conservador como também se mostra incapaz de compreender a capacidade transformadora dos movimentos sociais, pois mesmo ao pensar o indivíduo como racional e estratégico, este age individualmente, e sem capacidade coletiva de promover mudanças; apenas adapta-se à oportunidades de ganho oferecidas pelo sistema.

Tal crítica fundamental gera, como resultado, algumas outras indagações, que podem ser colocadas como problemas da seguinte forma: como compreender a capacidade transformadora dos indivíduos se este não tem consciência do que fazem nem das consequências? Ou então: Como compreender a capacidade transformadora da interação consciente se o funcionalismo não criou categorias capazes de avaliar como cada ator equaciona as informações que oferece sobre sua ação ou percebe a ação dos outros, de modo que os outros possam antecipar as consequências? Mais que isso, como explicar a totalidade sem compreender que estas ações e racionalizações dão-se em atores que operam em grupos rivais, e não individualmente?

A análise de como a criação ou manutenção dos padrões dentro dos quais um sistema social de atores funciona deveria passar pela avaliação de como um ator é capaz de conseguir que os outros, rivais e aliados, reajam às suas ações de modo a desencadear uma série de resultados minimamente previsíveis. Para isto, este ator precisa conseguir modular as informações sobre suas intenções que ele permite que os outros saibam, e as que ele não pode divulgar. Em um mesmo sistema, geralmente, mais de um indivíduo deseja as mesmas coisas, e em condições de escassez de recursos, apenas o detentor de maior capacidade estratégica consegue.

Todavia, esta vitória adaptativa não pode levar a uma desagregação, sendo fundamental a constituição, a partir da própria interação, de mecanismos de governança

capazes de equilibrar os ganhos entre os atores, e também munido de autoridade para constantemente restabelecer os padrões normativos: as regras do jogo. Se os conflitos podem agregar sistemas de grupos, seus produtos podem desagregar também. A regulação da informação (ou, assimetria de informação) consiste em uma capacidade fundamental para todas as partes em um sistema de atores distribuídos em grupos em conflito.

Tem-se o problema entre o que é percebido e o que não é percebido de modo diferente pelos diferentes grupos, e como estes declaram ou não o que percebem, pois só atores ou grupos que conseguem esta medida podem controlar as consequências e assim conseguir o que deseja da coletividade. É também deste modo que pode-se regular o constante conflito, afim de não permitir-se uma desintegração total da cooperação: vale lembrar que o conflito só ocorre porque as partes cooperam em um mesmo sistema, e os grupos rivais só disputam as mesmas coisas porque estas coisas existem no sistema e são consideradas importantes pelos membros deste. Pois é inegável que boa parte da ação social é estruturada por elementos exteriores à consciência individual, códigos de valores aprendidos durante a vida social, outra parte é conhecida e outra é conhecida em uma medida diferente por cada ator, que declara o que quer e o que sabe até uma certa medida.

Daí a grande felicidade de Merton em falar sobre as *conseqüências não antecipadas*, e não simplesmente em *consequências imprevistas*: não antecipadas pode designar imprevistas, não desejadas e previstas ou desejadas porém não reconhecidas publicamente como tal; tratam de motivações que os atores guardam para si, sendo elas realizadas ou não. Ter clareza sobre este leque de possibilidades consiste em um caminho aberto para a compreensão do poder, do conflito e da razão dos indivíduos enquanto seres que jogam em grupo, e com isso compreender também como a sociedade é reproduzida e recriadas pelos

seus membros. Esta característica estratégica da ação humana foi denominada por Giddens como *monitoração reflexiva da realidade*, o processo desencadeado por esta característica dos atores é o que o sociólogo inglês chama de *reflexividade*, princípio explicativo de sua *teoria da estruturação* (GIDDENS,2003,pp.47-51)

Todavia, o trabalho de Merton é um tanto quanto esparso, pois não sistematizou de modo declarado um modelo geral de análise, descrevendo seus textos geralmente como esboços, relativamente abertos a muitas interpretações. Isto porque considerava necessária uma experimentação empírica constante de pressupostos considerados clássicos na sociologia, colocados como hipóteses de avaliação, o que levaria a uma aproximação entre escolas diferentes. É bem possível que este modo de pensar a teoria social seja o fator que o levou a retomar trabalhos empíricos da antropologia feitos por Malinowsky e Radcliff-Brown e dos pesquisadores da microsociologia pragmatista de Chicago. Esta averiguação pautada sempre em hipóteses desenvolvidas por mais de uma escola teórica levaria naturalmente a um consenso – ou, pelo menos, ao reconhecimento de que estão estudando e pensando sobre os mesmo processos, mesmo que visto sob perspectivas diferentes. Seria o modo adequado para chegar-se às bases teóricas sólidas para uma sociologia geral: este procedimento levou a desenvolvimentos teóricos conhecidos por *teorias de médio alcance*. Por um lado, esta iniciativa levou à reavaliação do capitalismo e deu origem às teorias da sociedade pós-industrial, debate do qual Giddens fez parte; por outro, não permitiu à Merton a construção de um esquema teórico definitivo.

Mas na medida em que Giddens afirmou em mais de uma ocasião estar recodificando um modelo de análise funcionalista de Merton, ele está sugerindo que é possível encontrar esta teoria geral. Este é o motivo pelo qual adotou-se como recurso

metodológico tomar como orientação esta comparação promovida pelo autor inglês. Deste modo, estabeleceu-se como objetivo central deste trabalho encontrar uma interpretação dos principais trabalhos de Merton um paradigma analítico que permita vislumbrar uma *relação entre consequências previstas e não antecipadas da ação social propositada e a manutenção dinâmica dos sistemas de grupos sociais em conflito*, questão a partir da qual considera-se possível encontrar uma compatibilidade entre as abordagens de Merton e Giddens quando tratam do papel do ator na produção e reprodução dos sistemas sociais, correntemente estabelecidos por partes em disputa e cooperação, dando margem à compreensão de um esquema conceitual melhor acabado originário das idéias do norte-americano.

Encontrar essa relação entre indivíduo e sociedade consistiria em resolver um dos principais pontos nos quais o funcionalismo foi atacado. Esta tentativa de síntese teórica dos escritos do autor, que responda a críticas contemporâneas terá como eixo principal a apresentação de seu *paradigma de análise funcional* encontrada na distinção entre *funções manifestas e latentes* e em sua sociologia dos grupos apresentados nos dois textos sobre *grupos de referência*, sendo o assunto das funções publicado na primeira edição da principal obra de Merton, e os sobre grupos na segunda edição do mesmo título, *Sociologia: teoria e estrutura*. Alguns outros trabalhos serão trazidos á tona, principalmente antes da discussão sobre tais temas, mas como incremento ou preparação para argumentos alicerçados destes textos.

No primeiro destes trabalhos citados no parágrafo anterior, o terceiro capítulo de *Sociologia: teoria e estrutura* intitulado *Funções manifestas e latentes* (MERTON,1970,pp.85-152), é apresentado o *paradigma de análise funcional*. Nele

define-se função como conseqüências da ação individual ou coletiva sobre um sistema de atores individuais ou coletivos, de modo que estes resultados podem ser antecipados (funções manifestas) ou não (funções latentes) pelo ator que as causaram. Deste modo, a noção de função desliga-se da idéia de “coisa social” que precisa existir para garantir o funcionamento e a estabilidade do sistema e é exterior aos indivíduos. Tudo bem que se tratam da análise das conseqüências, que são exteriores, mas a base ontológica da dinâmica social é o ator. Não é possível dizer que Merton nega a indispensabilidade funcional, pois para que se tenha sistema social é necessário que as pessoas interajam, havendo também uma reciprocidade entre as ações e seus efeitos. Mas o autor prefere não definir, neste escrito, quais os mecanismos desta reprodução social.

Já nos dois textos sobre grupos de referência centrais nesta discussão, *Contribuição à Teoria do Comportamento do Grupo de Referência* (idem, pp.305-364) e *Continuidade na teoria dos grupos de referência e estrutura social*, (ibidem, pp.365-478), tem-se a distinção entre *grupo de referência* e *grupo de desempenho*. O primeiro destes conceitos tenta compreender como o fato de um indivíduo pertencer ou não a um grupo altera o modo com que determinados processos o atingem, tal que este sentimento de pertencimento caracteriza este grupo como *grupo de referência* do ator. Em um sistema onde ele pertence a mais de um grupo social, o *grupo de referência* designa qual é a identidade principal, tida como ponto de partida para sua postura em relação ao mundo social. Identificar-se primordialmente com este ou aquele grupo pode variar de acordo com as situações na qual o ator se encontra, assim como ele passa a pertencer a mais grupos na medida em que aumenta o leque de sistemas de interação nos quais faz parte.

Muitas vezes não está presente em um grupo de interação por filiação livre, sendo levado a processos de interação nos quais a dinâmica está baseada em conflito, como quando representa seu grupo de referência em uma negociação com oponentes ou aliados circunstanciais. Neste contexto, a identificação como lógica de agregação dá lugar ao raciocínio estratégico, quando os outros atores são percebidos como competidores e o ator relaciona-se com a coletividade enquanto grupos que podem reagir desta ou daquela forma: ou seja, a sociedade é vista como um conjunto de forças e as consequências seriam a resultante destas várias demandas. Este modo instrumental de compreender a coletividade coloca esta como *grupo de desempenho*, e caracteriza uma visão sistêmica sobre os outros atores e grupos sociais.

Se no primeiro caso o que garante a adesão dos atores é a identidade, no segundo é a garantia de clareza de regras e de mediação capaz de não permitir a desintegração. Para tal, é preciso que um indivíduo ou grupo consiga estabelecer *autoridade* sobre os outros exatamente ao regular o modo com que cada informação chega a cada grupo (*visibilidade*): esta *autoridade* seria o elemento que garantiria a reprodução e simultânea recriação constante do sistema de grupos (*integralidade*), sendo considerado por Merton o principal requisito funcional indispensável dos sistemas sociais. Ou seja, Merton define *autoridade*, *visibilidade* e *integralidade* como funções indispensáveis para a reprodução social.

Quando Giddens questiona a excessiva ênfase geralmente dada pelo funcionalismo aos resultados imprevistos ou “irracionais” da ação, não se refere a uma compreensão caótica da realidade social, mas denuncia o papel passivo no qual o estrutural-funcionalismo coloca o indivíduo. Como foi dito, nas vertentes clássicas desta escola sociológica a sociedade é vista como uma teia de instituições interdependentes que formam

uma *unidade*, de abrangência *universal* e com funções *imprescindíveis*, que cumprem pré-requisitos dados pela estrutura dentro deste sistema; resta ao indivíduo apenas executar estas funções que são exteriores a ele. Mesmo quando não visto como um mero fruto do meio e reprodutor de padrões estabelecidos pelo arranjo institucional, o sujeito é visto como um átomo olhando para uma estrutura ou sistema impessoal de funções, e qualquer ação sua deve adaptar sua vontade com as limitações desta estrutura. Em ambos os casos, continua observando a realidade como uma oposição sujeito-objeto, onde indivíduo e sociedade se opõem, desconsiderando a capacidade da interação compreender a negociação entre os atores, sua capacidade em reproduzir e, simultaneamente, transformar a estrutura e o sistema social.

Por outro lado, ao se considerar a noção de função como algo emanado do indivíduo ou grupo e não da estrutura, torna-se possível pensar em um ator ou um grupo exercendo autoridade sobre os outros pelo simples motivo de conseguir coordenar os conflitos internos ao sistema de interação: as consequências da ação deste grupo rearranjam as forças em conflito permitindo a continuidade da interação. Entendendo o sistema social como produtos da atividade dos atores e de seus respectivos grupos de referência sobre o conjunto de valores e alternativas de ação aceitas pelo sistema de atores em conflito definido por *grupo de desempenho*, foi possível compreender que as consequências das ações destes grupos rearranjam as forças em conflito, permitindo a continuidade da interação. Este foi o caminho seguido por Robert Merton em meados do século XX, na tentativa de solucionar esta dificuldade da análise funcional clássica, presente nas obras de Durkheim, Radcliff-Brown, Malinowsky e Parsons.

Por encontrar esta solução, fugindo de um conservadorismo e alocando-se em uma postura mais liberal, vários teóricos importantes da segunda metade do século XX o apontaram como a referência melhor acabada do estrutural-funcionalismo até então. John Elster, que substituiu Merton em sua cadeira na Universidade de Columbia, considerou Merton em várias ocasiões a principal referência para encontrar-se um funcionalismo apto a ser usado de modo conjugado com a teoria dos jogos de escolha racional (ou, como o próprio Elster prefere, teoria das ações interdependentes), pois seria capaz de atingir as dimensões consideradas mais irracionais da ação humana (ELSTER,1989,pp.54-65). Raymond Boudon apontou as noções de consequências não antecipadas da ação, predição criadora e disfunção latente como ponto de partida para a construção do conceito de efeitos perversos (BOUDON,1979,pp.7-16). Já Arthur Stinchcombe o utiliza para analisar as causas estruturais para variações nos padrões de escolha no desenvolvimento de sua teoria das escolhas alternativas (STINCHCOMBE,1990,pp.81-95). No Brasil, ainda no início da década de 1950, Florestan Fernandes tomou a primeira versão de *Funções Manifestas e Latentes*, da primeira edição de *Sociologia: teoria e estrutura* (1949), para desenvolver uma análise da abordagem funcionalista, já usada pelo autor brasileiro em seu estudo sobre a sociedade Tupinambá (FERNANDES,1953).

O próprio Talcott Parsons, quase concomitantemente à primeira edição do principal trabalho de Merton, aponta seu ex-aluno como principal inspiração para transformar sua teoria da ação desenvolvida na década de 1930. Esta teoria da ação está bastante influenciada por aquela noção já discutida nos parágrafos anteriores na qual opõe-se indivíduo e sociedade, tal que ações que não conseguem racionalizar o funcionamento intrínseco do sistema são consideradas não lógicas, o que denota uma grande influencia de

Vilfredo Pareto. A influência de Merton teria feito Parsons abandonar uma teoria da ação e buscado uma teoria relacional (DOMINGUES,2008,pp.132-155), já presente no livro *Social System*, considerado por muitos a apresentação melhor acabada da abordagem parsoniana (PARSONS,1951,pp.vii-xii). Esta referencia à Merton como a maior fonte de inspiração entre seus contemporâneos, foi reafirmada textualmente em um de seus últimos trabalhos de maior importância, apesar de neste momento estar apresentando uma noção sistêmica distante demais da dimensão da interação intergrupar (PARSONS,1974,p:173).

Talvez a sua polivalência e singular abertura para reformular as próprias idéias tenha provocado uma espécie de continuidade reflexiva em seus apontamentos: era um homem em busca progressiva de uma verdade libertadora, mais preocupado em defender a renovação que a repetição de armazões anteriores (SZTOMPKA,1997,pp.309-310). Esta busca pela surpresa, nunca em detrimento do antigo mas alvejando sua renovação, foi marcante tanto em seus escritos quanto nas aulas ministradas, que atraíam alunos do ano anterior por sempre apresentar alterações nas leituras indicadas a cada ano (SCHULTZ,1995,p.12). Esta pulsão investigativa de materializar teorias em fatos observáveis, acompanhada pela novidade que os fatos surtem em novas teorias, transformou-o em uma inspiração lúdica aos olhos de seus colegas e alunos, uma referência sujeita tanto á crítica como na busca de novos caminhos de pesquisa.

Fica bastante evidente esse fascínio por parte de seus pares quando em março de 2003, mês posterior à sua morte, foi publicado no site da American Sociological Association uma homenagem póstuma escrita por Craig Calhoun, presidente do American Social Science Council e professor de sociologia na New York University. Nele Merton é descrito como “o último de uma extraordinária geração de sociólogos cujos trabalhos

estabeleceram as definições básicas da disciplina em meados do século XX”, e que “sua extraordinária história de vida, que evoca trajetórias de muitos Americanos”, por isso, a data de seu nascimento (4 de julho de 1910) também poderia ser uma data de celebração do universalismo científico (CALHOUN,2003,p.12). Ao final do texto, declarações de cientistas sociais do porte de Neil Smelser e William J. Goode, que em comum falavam sobre a morte de um mestre capaz de exigir de seus colegas e alunos uma exaustão não por cobrança em seguir um caminho considerado certo, mas buscar incessantemente as melhores respostas para perguntas feitas pelos seus próprios pares, lição aprendida por Merton de Parsons (MERTON,1970,p.14). De fato, como salienta Calhoun, passaram por suas mãos cientistas sociais que seguiram as mais variadas tendências políticas e teóricas, sem deixar de tê-lo como interlocutor independente do caminho escolhido, como Peter Blau, Philip Selznick, James Coleman, Lewis Coser, Rose Coser, Alvin Gouldner, Seymour Martin Lipset, Alice Rossi, e Arthur Stinchcombe.

Conseguindo responder e interagir com uma considerável gama de tendências, não seria exagero apontar que o ambiente intelectual da Universidade de Colúmbia, desde os anos 1940 até pelo menos o final da década de 1970, pode ser cristalizado na sua presença intelectual. Seus alunos sentiam que dentre referências como Paul Lazarsfeld, C. Wright Mills, Seymour M Lipset, Herbert H. Hyman, Kingsley Davis, Robert S. Lynd, Willian J. Goode, Theodore Abel, William C. Casey, Daniel Bell, era Merton quem, desde o primeiro mês, provocava nos alunos ingressantes a capacidade de confluir uma noção de totalidade em tudo que era ensinado, tomando segurança para empreender a busca pelo caminho próprio de futuros sociólogos (COLEMAN,1990,pp.26-28). Era o verdadeiro *scholar* (SZTOMPKA,1997,pp.308-309) de um dos universos acadêmicos mais democráticos da

história da sociologia, onde se interpenetravam funcionalismo, empiricismo, quantitativismo, historicismo, marxismo, e tantas outras tendências. Essa pluralidade pode ser vista tanto em suas reflexões acadêmicas quanto em sua história de vida, dentro e fora da comunidade científica.

Em resumo, a influência de Merton no debate teórico das ciências sociais pode ser fixada em três contribuições fundamentais: 1) promoveu um debate entre escolas teóricas norte-americanas mais voltadas para estudos microssociais e os grandes sistemas teóricos de Harvard - quase exclusivamente pautados em estudiosos europeus e muitas vezes distantes da prática social diária, na qual as teorias podem ser percebidas; 2) permitiu um diálogo entre paradigmas primordialmente teóricos e a sociologia fundamentalmente empírica - também muito forte nos Estados Unidos e; 3) na medida em que tomou o conflito, primeiro entre estrutura normativa e de oportunidade quando trabalhou a noção durkheimiana de *anomia*, e num segundo momento entre atores em sistemas de grupos, incrementando a primeira com a abordagem de Mannheim - o que culminou na teoria dos grupos de referência -, Merton trouxe para um mesmo debate a tradição marxista (ou, pelo menos, tradições que dialogavam abertamente com o marxismo), abrindo um caminho frutífero posteriormente desenvolvido por Gouldner, Stimchcombe e Elster, entre outros.

Ao mesmo tempo em que sua obra serviu de estímulo para muitos, Merton não conseguiu uma considerável gama de seguidores e defensores, e talvez este tivesse sido seu objetivo mesmo. Como bem apontou Charles Crothers, não teve alguém que o levasse a cabo tal como Merton defendeu e manteve Parsons no debate sociológico (CROTHERS,1994,pp:26-27), de modo a muitas vezes ser visto como uma sombra deste com quem teve notáveis discordâncias e colaboração (idem,p.4). Por isso a importância de

delinear as relações em várias ocasiões declaradas entre seu pensamento e o de Giddens. Na seqüência, serão descritos detalhes sobre os capítulos através dos quais pretende-se construir esta relação.

Após esta **introdução**, segue um **segundo capítulo** sobre a noção de ciência de Merton, interrogando-se não apenas o significado polêmico de sua proposta de teorias *de médio alcance*, mas também como o autor via a necessidade do uso de trabalhos clássicos da sociologia. Trata-se de um problema de total relevância para o presente trabalho, devido à existência de interpretações que entendem o apelo do autor à constante averiguação empírica das hipóteses teóricas como a defesa de um abandono dos clássicos das ciências sociais, o que cairia em um positivismo empiricista. Logo, debater esta questão consiste em averiguar a pertinência de um estudo puramente teórico sobre o autor, dado que defendeu o estudo teórico desde que permeado por avaliações da realidade empírica.

No **terceiro capítulo**, buscar-se-á como o autor lidou com a *relação entre consequências previstas e não antecipadas da ação social propositada e a manutenção dinâmica dos sistemas de grupos sociais em conflito* em seus primeiros textos, sempre citados como referência por Merton em seus trabalhos posteriores. Este momento da carreira é definido aqui como **período pré-funcional**, quando tentou preencher lacunas encontradas por ele mesmo no estrutural-funcionalismo de Durkheim referentes exatamente à relação entre atores e estrutura social. Remontam um período entre meados da década de 1930 até 1948, etapa caracterizada por reflexões *exploratórias* um tanto quanto fragmentadas.

Inserindo-se no debate teórico norte-americano a partir desta análise do estrutural-funcionalismo, Merton emendou estas críticas também à Talcott Parsons, seu principal

interlocutor teórico por toda carreira e principal representante dos grandes sistemas teóricos da Escola de Harvard. Estes grandes sistemas teóricos sofriam de uma dificuldade em abordar o processo pelo qual uma interação cria padrões sociais, e simultaneamente é balizada por estes padrões, dado que priorizavam uma relação entre ator, estrutura e sistemas sociais, e não entre os atores. Para tentar sanar esse ponto impreciso no funcionalismo Merton recorreu ao pragmatismo da Escola de Chicago, cujos principais expoentes foram George H. Mead, Charles H. Cooley, Jonh Dewey, W. I. Thomas, Florian Znaniecky e Wilham James, Mannheim e Simmel (CROTHERS,1994,p.9-12).

Na medida em que reduziu a explicação primeira da dinâmica e reprodução da estrutura social aos resultados da interação, dentro de suas variações particulares, tornou-se providencial a avaliação empírica como ocorre em cada caso. Tal formato de investigação, que defendeu desde os anos 1940, que definiu como *teorias de médio alcance*, consistia em buscar perguntas e paradigmas nos clássicos e reavaliar constantemente seus diagnósticos, priorizando situações observáveis a partir de métodos bem definidos, pois percebia que os sistemas totalizantes se distanciavam da realidade quando eram defendidos cegamente por seguidores deste ou daquele teórico (MERTON,1970,pp.51-84). Em termos de leque de objetos de pesquisa, tal escopo o levou a priorizar durante sua carreira estudos sobre estruturas organizacionais burocráticas e das comunidades científicas, pois ofereciam bem de perto a facilidade de analisar tanto as pressões estruturais quanto ao caráter renovador das consequências das ações dos participantes (CROTHERS,1990,pp.211-212).

Por consistir em um período em que já aparecem as referências teóricas com as quais o autor discutirá por toda sua carreira e devido à já estar definindo o escopo que irá preferir para suas investigações, o trabalho exploratório em sua produção desse período terá

um capítulo à parte nesta dissertação. Nela em que conceitos como *consequências não antecipadas da ação social*, *estruturas de oportunidade*, *profecia auto-realizadora*, *estrutura normativa* e *substratos sociais* começaram a ser colocados sob condições de conflito e em relação à orientação espaço-temporal da estruturação das ações estratégicas, inspirando suas reflexões teóricas em nível de “função”. Estes trabalhos mostram-se fundamentais na medida em que Merton recorre a eles em seus trabalhos paradigmáticos, além de trazer noções de processos também abordados na *teoria da estruturação* de Giddens.

O **quarto capítulo** tratará de como os elementos da *teoria da estruturação* são tratados nas duas principais distinções estabelecidas paradigmaticamente por Merton: entre *função manifesta e função latente* e entre *grupo de referência e grupo de desempenho*. A primeira delas aparece na primeira edição de *Sociologia: teoria e estrutura*, em 1949, onde as reflexões anteriormente esparsas são filtradas e sedimentadas conceitualmente na elaboração do seu *paradigma funcional*. Já a segunda distinção, vinda a público na segunda edição ampliada do mesmo livro, em 1957, pode ser entendida como a aplicação do paradigma em uma *sociologia funcional dos grupos sociais*, uma forma de estudar estruturas sociais em médio alcance. É possível notar que nos dois textos sobre os grupos de referência procurou-se responder e solucionar lacunas presentes na primeira distinção, como encontrar requisitos funcionais que sirvam de meio para a reprodução do sistema social (integralidade, visibilidade e autoridade).

Além de compreender os conceitos, tentar-se-á responder às críticas feitas Giddens quando este procura recodificar o *paradigma de análise funcional*, e apontar que algumas limitações nesta leitura que impediram uma outra interpretação de Merton. Raramente

recorre-se ao conteúdo integral da produção referente período anterior, e quando acontece, o autor inglês utilizou o trabalho que por excelência destoa das outras reflexões: *Estrutura social e Anomia*. Não se pode negar que admite e até pontua outras possibilidades para as funções latentes, mas prefere tratar dela apenas como *consequências impremeditadas*, afastando a possibilidade de tê-las como não antecipadas aos outros (mas premeditada pelo autor) ou não desejadas. Ao contrário dos outros textos, que sempre operavam pelo menos a orientação dos atores em relação aos outros membros dos sistemas de interação, privilegia este que posta à orientação a partir de contradições estruturais.

Por isso, tal exclusividade dificulta abarcar a questão central do presente trabalho, a relação entre ação estratégica não divulgadas e seus efeitos no sistema de grupos. Inclusive, demonstrar que na distinção entre *grupo de referência e grupo de desempenho* complementam-se lacunas apontadas pelo autor inglês, o que permite encontrar em Merton um *paradigma de sociologia funcional dos grupos sociais*.

Na **conclusão**, buscou-se finalizar um paralelo entre o corpo conceitual de Merton e o do Giddens, apontando algumas possíveis correções na comparação feita pelo sociólogo inglês, sobretudo quanto à sua interpretação da distinção entre *funções manifestas e latentes*, e reavaliar seu quase completo descaso com os trabalhos sobre *grupos de referência e grupos de desempenho*. Deste modo acredita-se encontrar um modelo de análise que responda à questão de como atores *reflexivos* podem constituir um sistema duradouro, porém dinâmico.

Após esta exposição dos objetivos deste trabalho, da importância de Merton no debate funcionalista e em outras discussões na sociologia e dos capítulos a desenvolvidos para a presente discussão, apresentar-se-á a disposição dos assuntos no para o restante desta

introdução. Já feita a 1.1) *Contextualização do da pesquisa*, seguir-se-á 1.2) *Problematização de Giddens através dos principais conceitos da teoria da estruturação*, na qual serão expostos os principais conceitos de sua teoria e as críticas direcionadas à Merton para que fosse possível uma recodificação. Finalizando, esboçar-se-á uma breve 1.3) *Biografia: etapas da carreira de Merton*, passando pelas diferentes fases do seu trabalho.

1.2) *Problematização de Giddens através dos principais conceitos da teoria da estruturação*

Esta segunda sessão da introdução tratará de compreender os principais aspectos da teoria da estruturação de Giddens, e através deste chegar às suas principais críticas aos conceitos de Merton que corresponderiam aos seis aspectos considerados fundamentais para compreender um sistema social: i) **sistema social**, ii) **estrutura social**, iii) **estruturação**, iv) **produção e reprodução social**, v) **integração social e integração sistêmica**, vi) **conflito social e contradição de sistemas**. Este paradigma de análise seria, segundo Giddens, capaz de compreender sistemas sociais compostos por atores capazes de executar monitoração reflexiva, e por isso iniciar-se-á esta parte do trabalho expondo o que ele entende que a sociologia pode interpretar como os atores orientam a ação.

Como será exposto ao final da biografia intelectual de Merton, as relações entre ele e Giddens são freqüentes em seus textos, sobretudo do segundo em relação ao primeiro. Todavia, tomar-se-á por base de comparação um artigo publicado nos Estados Unidos originalmente em 1976, mesmo ano em que publicou *As novas regras do método sociológico*. Neste artigo, intitulado *Funcionalismo: après la lutte*, Giddens passa pelos

apontamentos críticos sobre o funcionalismo desenvolvidos por Arthur Stinchcombe e Ernest Nagel para propor-se a uma reconstrução da proposta de Merton, inclusive apresentando uma tabela comparativa entre o corpo conceitual de sua teoria da estruturação e o *paradigma de análise funcional* de 1949, que será questionada por nós na conclusão. Por hora, esboçar-se-á apenas a descrição destes conceitos postos no artigo. Apesar de terem sido abordados de modo mais completo em *A Constituição da sociedade*, oito anos mais tarde, apreender a magnitude com que são tratados neste trabalho mais maduro ultrapassaria a proposta do presente texto. Nesta segunda ocasião são incluídos vários outros conceitos, e trabalhar todos eles seria inviável para um trabalho desta dimensão.

Todavia, no artigo mencionado não esclarece minuciosamente o que entende por monitoração reflexiva, descrevendo esta forma de estruturação da ação simplesmente por “realização deliberada dessa coordenação por parte de atores sociais que buscam fins racionalizados”, “Quando as pessoas controlam propositadamente os processos subjacentes ao conhecimento das condições em que eles ocorrem” (GIDDENS,2001,p.143). Coloca este modo de compreender a ação racional como matriz de sua teoria do sistema social, mas não esclarece, por exemplo, que tipo de racionalidade é esta. Por esse motivo é necessário recorrer ao livro de 1984, no qual ele indica a necessidade de superação de primazia ou na experiência particular do ator ou na totalidade social para explicar o surgimento das atividades sociais. Elas “não são criadas por atores sociais mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam *como* atores”.

Eles operam sua racionalidade para transformar as práticas e normas já existentes, e tomam elementos pré-existentes porque só podem racionalizar nexos causais de consequências a partir do que já prevêem; a partir do que já conhecem. Sendo assim,

reflexividade é “algo assentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros” (GIDDENS,2003,p.3). Em outras palavras, é a observação mútua tanto das posições onde se encontram os atores quanto do que eles expressam desejar com sua ação: é a *monitoração reflexiva da ação*. Por isso toma a “dupla hermenêutica” das consequências da ação: existem as que estão de acordo com o que os atores (ou, alguns atores) pretendem, e as que não acontecem como ele planeja; muitas vezes, insinua-se uma intenção mas o objetivo é outro. Para este jogo, os atores precisam lidar com a estrutura tal qual ela se oferece: regular sua ação pelas *normas* e explorar as alternativas, os recursos disponíveis para negociação com os outros atores.

Esta forma de explorar os recursos levados aos encontros sociais é o que Giddens chama de *monitoração reflexiva da ação*, que pressupõe a continuidade de práticas com o passar do tempo, mesmo que estas se manifestem sempre em arranjos diferentes. Esta sensação de que alguns padrões continuam intactos ou pouco transformados é fundamental neste processo da racionalização individual da ação, pois é o meio de aguçar a racionalidade do ator e permitir que ele abstraia a realidade social e sobre esta abstração racionalizar sua ação: a *reflexividade* pressupõe um fluxo contínuo da vida social (GIDDENS,2003,pp.1-6). Logo, um modelo de análise que entenda a sociedade como grupos de atores com tais capacidades precisa dar conta de como isto reflete nas características do sistema social.

Este modelo busca dar conta da propriedade reflexiva da atuação dos indivíduos, de modo a remodelar sempre estrutura e sistemas sociais. A noção de monitoração reflexiva deriva do conceito de personalidade reflexiva utilizada pelos pragmatistas, sobretudo de George H. Mead, pois neste encontra uma noção da constituição do “eu” (self) baseada na

construção da consciência a partir da interação com o “outro” durante o fluxo da vida cotidiana, diferente da freudiana, que explica a constituição do “eu” fragmentando-o nas categorias atemporais de id, ego, superego (idem,pp.47-51). Para dar conta disto é que Giddens estabeleceu aqueles seis conceitos interligados apontados anteriormente, que agora serão descrito na medida necessária para a comparação posterior entre os autores.

Ele diferencia a noção de **sistema social** com a de **estrutura**. As ações articuladas dentro de grupos em conflito provocam o que chama de **sistema social**, na medida em que provocam encadeamentos causais causadores de “interdependência das partes”. Eles constituem um padrão de relações sociais na medida em que torna-se também “um processo homeostático coordenado por meio de um aparelho de controle”, promovendo assim “a realização deliberada dessa coordenação por parte de atores sociais que buscam fins racionalizados” (GIDDENS,2001,p.143).

Estrutura seria o conjunto de regras e recursos gerativos usados na ação, tal que sistema social consiste no equilíbrio entre os atores constituídos em grupos geradores de forças, que obedecem estas regras e utilizam estes recursos. Na medida em que suas regras delimitam as opções de ação, a estrutura também oferece as variações possíveis para o desencadeamento da ação: “Esse significado da coerção também está acoplado à facilitação”(idem;p:201). A estrutura não é formada por “ um grupo, ‘coletividade’ ou ‘organização’; estes é que tem estruturas” (GIDDENS,1978,p.128): ela não é um sistema, mas é produzida e reproduzida pelas ações neste sistema.

Esta ação social articulada pela monitoração reflexiva racionaliza as possibilidades e as adéqua aos seus propósitos, conseqüentemente promovendo a **produção e reprodução** (que Giddens identifica como as funções manifestas e latentes de Merton, respectivamente).

Por **produção da sociedade** entende-se as mudanças consequentes da ação, e **reprodução** são os elementos mantidos por serem usados como estratégia para atingir o rearranjo desejado.

Estudar a **Estruturação** consiste em “demonstrar como esse sistema, mediante a aplicação de regras e recursos gerativos, se produz e reproduz na interação” (GIDDENS,2001,p.146). É um modo de explicação da renovação das relações de poder e dos padrões morais (das regras e recursos gerativos) citados no final do parágrafo anterior: o modo como a capacidade coercitiva do sistema, guiado pela estrutura, reafirma e renova as regras e os recursos, de acordo com os novos grupos delineados pela reação desencadeada pelos efeitos da ação no sistema, e como estes compõem novas relações de poder – entendendo toda ação social como uma negociação. Alguns são favorecidos pelas novas possibilidades, outros desfavorecidos (por isso são identificadas com os conceitos de função e disfunção no paradigma funcional de Merton). Enquanto recriação das normas e da estrutura de poder que regulam a interação, “a **estruturação**, como a reprodução das práticas, refere-se abstratamente ao processo dinâmico pelo qual as estruturas passam a existir”, sendo “tanto constituídas pela ação humana, como também, ao mesmo tempo, são o próprio meio desta constituição”(GIDDENS,1978,p.129), dada sua dualidade.

Sobre as duas distinções que considera estar introduzindo ao funcionalismo, **integração social e integração sistêmica e conflito social e contradição de sistemas**, foi considerada necessária por alegar que, no caso da primeira, porque pensa indivíduos com vinculados à totalidade e não a grupos específicos, pressuposto que não permite observar que estão ligados a grupos por internalização de valores, o que caracteriza a **integração**

social, e à coletividade através de relações entre grupos, correspondente a **integração de sistemas**.

A segunda distinção é importante para diferenciar as incompatibilidades entre elementos da estrutura, de um lado, e a rivalidade entre grupos, de outro. A diferença entre as noções **conflito** e **contradição** é que a primeira “está intimamente ligada à de interesse (...) que logicamente pressupõe a noção de ‘desejos’ que os atores trazem para a interação”, que conseqüentemente desencadeia “uma luta ativa levada no contexto dos choques de interesses”. Já a segunda concepção denota “oposição entre princípios estruturais”, que são contingentes à oposição de interesses (GIDDENS,1978,p.132).

Como foi dito, o princípio *retroalimentador* capaz de viabilizar a continuidade do **sistema** não seria de fonte estrutural – como por exemplo a coerção baseada na internalização das normas morais. Giddens define três elementos fundamentais para a garantia da integração sistêmica, ao menos que o conflito prossiga em processo de negociação, baseadas na “distribuição de poderes que neles ocorre”, dado que os “vínculos” e “intercâmbios” da interação “não devem ser considerados termos mutuamente equivalentes”. São eles: a) existência de encadeamentos causais **homeostáticos**, de modo que os resultados de uma ação não inviabilizem a estruturação de sua oponente; b) auto-regulação desta integração seja de alguma forma visível pelos diferentes atores com seus respectivos poderes e; c) a capacidade reflexiva do poder **retroalimentador**, controlado por uma das partes do sistema, que viabilize em certa medida uma auto-regulação reflexiva do conjunto das partes do sistema.

Pode-se dizer que ao estabelecer a comparação dos corpos conceituais, Giddens esboça pelo menos cinco críticas fundamentais sobre a abordagem de Merton, direcionadas

a cada comparação conceitual entre os seis elementos da teoria da estruturação e conceitos que seriam correlatos na obra do norte-americano. A primeira foi a respeito da 1) ausência de uma distinção clara entre **sistema** e **estrutura sociais**, o que apesar de ser real, não significa que não diferenciou uma dimensão normativa e cultural de uma organizacional, capaz de abarcar a dinâmica dos grupos sociais. A segunda estaria em 2) usar como princípio explicativo da dinâmica social o binômio **função/disfunção**, alegando que esta dificulta observar que algo funcional para um grupo pode ser disfuncional para outro, ou que disfunção muitas vezes pode ser confundida com a noção de conflito. A 3) indefinição sobre se função latente consiste em consequências não antecipadas, não previstas ou indesejáveis, que levou Giddens a tomá-la como imprevistas e por consequência colocou-a como referente à reprodução da estrutura, também seria um problema, que aliás motivou a presente tentativa de reformulação da compatibilidade entre os dois autores primeiramente posta por Giddens. Outra objeção estaria em 4) não ter definido um princípio explicativo da **integração dos sistemas** nem da **integração social**, posto que, pelo menos no escrito de 1949, deixou em aberto qualquer definição de *requisito funcional*, tal que o equilíbrio (ou desequilíbrio) dentro do sistema seria mantido pela soma entre função e disfunção, e a insuficiência explicativa levou Giddens a apropriar a noção de retroalimentação homeostática baseada na capacidade dos atores organizarem-se politicamente para promover o processo de forma consciente. Esta crítica teria como causa a também 5) indefinição sobre a diferença entre **contradição** e **conflito sociais**, que consistiria num quinto questionamento, indefinição que, por sua vez, seria causada pela primeira crítica exposta neste parágrafo. Um sexto e último questionamento por parte do sociólogo inglês

está exatamente no problema de 6) Merton declarar não possuir nem um sistema analítico próprio, nem um diagnóstico de seu tempo.

De fato, no que se refere à sexta crítica de Giddens, muito pouco ou nada há para se rebater: ausência de um diagnóstico de seu tempo e o fato de não desenvolver declaradamente um sistema geral de análise que apresentaria uma visão totalizante da sociedade moderna. Isso teria acontecido pelo “desejo de separar sua própria versão de sociologia em um sentido claramente diferente do de seu mentor, Talcott Parsons, com quem defendeu ‘teorias de médio alcance’.”(GIDDENS,1990,p:109) Parsons desenvolveu seu sistema geral e seu diagnóstico, reconhecendo a necessidade de ser constantemente revisto por teorias de médio alcance, o que ficou a cargo de Merton. Isto teria o distanciado de uma relação reflexiva com seu objeto de estudo, posto que a teoria social tem suas consequências sobre a sociedade, e ao negar-se a este intento, de uma certa forma esterilizou socialmente sua obra¹.

Quanto às outras cinco, as três primeiras podem ser rebatidas através do próprio *paradigma de análise funcional*, e as duas últimas nos trabalhos sobre *grupo de referência e de desempenho*. Quanto à indefinição da diferença entre **sistema** e **estrutura**, de fato Merton muitas vezes os toma como equivalentes (GIDDENS,2001,pp.137-149). No artigo *R. K. Merton on structural analysis*, Giddens inicia suas considerações apontando dois motivos para que Merton não esboce uma definição acabada para o conceito de **estrutura**:

¹ - É importante compreender que ao indicar que a obra de Merton não teve influência crítica sobre sua sociedade não consiste em dizer que ele, como cidadão, colocou-se indiferente à sua sociedade. Sabe-se que ele participou do desenvolvimento de vários programas de políticas públicas e da organização sindical de várias atividades. O que está-se afirmando é que sua obra teórica em pouco impactou sua sociedade, se comparado com autores como Parsons, Marx e Horkheimer, que fizeram de sua obra uma opinião e uma ação sobre o contexto social. Este aspecto acerca da visão de ciência em Merton, como foi exposto no início desta introdução, será feito no primeiro capítulo desta dissertação.

esta noção foi dada como esclarecida no debate sociológico e por a “análise estrutural ser tão intimamente vinculada à abordagem funcional na sociologia que as duas são mais ou menos inseparáveis” (GIDDENS,1990,p:98). Giddens argumenta que no único capítulo de *Sociologia: teoria e estrutura* nominalmente dedicado a este conceito, o *Estrutura social e anomia*, de 1938, ensaia uma teoria da relação entre ator e estrutura ao analisar a discrepância entre os valores normativos e as possibilidades de realizá-los. Todavia, “Merton não limita o termo ‘estrutura’ ao campo das relações sociais.” (idem)² Mais que isso, avalia uma relação entre ator e **estrutura** discorrendo sobre as diferentes reações que o primeiro pode ter diante das contradições do segundo: conformidade, inovação, ritualismo, retraimento e rebelião (MERTON,1970,p.213). Ignora neste texto a complexidade das relações interpessoais e inter-grupais para a manifestação destas reações. Como será visto no segundo capítulo desta dissertação, este trabalho de Merton destoa de boa parte de sua produção no período acerca desta relação entre ator e estrutura, mas mesmo neste trabalho diferencia a dimensão valorativa e normativa das relações sociais propriamente ditas.

Sobre a segunda e a terceira crítica, ambas estão pautadas no não reconhecimento de que Merton define função como efeito de uma ação sobre um sistema maior, pois se restrita a isto, o conceito não seria capaz de dizer como os resultados atingem de modo diferente as diversas partes deste todo. Como será demonstrado no penúltimo capítulo desta dissertação, é possível dizer que no paradigma de análise funcional consequências funcionais ou disfuncionais, manifestas ou latentes, atingem diferentemente os diversos grupos sociais. Um bom argumento sobre este problema é o fato de Merton recorrer exatamente a Mead e

² - Idem nota 20.

outros pragmatistas na definição do que entende por *consequências não antecipadas da ação social propositada*, e o mesmo se dá com a definição de função latente: se nesta questão da antecipação existe uma estratégia de *ocultamento* das consequências que o ator prevê, função latente consiste na dimensão estratégica e não declarada da ação – o que Giddens chama de *monitoração reflexiva da ação* -, e as manifestas consistem nas consequências admitidas pela coletividade e por isso podem ser declaradas. Como será argüido no penúltimo capítulo, as funções manifestas que correspondem à reprodução da sociedade, e não as latentes.

Quanto à ausência de uma explicação de um elemento capaz de promover a **integração sistêmica e social** diante dos **conflitos e contradições** do sistema e da estrutura, respectivamente, de fato Merton deixa em aberto em 1949. Se neste primeiro momento reduziu esta explicação a um equilíbrio homeostático livre de qualquer regulação, nos trabalhos sobre *grupo de referência e desempenho* deixa bem claro que este caráter estratégico que se buscará vincular às funções latentes faz com que a agregação dos atores leve a constituição de uma espécie de sistema de governança, trazendo ao sistema de grupos em interação e conflito uma regulação muito parecida com a que Giddens propõe na *teoria da estruturação*. Ou seja, Merton também considerou insuficiente a idéia de equilíbrio proposta no paradigma de análise funcional, e construiu uma explicação mais elaborada de como atores com características estratégicas dentro da agregação dos grupos sociais, tal que também incrementou elementos semelhantes às duas diferenciações que Giddens diz incluir no paralelo de modelo funcionalista de Merton.

Considerando-se que estas críticas podem ser contra-argumentadas, encontrar-se-á em um *paradigma da análise funcional dos grupos sociais* uma abordagem capaz de

compreender a *relação entre consequências previstas e não antecipadas da ação social propositada e a manutenção dinâmica dos sistemas sociais*. Deste modo, averiguar se função latente pode ser entendida como resultados da ação que podem ser percebidos de modo diferente pelos diferentes grupos sociais, e não simplesmente imprevista por todos, torna-se cabal para afirmar-se que Merton conseguiu um modelo de análise funcional capaz de compreender conflito e poder. Seria possível encontrar um paralelo conceitual entre a teoria da estruturação de Giddens e a de Merton bem maior que a admitida, caracterizando a abordagem do autor inglês como uma recodificação da do norte-americano.

Dada a contextualização teórica e problematização da investigação aqui exposta, a próxima sessão deste capítulo introdutório trará uma reconstrução histórica do trabalho de Robert Merton e de seu papel no meio acadêmico. Em uma certa medida, adiantar-se-á os trabalhos e contextos que servirão de base para os três últimos capítulos do presente trabalho. Dividir-se-á a carreira do autor norte-americano em três fases: i) um período exploratório, discorrendo sobre seu primeiro trabalho, que apresentam de modo esparso as questões que viria a tratar pelo resto da carreira, como sociologia da ciência e ação em sistemas dinâmicos de grupos em conflito, e descrevendo onde e como foram produzidos; ii) o período da teoria funcional dos grupos (1934-1948), no qual Merton construiu as bases de sua abordagem e estabeleceu-se como um dos principais sociólogos na comunidade acadêmica dos Estados Unidos (1949-1957) e; iii) o período de transição (1958 em diante), no qual despreendeu-se sensivelmente do rigor em reconstruir a análise funcional e pensar em novos paradigmas para as ciências sociais. Neste último período ele se interessou em discutir com novas abordagens, como a teoria do conflito inglesa,

interesse que o levou a iniciar uma relação com Anthony Giddens, o que deu margem para a construção desta pesquisa

1.3) *Etapas da carreira de Merton*

Período pré-funcional ou exploratório (até 1948)

Filho de imigrantes russos, Robert King Merton nasceu em quatro de julho de 1910, em uma região pobre da Filadélfia, e foi registrado com o nome de Meyer R. Schkolnick (CALHOUN,2003). Mudou seu nome aos dezenove anos, quando ganhou uma bolsa de estudos da Temple College (SCHULTZ,1995,p.11), por influencia de Charles Hopkins³, amigo mais velho que casou-se com sua irmã com quem o autor nunca perdeu o contato.

Nesta passagem por Temple, Merton tornou-se assistente de pesquisa de George Simpson, professor apenas seis anos mais velho, de quem foi, além de ajudante, companheiro de conversas e bebidas, e amigo até o final da vida⁴. Foi na pesquisa sobre relações raciais deste mestre que Merton começou a usar intuitivamente a técnica hoje conhecida como “grupo focal”, e também o interesse pelo processo de interação e estruturas de grupos em conflito - nas palavras de Merton, “sistemas de relações sociais” (MERTON,1970,p.13).

³ - É possível dizer que Merton projetou em Hopkins, futuro marido de sua irmã, a figura do pai que desejava. Na página dedicada aos agradecimento acerca da publicação de *Social Theory and Social Structure*, o autor dedica o livro em primeiro lugar ao cunhado, como uma homenagem póstuma, com as seguintes palavras:

“O primeiro e maior desses atributos [de agradecimento] é ligeira e tardiamente reconhecido no fato de ser esse livro dedicado a Charles H. Hopkins, esposo de minha irmã, cuja vida despertou em muitas criaturas o sentido profundo da dignidade humana. Para nós, que compartilhamos do convívio de sua existência serena, ele continua vivo. É com amor, respeito e gratidão, que dedico este livro a Hopkins, que aprendeu por si mesmo aquilo que pode ensinar aos outros.” (MERTON;1970; p:13)

⁴ - A respeito de George E. Simpson, na mesma página da nota anterior, Merton agradece por “ter inculcado, na mente de um estudante novato (...), o devido interesse para estudar o funcionamento dos sistemas de relações sociais. Não poderia ser sido mais auspiciosa qualquer outra introdução à sociologia.” (idem)

Também foi Simpson quem o apresentou a Pitrim Sorokin, exilado russo do pós-revolução de 1918 e membro do gabinete de Kerensky, criador do Departamento de Sociologia da Universidade de Harvard (SCHULTZ;1995;p:11-12), para onde levou o recém bacharel de Temple em 1931. Sorokin possuía um conhecimento enciclopédico das ciências sociais, apresentando aos estudantes americanos autores considerados clássicos no outro lado do mundo. Inclusive, proporcionou uma outra leitura de Durkheim, ou, pelo menos, apontou outros questionamentos sobre sua obra, diferente tanto do seu uso pelos estrutural-funcionalistas da etnologia, como Radcliff-Brown, quanto do que foi proposto em Parsons.

Mesmo podendo-se dizer que as preocupações sociológicas de Merton firmaram-se com George Simpson, fica evidente o papel de Harvard no delineamento do arcabouço teórico com o qual debateu pelo restante de sua carreira. Apesar de ter sido Sorokin quem abriu a Merton o acesso à teoria sociológica européia – sobretudo a francesa -, e, segundo o próprio Merton, ajudou a fugir “... do provincianismo de acreditar que o assunto principal da vida social se centralizava em problemas tão periféricos da vida social, como o divórcio ou a delinqüência juvenil.”, esta relação foi mais pessoal que intelectual – pelo menos em termos de paradigma. Aliás, tratou-se de uma relação consideravelmente ambígua⁵. Isso

⁵ - No capítulo dedicado à Merton do seu livro *Novas Teorias Sociológicas*, originalmente publicado em 1966, ao mesmo tempo que chama o paradigma funcional de Merton de “taulológico”, “retroativo” e “utilitário”, considerando seus conceitos “fracos e indeterminados”, e suas análises “banalidades fantasiadas de proposições científicas”, nas notas de rodapé do mesmo texto compara as análises de conceitos clássicos como anomia feitas por seu ex-aluno à “variações de Beethoven sobre temas mozartianos ou as de Brahms sobre temas de Paganini”, e refere-se aos comentários de Merton como uma contribuição “significativa com a sua judiciosa crítica das teorias de outros sociólogos”, inclusive dos próprios ‘calhamaços’ de Sorokin (SOROKIN;1969;pp:412-432). A forma como Sorokin referiu-se à Merton na dedicatória de uma de suas últimas publicações deixa sua posição muito clara: “To my darned enemy and dearest friend – Robert – from Pitirim”(SZTOMPKA;1997;p:323). Da parte de Merton, o reconhecimento do

porque apesar da grande influencia sobre Merton, não admitia visões interpretativas muito distantes da sua, o que acabou por afastar – apenas intelectualmente – o aluno do seu círculo de discípulos.

Apesar de chegar a publicar trabalhos com Sorokin, Merton viu em um sociólogo recém chegado a Harvard a sua grande influencia definitiva: Talcott Parsons⁶. Parsons destacava-se dentro do que chamava Círculo de Pareto, grupo de estudos sobre o economista italiano muito influente na época, inspiração a partir da qual declara ter lido os demais clássicos abordados na construção de sua teoria da ação e teoria do sistemas sociais – Merton preferiu não fazer parte deste grupo, mas jamais abriu mão de ser o maior interlocutor de Parsons até a morte do mestre. Ao contrário de Sorokin, despertava “a independência intelectual, ao invés de meramente fazer com que seus discípulos lhe obedecessem” (MERTON,1970,p:14). Por isso mesmo, Merton e outros deste “Círculo” deixaram de procurar na ação não lógica a resposta para as inovações no processo de

papel de antigo mestre não o impede de designa-lo de “prefiguracionista”, aquele que “descreve a mais tênue semelhança entre idéias antigas e novas como se fosse uma identidade virtual”, e por isso, desvaloriza praticamente qualquer texto de seus contemporâneos, como algo que já foi dito a muito tempo (MERTON;1970;pp:35-40).

⁶ - Como foi dito anteriormente, Parsons passou de mestre a maior interlocutor de Merton, que apesar das críticas tanto ao mestre quanto a alguns de seus colaboradores, como Stouffer, sempre foi sua referência teórica e pessoal dentro da academia. As palavras dedicadas à Parsons nos agradecimentos de *Social Theory and Social Structure* demonstram bem esta admiração:

“Aqueles que lerem as páginas que seguem, logo reconhecerão que a maior dívida nesse sentido é para com o meu professor e amigo Talcott Parsons, que desde o início de sua carreira soube inculcar a tantos de seus discípulos o maior entusiasmo pela teoria analítica. A medida de sua eficiência como professor está no fato de ter despertado a independência intelectual, ao invés de meramente fazer com que seus discípulos lhe obedecessem.”(idem;p:14)

interação, substituindo a noção de resíduo pela dinâmica dos grupos e a diferença gerada por novas identidades construídas na interação (LADD e LIPSET,1972,p.80).

Este caminho ficou visível já em seus dois primeiros artigos, *Recent French Sociology* (1934) e *Durkheim's Division of Labor in Society* (1934), ambos criticando a dificuldade do estrutural-funcionalismo durkheimiano em compreender a capacidade criadora da interação (1934). Já em 1935 publica uma resenha da compilação *Mind, Self and Society*, de George H. Mead, que pode ser considerado o pragmatista mais usado por Merton para sua reconstrução da análise funcional⁷. No artigo *As conseqüências não antecipadas da ação social propositada*, originalmente de 1936, tornou-se visível a relação entre ação, cognição e mudança estrutural. Em 1937, saiu a primeira publicação de *Sociologia do Conhecimento*, onde critica a sociologia da religião de Durkheim via Mannheim⁸, além de uma análise onde relaciona a percepção dos fatos e do tempo nos

⁷ - Outros pragmatistas norte-americanos são trazidos à tona neste artigo e em outros posteriormente escritos por Robert K. Merton. Todavia, recorrer-se-á apenas a Mead no presente trabalho por quatro motivos: i) apesar de ser atribuído por Merton à William James, Mead também faz do conceito de personalidade reflexiva um elemento central para compreender o comportamento humano (MEAD;971;pp:127-143). Aliás, Mead vai além, ao compreender suas conseqüências em um “outro generalizado”; ii) a noção de profecia auto-realizadora foi desenvolvida simultaneamente por W. I. Thomas e G. H. Mead. Enquanto o teorema de Thomas parte do princípio de que “Se os homens definem situações como reais, reais se tornam em suas conseqüências”, Mead afirma que “Se uma coisa não é reconhecida como verdadeira, não funciona como verdadeira na comunidade” (MERTON;1970;p:34). Pode-se dizer que estas duas variações de uma mesma idéia deram origem, respectivamente, aos conceitos de função manifesta - conseqüências antecipadas da ação social - e latente - conseqüências não antecipadas ou reconhecidas da ação social (idem;pp:117-150); iii) os conceitos de grupo de referência e grupo de desempenho partem diretamente das noções de “outro significativo” e “outro generalizado” de Mead, respectivamente; e iv) Giddens também recorre à Mead como alternativa diferente de Freud para indicar a monitoração reflexiva da ação, elemento explicativo da dualidade da estrutura em ser produzida e reproduzida pela ação social (GIDDENS;2003;pp:47-51)

⁸ - Merton aproxima futuramente (1941) a contribuição de Mannheim à de Mead na crítica à Durkheim, no artigo Karl Mannheim e a sociologia do conhecimento (MERTON;1970;p:606)

parâmetros sócio-culturais e para a astronomia, intitulada *Social Time: A Methodological and Functional Analysis*, em conjunto com Sorokin. No mesmo ano defendeu sua tese de doutoramento, *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*, orientado por George Sarton⁹, historiador da ciência que o introduziu esta área, trabalhada por Merton em toda sua vida, sobretudo após a década de 1960. Neste trabalho, operacionalizou sua noção de interação, estrutura e mudança tanto técnicas quantitativas de análise de conteúdo, como na própria forma de analisar como a ciência se formou pela interação entre os pesquisadores (idem,pp.206-209).

Concluída sua passagem por Harvard, Merton ainda passou pela Universidade de Tulane, em New Orleans, onde trabalhou no *Office of War Information*, e em uma pesquisa sobre influencia de programas de rádio e filmes em grupos criando a técnica de “focussed group interview”, que considerava uma forma muito mais real de sentir a dinâmica da opinião pública do que meros surveys (SCHULTZ,1995,p:12). Em Toulane, publicou *Estrutura Social e anomia*, onde procurou responder às críticas já feitas por ele mesmo ao trabalho de Durkheim, ainda marcado por algumas obscuridades por colocar a mudança como resultado de um processo de anomia causado pelas inovações geradas nas negociações e reelaborações dos padrões estruturais inerentes às negociações procedidas no processo de interação.

⁹ - Se considerar-se que a sociologia da ciência consistiu em um tema corrente em toda carreira acadêmica de Merton, isso demonstra o quão bem ele foi introduzido e abastecido sobre o tema pelo seu orientador de doutoramento. A Sarton, Merton se refere da seguinte forma:

“A George Sarton, o mais apreciado entre os historiadores da ciência, sou grato tanto pela amizade como pela orientação e privilégio de ter labutado a maior parte do período de dois anos em sua formosa oficina de trabalho, na 189ª Secção da Biblioteca de Harvard.” (idem;p:13)

Por tratar-se de um teórico com nítido interesse pela pesquisa empírica, foi contratado pela Universidade de Colúmbia em 1939, simultaneamente à integração do matemático austríaco Paul Lazarsfeld¹⁰, com quem organizou e coordenou o *Bureau of Applied Social Research*. Ainda na década de 1940, desenvolveu neste escritório uma série de estudos empíricos, que iam desde pesquisas de opinião até análises de organizações militares. Pode-se dizer que os estudos sobre burocracia tiveram uma maior concentração, destacando-se a orientação da tese de doutoramento de Philip Selznick, *TVA and the Grass Roots*, defendida em 1953, onde as principais teses de Merton já exploradas em seus primeiros textos aparecem organizados em uma noção de organização social posta em primeira mão. Pode-se dizer que os estudos sobre burocracia mostraram à Merton um objeto de estudo onde pode estudar a relação entre ação e estrutura em uma dimensão de médio alcance, facilitando uma teorização deste processo.

¹⁰ Quanto a Lazarsfeld, é possível apreender três grandes contribuições na obra de Merton: 1) ao trabalhar junto a um matemático como Lazarsfeld, Merton desassociou o conceito de função da morfologia, adotando uma noção matemática (uma noção bastante abstrata e que não confunde a noção sociológica de função com a biológica); 2) por ser um especialista em pesquisa empírica quantitativa, inspirou Merton à desenvolver o debate entre teoria e pesquisa que culminou nas teorias de médio alcance e; 3) auxiliou Merton a sistematizar quantitativamente a metodologia que este considerava mais adequada para analisar a dinâmica dos grupos sociais, a técnica de grupos focais. Nas palavras de Merton, esta influencia apresenta-se da seguinte forma:

“Uma vez que em nossas incontáveis conversações tornou-se evidente que ele não suspeitava da extensão de minha dívida intelectual para com ele, sinto-me especialmente feliz, nesta ocasião, de chamar sobre ele a atenção do público. Para mim, um de seus mais valiosos traços tem sido a sua cética curiosidade, que me compeliu a articular-me de modo mais completo possível, quanto às minhas razões em considerar a análise funcional presentemente como a mais promissora, senão a única orientação teórica adequada à extensa faixa de problemas da sociedade humana. E, acima de tudo, através de seu próprio exemplo, ele reforçou a minha convicção de que a grande diferença entre a ciência social e o diletantismo reside na busca sistemática e séria, isto é, intelectualmente responsável e austera, daquilo que, a princípio, é apenas uma idéia atraente e interessante.” (ibidem;p:14)

Todavia, para o escopo do presente trabalho, destacar-se-á suas publicações que focaram diretamente o debate teórico da sociologia. São elas: *Recent french sociology*; *Durkheim's Division of Labour in Society*; *Review of Mind, Self and Society*; *As consequências não antecipadas da ação social*; *Estrutura social e anomia*; *Sociologia do conhecimento*; *Karl Mannheim e a sociologia do conhecimento* e *A propicia que se cumpre por si mesma*. Eles serão trabalhados no terceiro capítulo da dissertação.

É possível encontrar nesta seqüência a mesma ordem apontadas nos quatro dos seis elementos considerados aqui componentes do processo de *reflexividade*. Apesar de não diferenciada entre **sistema** e **estrutura**, estas duas dimensões estão dispostas enquanto 1) instituições e substratos sociais (sistemas) e 2) objetivos culturalmente definidos e esfera das verbalizações e das idéias (estrutura). A **produção** e **reprodução** da sociedade dá-se pelas noções de *consequências não antecipadas da ação social* e profecia auto-realizadora, dado que ocultamento e manifestação podem tanto esconder intenções reais quanto apresentar verdades parciais, elementos estratégicos para o controle dos efeitos da ação. **Conflito** e **contradição** aparecem nas análises de grupos em conflito e nas noções de anomia e filiação múltipla. Resta uma reflexão sobre o processo de **integração** e os mecanismos pelos quais ocorre a **estruturção**, para que se tenha já nesta época um paralelo viável entre Merton e Giddens.

Quanto ao quinto elemento, a **retroalimentação do sistema** através do **equilíbrio homeostático da estrutura**, sua imersão em programas de estudos empíricos embasados pelo debate teórico mencionado anteriormente levaram Merton a colocar em cheque os postulados característicos do estrutural-funcionalismo, principalmente no que se refere a como este explicava este processo de renovação e reestabelecimento da estrutura social

através da dinâmica de interação dos atores e dos grupos sociais: daí a necessidade da análise funcional de médio alcance, para se encontrar em dimensões não tão amplas quanto os oferecidos pelos grandes sistemas teóricos. Esta tentativa de um novo paradigma funcional que permitisse compreender a dinâmica social consistiu no intento dos seus principais trabalhos posteriores.

Período da teoria funcional dos grupos (de 1949-1957)

Esta fase da carreira de Merton foi marcada por dois processos elementares: a) a consolidação da escola parsoniana como um grupo que conquistou um prestígio definitivo na academia sociológica norte americana, tendo a figura de Merton como grande interlocutor entre as mais variadas tendências dentro desta abordagem e entre esta e outras escolas sociológicas; e b) momento em que sintetiza os resultados tanto de suas leituras e análises teóricas quanto de seus programas de pesquisa empírica promovidos pelo *Bureau of Applied Social Research*, primeiro construindo um paradigma de análise funcional aberto para apontar as deficiências do estrutural-funcionalismo, publicado sob o título *Funções manifestas e latentes* na primeira edição de *Sociologia: teoria e estrutura* (MERTON,1970,pp.85-152), e depois desenvolvendo na teoria dos grupos de referência, publicado em 1957 na segunda edição do mesmo livro em dois capítulos intitulados *Contribuição à teoria do comportamento do grupo de referência* (idem,pp.305-364) e *Continuidade na teoria dos grupos de referência e estrutura social* (ibidem,pp.365-478)

um modo de aplicar seu paradigma funcional, onde faz a distinção ente grupos de referência e desempenho¹¹.

Nestes trabalhos sobre grupo de referência, reencontrou a dimensão do conflito e da produção da sociedade através do fluxo da interação e da filiação múltipla dos atores como forma de manifestação das contradições sociais. Aliás, reconsiderou o abandono dos pré-requisitos funcionais dos sistemas sociais abandonados em seu paradigma, adotando *integralidade*, *visibilidade* e *autoridade* como elementos necessários para um equilíbrio sistêmico. O contexto institucional e intelectual desse período da carreira de Merton foram separados e colocados nesta ordem porque o primeiro explica em uma certa medida o segundo.

Com exceção dos pragmatistas da escola de Chicago, antes do universo intelectual de Harvard dos anos 1930 liderado por Parsons e Sorokin a sociologia norte-americana era marcada por um empiricismo exagerado e por pouquíssimo diálogo com a teoria social européia. Quando Parsons decidiu seguir a carreira de sociólogo, primeiro passou pela London School of Economics and Politics, satisfazendo-se intelectualmente apenas em um momento posterior quando estudou na Alemanha. Retornou ao continente americano com uma enorme bagagem dos clássicos europeus, organizou uma equipe para estudá-los em Harvard, e, após a Segunda Guerra Mundial, protagonizou a transferência da produção teórica de sua área dos Estados Unidos para a Europa. Resumindo, constituiu um grupo de pesquisadores que defendiam e dialogavam em torno de seu pensamento e simultaneamente conquistou prestígio internacional. Consequentemente, teve condições de inserir-se e integrar seus colaboradores em uma posição privilegiada na academia norte-americana,

¹¹ - Estas duas distinções não serão esclarecidas mais detalhadamente aqui, pois serão as bases de comparação entre Merton e Giddens, na sessão posterior desta introdução.

tanto em termos institucionais quanto na opinião dos profissionais da área, dentre as mais diversas tendências intelectuais e políticas (LADD e LIPSET,1972,pp.73-74). Uma demonstração disso está nos quadros que compuseram a administração da American Sociological Association, como demonstra o quadro abaixo:

Ano	Presidente	Vice-presidente
1949	Talcott Parsons	
1950	Leonard Slater Cottrell Jr	Robert K. Merton
1953	Samuel Stouffer	
1954	Florian Znaniecki	
1956		Robin Murphy Williams Jr
1957	Robert K. Merton	Kingsley Davis
1958	Robin Murphy Williams Jr	Robert E. L. Faris

Com exceção de Znaniecki, autor bastante influente na obra de Merton na sociologia da cultura (e por isso foi incluso no quadro) mas pouco presente no debate do funcionalismo sistêmico de Parsons, em 10 anos metade dos presidentes da ASA eram diretamente ligados ao grupo de Parsons, sem contar seus interlocutores que ocuparam a vice-presidência. Todavia, de 1958 até hoje, apenas 11 presidentes da ASA não mantiveram algum tipo de diálogo com Merton: ou textualmente, ou pessoalmente ou dando sequência a debates iniciados por ele e sustentados por seus alunos e colegas¹². Entre estes sucessores, estão: Paul Lazarsfeld (1963), principal colaborador de Merton em suas pesquisas

¹² - Este levantamento foi feito averiguando-se os textos de posse na presidência da ASA, a partir de uma lista completa destes presidentes e vice-presidentes de todos os presidentes desta associação, respectivamente:

Presidentes:

http://www.asanet.org/cs/root/leftnav/governance/past_officers/presidents_by_date

Vice-presidentes:

http://www.asanet.org/cs/root/leftnav/governance/past_officers/vice_presidents

empíricas; Sorokin (1965); Willian J. Goode (1972); Peter Blau (1974) e Lewis Coser (1975) alunos intimamente influenciados por Merton; Alice Rossi (1983); com que elaborou a teoria dos grupos de referencia; James Coleman (1992); . Ou seja, além do número de 80%, esta lista apresenta pessoas íntima e pessoalmente ligadas a Merton que apareceram na presidência em cinco décadas diferentes. Dois fatores podem explicar este fenômeno: primeiro, pelo vasto leque de referências teóricas e metodológicas, o que viabilizou um amplo grupo de interlocutores; segundo, pela diversidade de temas trabalhados por Merton – doze, segundo Crothers (CROTHERS,1994,p:20).

Todavia, este movimento de travessia do atlântico rumo oeste após 1945 acabou sendo revertido já na década de 1960 (GIDDENS,2003,pp.XIII-XV), tal que no momento em que a revisão de Merton no funcionalismo ganhava força institucional no meio acadêmico norte-americano, sua ressonância não foi tão forte na Europa: o nome de Parsons consolidou-se e continua até hoje no debate europeu, o de Merton nem tanto. Os críticos europeus do professor de Harvard, como Rex, Dahrendorf, Lockwood e atualmente Habermas e Beck¹³, não absorveram também as contribuições de Merton que, aliás, fez críticas muito parecidas com estes ao seu mestre. Neste momento, as escolas francesa, alemã e inglesa estabeleceram uma viabilidade institucional para constituírem escolas sociológicas próprias. Por isso a relevância dada por Giddens ao trabalho de Merton consiste em mais um elemento para justificar a presente investigação, sobretudo porque o

¹³ - Habermas recorra igualmente aos pragmatistas – no caso, Mead – para reconstruir a insuficiência de Durkheim e Parsons em compreender o papel de atores interação na construção da realidade social. Já Beck chega a trabalhar com a noção de ‘efectos secundarios latentes’ (BECK, U; La sociedad del riesgo; Barcelona, Ed. Paidós, 1998; pp:25-26)), conceito razoavelmente parecido com o de função latente.

inglês diz recodificar o funcionalismo de Merton e a partir dele construiu tanto um sistema teórico próprio quanto um diagnóstico da modernidade.

O lugar de destaque no qual Merton é posto por Giddens está bastante de acordo com seu prestígio no contexto norte-americano, de meados do século XX até, pelo menos, a década de 1980. Diante da rivalidade entre a Escola de Chicago, de viés mais microsociológico e relativamente mais empirista, e a Escola de Harvard, marcada por sistemas totalizantes e bastante calcada na leitura de clássicos da sociologia, como Durkheim e Pareto, Merton tornou-se um elo. Na medida em que se tornava simultaneamente um crítico e aliado de Parsons e seus colaboradores, mostrou-se necessária a construção de uma opção teórico-conceitual que justificasse tanto as críticas quanto legitimasse a relação de Merton com estas influências científicas. Daí uma explicação para a construção do paradigma de análise funcional no início deste período.

Neste paradigma e em outros trabalhos deste período, tomou noções de **estrutura**, **sistema**, **manutenção (retroalimentação)** e **integração do sistema**, característicos do funcionalismo sistêmico, incluindo **ação**, **conflito** e as consequências de ambos, noções típicas dos interacionistas de Chicago. A noção de **estrutura social** é vista tanto como limitações nas possibilidades de mudança e ação no sistema social como enquanto oferta de opções de ação, através da coerção promovida pela internalização de valores do sistema cultural e da capacidade de racionalização dos fatores envolvidos na ação, respectivamente.

Já o modo como a **ação** é racionalizada (pelo ator e pelos seus pares) em seus aspectos reconhecidos e não reconhecidos pela coletividade foi dividido em função manifesta e função latente; tanto uma como a outra geram consequências limitadas estruturalmente que promovem a **estruturação** (reproduzem e produzem, respectivamente)

do sistema social. Estas consequências podem ser tanto estabilizadoras do sistema (função), gerando **integração**, como entrar em **conflito** tanto com o padrão cultural quanto com os outros atores (disfunção). Desse modo, Merton deixa em aberto o mecanismo através do qual o sistema garante a **retroalimentação** do **equilíbrio homeostático**, na medida em que rejeita momentaneamente desenvolver um conceito que represente o requisito funcional na estrutura para a reprodução do sistema. Isso porque discorda que a noção de **coerção** de Durkheim satisfaça este requisito, pois existiriam sempre uma série de alternativas funcionais capazes de transpor estas limitações estruturais (MERTON,1970,pp.117-121)

É nítida a prioridade dele em temas teóricos e uma concentração em trabalhos empíricos sobre um tema central das organizações sociais complexas: sociologia das profissões, da burocracia, do ensino superior. Para tal, estabeleceu um programa amplo no debate teórico entre Columbia, Harvard, Cornell, Univ. da Carolina do Norte, universidades onde chegou a ministrar aulas neste período, e até mesmo Chicago (CROTHERS,1994,p:23). Retornando ao grupo ligado a Parsons na mesa diretora da ASA durante os anos 1950, temos figuras centrais na elaboração de *The American Soldier*, Stouffer, Cottrell Jr e Robin M. Williams Jr, estudo a partir do qual Merton desenvolveu sua Contribuição à teoria do comportamento do grupo de referência (MERTON;1970;pp:305-478), com a colaboração da psicóloga social Alice Rossi. Foi nesta época que suas principais crias intelectuais trabalharam com ele em pesquisas sobre organizações: Philip Selznick, Peter Blau, Alvin Gouldner e Amitai Etzioni, autores que deram origem à Teoria Geral da Administração (CROTHERS,1994,p:24). Nestes trabalhos acerca de organizações públicas, privadas e militares um outro autor tomou força no

pensamento de Merton, Georg Simmel, estudado com maior profundidade em um seminário de licenciatura organizado por ele (idem,p.25).

Na teoria dos grupos de referência, Merton embasou-se na marginalizada teoria homônima de Herbert H. Hyman (MERTON,1970,p.331 e 359) para desenvolver sua crítica à proposta de exploração empírica do sistema de Parsons já esboçada por Stouffer desde o final dos anos 1940's, revisando a forma com que os colaboradores de *The American Soldier* avaliam o grau de integração e conflito na interação entre soldados norte-americanos.

Revisando a noção de *privação relativa*, que consiste na idéia de que um individuo entende sua situação comparando-se com outros do mesmo grupo, Merton observa que um ator pertence a vários grupos que se entrecruzam, e o modo com que o status em um grupo pode corresponder ou não ao status em outro oferece ou não meios para que este se coloque na interação (grupo de desempenho). Sendo assim, não é possível dizer que um ator cumpre este ou aquele papel, nem que definitivamente pertence a este ou aquele grupo (pode, aliás, transferir-se para um grupo rival), de modo a desencadear uma noção de estrutura e sistema social de atores dinâmica e modificável á cada circunstância de interação. Dada a influencia constantes de elementos extra-grupo na dinâmica social, Merton restabelece como requisitos funcionais, abandonados no paradigma de análise funcional, integralidade, visibilidade e autoridade.

Através deste trabalho Merton revê suas considerações acerca dos dois últimos elementos dos seis postos como centrais na formulação de uma teoria que dê conta do processo de reflexividade: **integração e conflito sociais** e **estruturção**, estabelecendo um mecanismo capaz de promover a **retroalimentação do sistema**. Na medida em que

delinea a **integração** de grupos de atores a partir de como estes se põe para o **conflito** com outros grupos, não resume á adequação entre ação e possibilidades estruturais: trata-se de uma relação de conflito entre um grupo integrado e outro grupo também integrado – em suma, uma disputa de poder.

A **retroalimentação do equilíbrio homeostático do sistema** seria resultado do exercício de poder por uma autoridade que garantisse a visibilidade entre ele e os demais atores e modulasse ponderadamente o acesso entre os demais atores, equilibrando assim uma integralidade no sistema de interação de status-papéis; a disfunção seria o não cumprimento destes requisitos. Esta fusão dos dois trabalhos, paradigma de análise funcional e Contribuição à teoria do comportamento do grupo de referência (feita pelo próprio autor, dado que continua trabalhando com as noções de função manifesta, latente e disfunção)¹⁴ permite uma recodificação do funcionalismo capaz de preencher os requisitos para dar conta de uma abordagem do chamado processo de reflexividade.

Além das duas edições de sua principal obra, outros três volumes publicados pelo autor tiveram uma relevância fundamental: *The Focused Interview* (1956), *Sociology Today* (1959) e *Contemporary Social Problems* (1961). Estes dois últimos, apesar de terem sido publicados fora da data estipulada na periodização proposta no presente trabalho, foram compilações organizadas por Merton sobre temas trabalhados por vários autores ainda em temas teórico-conceituais característicos desta segunda fase da carreira do organizador (CROTHERS,1994,p.25). Já *The Focused Interview* consiste em um manual de investigação empírica da técnica hoje chamada de “grupo focal”, em co-autoria com

¹⁴ - Esta complementaridade entre estes dois trabalhos também é defendida por Crothers, que explora a idéia lançada por Stinchcombe sustentando que as complementações da *teoria dos grupos de referência* sobre os postulados do *paradigma de análise funcional* consistem em uma *teoria geral latente* na obra de Merton (CROTHERS,1994;pp:73-108).

Marjorie Fiske e Patricia L. Kendall, fruto também dos estudos organizacionais (ibidem,p.24). Na verdade, esta metodologia que consiste em analisar a formação de opiniões e posicionamentos sociais de acordo com a dinâmica exercida em um grupo a partir de suas lideranças, já vinha sendo explorada por Merton desde o final dos anos 1920, em Temple; ele preferia esta forma de avaliação da opinião pública em detrimento aos clássicos surveys, que não dão conta de como a interação irá transformar a opinião e criar realidades (SCHULTZ,1995,p.12).

Pode-se concluir que neste período de cristalização de seu paradigma de análise funcional dos grupos, entendo seus dois principais trabalhos teóricos como complementares, como a finalização de seus trabalhos teórico-conceituais. Nem mesmo nestes trabalhos Merton abandona a dimensão de médio alcance e a preocupação puramente conceitual voltado para a pesquisa empírica de seu trabalho. É bem verdade que seus trabalhos sobre burocracia adiantaram em boa medida o cenário pós-industrial descrito por Daniel Bell (CROTHERS,1994,p.24), seu colega de Colúmbia, todavia não tiveram um viés conclusivo acerca de um diagnóstico sistemático de seu tempo. O período seguinte caracteriza-se por uma reflexão acerca das consequências epistemológicas e acadêmicas do diálogo entre pragmatismo, empiricismo, funcionalismo e marxismo proposta por ele, que o levou a apontar Giddens, ao lado de Stimchcombe, como autor capaz de sintetizar a abertura oferecida pelas teorias de médio alcance e construir um novo sistema teórico geral para a sociologia (MERTON,1979,pp.164-165).

Período de transição (1958 em diante): de Merton à Giddens

Já no discurso apresentado em sua posse como presidente a ASA, em 1957, *Priorities in Scientific Discovery*¹⁵, dois traços significativos desta fase da obra de Merton ficaram evidentes: a tendência em reencontrar requisitos funcionais nos estudos de estrutura e práticas sociais, demonstrando uma consolidação de seu paradigma funcional dos grupos (MERTON,1970,pp.651-662); e um retorno à sociologia da ciência, agora de modo menos sistemático e mais como uma reflexão acerca da relação entre a ciência e o contexto social, enquanto instituição, espaço de interação (CROTHERS,1994,p.25). No início deste período o autor centrou sua atenção no Programa de Sociologia da Ciência de Colúmbia, ao lado de Harriet Zuckerman, Stephen e Jonathan Cole e Thomas Gieyrn (idem,p.26).

O conjunto de cartas de Merton a Robert Burton publicado com a título de *On the Shoulders of Giants* (MERTON,1990), em 1965, exemplifica um terceiro traço característico desta fase de sua produção: o caráter livre de sua escrita, menos preza a detalhamentos conceituais ou empíricos. Esta menor preocupação conceitual pode ser observada também em *A ambivalência sociológica* (MERTON,1979,pp.15-51), de 1963, *A ambivalência dos líderes de organizações* (idem,pp.103-123) e *Insiders and Outsiders* (MERTON,1972,pp.9-47), e denota uma maior ênfase em esclarecer e refletir acerca de concepções fundamentais da práxis na socialização. Este pode ser o motivo de alguns autores indicarem o abandono do funcionalismo e adoção de uma abordagem estruturalista, como Charles Crothers (CROTHERS,1994,p.27) e o próprio Anthony Giddens (GIDDENS,1990,p.100). É bem verdade que o conceito de função fica de escanteio na análise da relação entre atores e estrutura social, e que o texto que possivelmente esclarece

¹⁵ - Foi publicado como décimo oitavo capítulo de *Sociologia: teoria e estrutura*, na edição de 1968, sob o título de *A ciência e a estrutura social democrática*.

o posicionamento de Merton nesta última etapa de sua produção intelectual foi *A análise estrutural na sociologia*, onde ele opõe-se à proposta de paradigma unificado de Gouldner e define o estruturalismo como “a pior abordagem existente, com exceção de todas as outras” (MERTON,1979,pp,147-193). Todavia, como será demonstrado no restante da dissertação, as avaliações feitas neste período estão inteiramente condizentes com as possibilidades postas por ele em *seu paradigma funcional dos grupos*. Sobre este texto, vale ressaltar ainda que Merton aponta Giddens como um dos teóricos capazes de atingir uma teoria geral unificadora, pois “Giddens, recentemente, analisou as congruências dos escritos de Marx, Durkheim e Weber” (MERTON,1979,pp.164-165)

Trata-se de um momento em que as consequências de sua obra teórica tomou conta do debate sociológico, com pessoas próximas dominando o meio institucional da sociologia norte-americana e debatidas na Europa, porém com menos intensidade. Ou seja, do papel de construtor de um paradigma científico Merton passou a espectador dos resultados de sua proposta. A partir do final dos anos 1960, tal espírito “revisor” do debate que protagonizou por três décadas renderam-lhe a incumbência retrospectiva de escrever sobre seus colegas e amigos após as suas mortes, além de revisar uma série de manuscritos de outros sociólogos do mundo todo, que queriam sugestões antes de publicar seus trabalhos (CROTHERS,1994,p.26); dentre eles uma versão preliminar de *A constituição da sociedade*, de Giddens (GIDDENS,2003,p.X), autor cuja relação intelectual com Merton guia a interpretação do norte-americano a ser aqui exposta.

Nascido em 1938, em Edmonton (North London), Anthony Giddens graduou-se na Hull University, onde ingressou interessado em filosofia mas acabou direcionando-se para estudos de sociologia e psicologia (BRYANT e JARY,2000,p.168). Em 1959, após concluir

a graduação com um desempenho notável, foi aceito como aluno de mestrado na London School of Economics and Politics, onde trabalhou com Asher Tropp e David Lockwood, por quem foi introduzido ao debate crítico em relação ao funcionalismo sistêmico de Parsons. Em 1961 começou a lecionar na Leicester University, onde entrou em contato com Norbert Elias, que o influenciou na leitura de Simmel (ou que tinham abordagens semelhantes a este), como G. H. Mead, Becker e Goffman, do interacionismo simbólico norte americano (idem,p.3). Lá passou por um processo de formação intelectual, caracterizado como um período exploratório sobre as tendências que iriam aflorar a partir da segunda metade da década de 1960.

Entre 1966 e 1968 Giddens trabalhou na América do Norte, primeiro na Simon Fraser University, em Vancouver, onde teve contato com Tom Bottmore, e depois na Universidade da Califórnia, onde teve um contato direto com os já estudados interacionistas simbólicos, e onde também teve na influencia da contracultura local a grande inspiração para a renovação que promoveu na sua forma de olhar a esquerda européia (idem,p.5). Foi sob esta atmosfera que Giddens idealizou seus dois principais livros anteriores a *Novas Regras do Método Sociológico*, de 1976, *Capitalism and Modern Social Theory* (1971) e *The Class Structure of the Advanced Societies* (1973). O desenvolvimento de sua noção de estrutura deriva diretamente de outros cientistas sociais presentes na Universidade da Califórnia, como Goffman, Garfinkel, Cicourel e Schegloff(SICA,2000,pp.288-289).

Todavia, o seu primeiro trabalho onde estabelece em linhas gerais a sua teoria da estruturação foi mesmo *Novas Regras do Método Sociológico* (GIDDENS,1978), de 1976. Depois de uma apresentação epistemológica apresentada no primeiro capítulo e esclarecimento dos conceitos básicos no segundo, Giddens dedica o terceiro para uma

crítica ao estrutural-funcionalismo, de Durkheim à Parsons, defendendo que ambos não conseguem um equilíbrio adequado entre ordem, poder e conflito. Para a discussão aqui proposta, é importante ressaltar que Giddens declara negar-se a “... acompanhar a carreira do conceito de função nas mãos de Merton etc., já que [se propõe] á abandonar completamente esta noção.” (GIDDENS,1978,p.127).

Este detalhe é fundamental porque no mesmo ano (1976) ele publica nos Estados Unidos o artigo *Funcionalismo: après la lutte* (GIDDENS,2001,pp.115-159), no qual defende uma releitura de três funcionalistas, Nagel, Stinchcombe e principalmente Merton (SICA,2000,pp.296-297), além de mostrar o paralelo conceitual entre a sua teoria e a de Merton, conceito por conceito (GIDDENS,2001,p.150). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que recusa uma continuação do funcionalismo, ele reitera que não o rejeita por completo. Pode-se dizer que Giddens busca avançar no funcionalismo exatamente onde este mostrou-se insuficiente, atingindo Parsons mas não destrinando Merton (SICA,idem). Prova disso são os dois fragmentos que abrem esta introdução.

O sociólogo inglês recupera esta possibilidade de paralelismo entre sua proposta teórica e a de Merton em *A constituição da sociedade*, obra publicada originalmente em 1984, em que desenvolve o esboço apresentado em *Novas Regras*, sobretudo no que tange à compreensão da estruturação da ação e seus efeitos, tanto as estruturadas quanto as estruturantes (GIDDENS,2003,pp.1-16). O autor inglês posteriormente reitera a importância de se reincorporar a análise de Merton ao debate sociológico, todavia, apenas quando imune aos conceitos funcionalistas, no artigo *R. K. Merton on structural analysis*, de 1990 (GIDDENS,1990,pp.97-110). Este texto traz a peculiaridade de aparecer após o período de maior contribuição teórica de Giddens, em um momento em que o teórico da

estruturação centrava suas atenções na renovação da esquerda européia através do projeto da terceira via, e por isso pode ser considerado como uma espécie de palavra final de sua parte sobre o assunto. Nele Giddens repete suas críticas à noção de função de Merton, reconhecendo que este posteriormente desenvolveu uma noção de estrutura social – exatamente a partir dos anos 1960 – capaz de dar conta do processo de *reflexividade*, quando abriu mão de noções funcionalistas como disfunção.

2. Estudo teórico e teoria de médio alcance

Como buscou-se salientar no capítulo introdutório, Robert Merton tornou-se uma liderança dentro do universo acadêmico norte-americano por uma série de fatores. Dialogou com os principais cientistas sociais dos Estados Unidos, sendo citado por quase todos eles, principalmente até a década de 1970. Foi professor de boa parte dos que viriam a ser os grandes nomes da sociologia em seu país nas gerações subsequentes, conseguindo que estes tivessem liberdade de pensamento no desenvolvimento de suas carreiras e abordagens. Participou em boa medida da vida política, assessorando sindicatos e debatendo programas de governo com lideranças do Partido Democrata, chegando a lecionar na União Soviética exatamente durante os anos de Guerra Fria. Deste legado, pelo menos dois conceitos foram apropriados de modo efetivo até os dias de hoje: *função latente* e *teoria de médio alcance*. Sobre o primeiro destes será discorrido por quase todo o resto deste texto, sendo que este capítulo em especial tratará do segundo.

Apesar de Giddens, a principal orientação pela qual se discute a contribuição de Merton na presente dissertação, dizer muito pouco ou quase nada sobre o que Merton queria dizer com “médio alcance”, esta discussão sobre como ele entendia a intersecção entre teoria e pesquisa empírica parece fundamental. É importante frisar o quanto é importante uma compreensão deste problema aqui, pois se o objetivo é encontrar em Merton um princípio pelo qual os sistemas sociais matem sua existência e assim perceber no autor diretrizes para uma *teoria geral funcional dos grupos sociais*, mostra-se capital rejeitar que nele há um empirismo relutante a discussões teóricas clássicas. Se estamos em

busca de uma teoria geral mostra-se contrassensual admitir que ele não se dispõe a debater com os clássicos.

A defesa da correspondência entre paradigmas teóricos e pesquisa empírica, marca do que se convencionou chamar Escola Sociológica de Columbia, deu margem a uma série de críticas tanto dos que o acusam de desprezar as formulações teóricas e defender que as teorias devem brotar das constantes encontradas na pesquisa empírica. Se estas críticas fossem fiéis ao defendido por Merton, conseqüentemente levariam também a um segundo questionamento, ao descaso em relação aos clássicos da sociologia. Uma terceira acusação viria da falta de comprometimento crítico em relação à sociedade, que somado ao empirismo e abandono pais fundadores levaria a um quadro característico de um pensador positivista.

No caso da primeira crítica, acusá-lo de abandonar a reflexão teórica levaria a cobrá-lo então a proposta de um novo paradigma, que seria a proposta das *teorias de médio alcance*. Esta interpretação exigiria do texto de 1949 uma rigidez e estandarização metodológica e epistemológica que nem era seu objetivo. Ele apenas pensava naquele momento determinado da história da sociologia, e definir tal trabalho como um manifesto de anti-parsonianismo consistiria em um absurdo.

Merton sempre fez um esforço de esclarecer que era apoiado pelo seu mestre em várias ocasiões, sendo a recíproca verdadeira, como foi demonstrado no capítulo introdutório: tudo indica que não trazia um novo paradigma, mas uma preocupação sobre os já existentes, sobretudo o funcionalismo. Despreendeu muito menos esforços tanto para romper com a Escola de Harvard do que se pensa quanto em definir novos paradigmas, também não tinha intenção de apresentar algo totalmente novo, muito menos uma proposta

acabada: apenas considerava o assunto de esclarecimentos conceituais urgente no debate sociológico norte-americano. Fazem coro á esta crítica com a qual não concordamos autores como Stephen Turner, Jeffrey Alexander, Pierre Bourdieu e Ralph Dahrendorf, com os quais será discutido este problema. Eles alegam que o autor não foi muito claro ou não apresentou uma proposta coerente de abordagem

Quanto á segunda indagação, sobre o descaso com os clássicos, pode-se encontrar sim uma vontade de superação cumulativa, e não o esquecimento destes em oposição ao reforçamento dos postulados sem promover inovações: apenas com este espaço de inovação elementos considerados detalhes nos trabalhos clássicos poderiam no presente serem observados com novos olhos, como tentou fazer com os problemas da **anomia** em *Estrutura social e anomia* e com o da **diferenciação**, em seus estudos sobre *grupo de referência*. Não é necessário mais que uma leitura rápida sobre qualquer texto do autor para perceber que invariavelmente constrói seus modelos analíticos dialogando com uma infinidade de teóricos que discutiram o tema em questão, o detalhe que evitou sempre filiar-se demasiadamente á um paradigma específico. Foi denunciando que Merton defendia um empirismo cumulativo, em detrimento aos autores clássicos, que Alexander construiu sua crítica á Merton, criticas com as quais também se junta a Turner e Sorokin.

Quanto ao terceiro ataque geralmente direcionado à sua forma de pensar a teoria sociológica, de fato é verdade que não pretendia criar uma teoria libertadora: ou, pelo menos, estava mais em busca de verdades positivas que preocupado com as consequência imediatas de seu pensamento na sociedade em geral; seu diálogo primordial era com a comunidade científica. Não que isso o impediria de ter uma visão crítica de seu tempo, todavia estando mais preocupado em depurar abordagens e métodos capazes de explicar de

modo cada vez mais certo o modo com que os grupos sociais se dispunham na sociedade que Daniel Bell viria a chamar de Pós-industrial. De fato propôs-se a um modelo positivista, porém com um modelo muito mais dinâmico e menos determinista. Para estes críticos, aliás, a separação entre Merton e Parsons, apontada pela primeira fonte de críticas, não faz sentido, muito menos o abandono dos clássicos, pois a crítica viria exatamente de fecharem-se no debate entre sustentabilidade da teoria e experimentação empírica. Dois autores serão trazidos para clarificar esta crítica, Theodor W. Adorno e Alvin Gouldner, que começou como discípulo de Merton passando a amigo e crítico do mestre.

Apresentadas as principais críticas e os autores usados como fontes destas, a organização deste capítulo segue da seguinte forma. Será dividido em três sessões: 2.1) esclarecimento sobre em que consistem as *teorias de médio alcance*; 2.2) compreensão das principais críticas a esta proposta de Merton e; 2.3) conclusão sobre como o autor poderia ser definido nos próprios termos em que pensa a teoria, além de uma justificativa sobre a coerência em propor-se a um debate teórico cujo principal autor tratado defendeu a experimentação empírica para clarificar-se teorias.

2.1 – O que Merton entendeu por teorias de médio alcance

Tudo indica que a expressão *teoria de médio alcance* (*middle range theory*) tenha sido cunhada pela primeira vez por Merton no texto *Discussion*, publicado em 1948, no qual debate com a ideia de Parsons de que “a discussão crítica do trabalho de diferentes pessoas é o meio pelo qual várias contribuições existentes podem convergir no

desenvolvimento de um único esquema conceitual” (MERTON,1999,p.97). Merton concorda com a necessidade de convergência das várias contribuições - e muitas vezes rivais - com as quais era possível se deparar, e que para isso era necessário fazer seus defensores discutirem direta e abertamente.

Mas seria impossível esperar que um indivíduo sozinho seja capaz de criar um sistema teórico para solucionar os problemas da sociologia. O resultado imediato seria de que cada teoria traria uma série de lacunas que nunca seriam reconhecidas pelos seus autores, de modo que a discussão ficaria baseada puramente em aspectos lógicos e abstratos das teorias propriamente ditas, e apenas acirraria o conflito entre elas. Não levaria a uma convergência, mas à vitória momentânea de uma contra as outras.

A forma defendida considerada mais adequada para que esta discussão acontecesse estaria no desenvolvimento de “teorias aplicáveis à alcances limitados”, como estudos de dinâmica das classes, conflitos entre grupos de pressão e influência interpessoal em comunidades, por exemplo. Uma convergência gradual de pequenas teorias em psicologia social e antropologia levaria a teorias mais amplas, até chegar-se a teorias gerais. A discussão deveria acontecer nas pequenas dimensões porque o confronto com a realidade empírica dificultaria grandes distorções durante o debate, levando também à discussão sobre métodos de pesquisa. Este apontamento já havia sido esboçado no artigo *Sociological Theory*, de 1945 (Idem,p.99).

No segundo capítulo de *Sociologia: teoria e estrutura* , intitulado exatamente de *Sobre as teorias sociológicas de médio alcance* , Merton salienta que sempre existirá um hiato entre as necessidades práticas de respostas sociológicas e o conhecimento acumulado dos cientistas em qualquer momento histórico definido, pois ele sempre se depara com

situações novas criadas por contextos diferentes de acordo com os atores envolvidos. Tal que qualquer sociologia compreensiva deve sim estar baseada em pressupostos, o que afastaria de concentrar-se esforços em questões triviais.

Todavia, esta também deveria estar baseada em dimensões menores e não em sistemas totalizantes invariavelmente portadores de pressupostos acerca de como a sociedade funcionaria melhor, para evitar o que o autor chama de “balcanização da sociologia”, quando pensadores carismáticos conseguem transformar as diferentes escolas em “principados governados por um sistema teórico próprio” (MERTON,1970,p.63). Por tais motivos propõe um retorno a dimensões iniciais da interação humana, evitando sistemas totais momentaneamente, como demonstra o parágrafo abaixo:

“Considerando-se tudo isso, parece razoável supor que a sociologia progredirá na medida em que sua maior (mas não exclusiva) preocupação for a de desenvolver teorias de médio alcance, e que ficará atrasada se a sua atenção primordial se concentrar no desenvolvimento de sistemas sociológicos totais. É por isso que em seu discurso de abertura do ano escolar na ‘London School Economics’, T. H. Marshall fez um apelo favorável ao estabelecimento de ‘degraus sociológicos de médio alcance’. Hoje, nossa tarefa principal consiste em desenvolver teorias especiais aplicáveis a objetivos conceituais limitados – teorias, por exemplo, dos desvios de comportamento, das conseqüências inesperadas de uma ação dirigida a certo propósito, da percepção social, dos grupos de referência, do controle social, da interdependência das instituições sociais – mais do que procurar imediatamente a estrutura conceptual total, própria a produzir estas e outras teorias de médio alcance.” (MERTON,1970,pp.62-63)

É interessante observar que neste fragmento Merton faz questão de mencionar que tal reivindicação metodológica não parte apenas dele, e que em outros países tal discussão já está em pauta. Também nota-se que já havia publicado trabalhos sobre as cinco teorias especiais mencionadas. Tratando-se de escritos publicados na segunda metade da década de 1940, não seria inoportuno considerar que o autor estava em seus momentos de maior dedicação à investigação empírica, como em seus trabalhos com Paul Lazarsfeld, com

quem publicara trabalhos sobre comunicação de massa, e Patricia L. Kendall, co-autora do primeiro texto onde sistematizou a metodologia de entrevistas com grupos focais.

Já no início da sistematização desta metodologia, publicada em 1946 no artigo *The focused interview*, faz-se questão de diferenciar a forma de abordar a pesquisa de opinião sobre temas específicos. Isto porque na entrevista com grupos focais os entrevistados “sabem que serão envolvidos em uma situação concreta particular”, “focada em experiências subjetivas” dos atores, que apresentarão suas experiências e opiniões em uma discussão em grupo. A entrevista é com “elementos hipoteticamente significativos, padrões de comportamento, e estruturação total desta situação são previamente analisadas pelo investigador” (MERTON e KENDALL, 1946, p.451). Ou seja, não se trata de um método no qual registra-se o observado e procura-se correlações, mas sim analisa-se o observado a partir do que se espera da situação. Esta metodologia encaixou-se perfeitamente nas preocupações com a interação e construção social apresentadas em toda obra de Merton – como sinalizam os cinco tipos de pesquisa com os quais exemplificou o que chama de *teorias de médio alcance* - e em primeiro plano mostra que ele não pensava na pesquisa empírica produzida sem pressupostos.

De fato, esta preocupação com a inter-relação entre teoria e pesquisa empírica teve sua maior preponderância no trabalho de Merton exatamente neste período, perdendo espaço para trabalhos mais conceituais e epistemológicos sobre a análise funcional estrutural. É interessante também salientar que o que está chamando de médio alcance não consiste apenas em buscar sistemas de interação menores, paralelo que se poderia construir com a microssociologia em seus estudos de comunidades ou as chamadas comunidades primitivas estudadas pelos antropólogos do estrutural funcionalismo. Tratam-se também de

questões específicas de processos que acontecem em qualquer sistema social, de modo que cada processo identificável seria estudado em separado, e de alguma forma estes estudos diferentes sobre as mesmas sociedades poderiam dar, no final das contas, uma noção de conjunto.

Considerando que tais reflexões tem como pano de fundo estabelecer um contraponto com o principal teórico norte-americano deste período, vale também salientar que logo nas duas primeiras páginas do principal trabalho de Parsons até então, *The Structure of Social Action*, de 1937, o autor descreve uma abordagem exatamente igual à criticada por Merton. Ele sustenta o uso dos quatro autores escolhidos como fontes principais – Alfred Marshall, Pareto, Durkheim e Weber – como apenas base de argumentos para suas próprias idéias, e que não foram escolhidos por “constituírem uma ‘escola’ no sentido usual, ou que exemplificam uma época ou período na história da teoria social, mas que eles todos, em aspectos diferentes, fazem importantes contribuições para este corpo teórico único” (PARSONS,1949,p.V). Propõe a construção de uma teoria baseada exclusivamente no debate teórico, considerando os autores quase como atemporais: Merton poderia até concordar com a atemporalidade, mas não com o debate exclusivamente teórico. Posteriormente, Parsons futuramente viria a concordar com Merton sobre a necessidade de contraponto entre teoria e pesquisa empírica, como pode-se observar no fragmento abaixo:

“No fim deste caminho de crescente freqüência e especificidade das ilhas de conhecimento teórico, estende-se a posição ideal, cientificamente falando, em que a maioria das hipóteses realmente funcionais da pesquisa empírica são diretamente derivadas de um sistema geral de teoria. Essa posição somente foi atingida na física, entre todas as ciências. Mas não se deve concluir que, por distantes que estejamos desse objetivo, os passos nessa direção sejam fúteis. Muito ao contrário, qualquer

passo real nessa direção constitui um avanço. Somente nesse ponto final é que as ilhas se fundem numa massa continental de terra.” (PARSONS,1950,p.7)”

Este trecho tirado do discurso de posse de Parsons na presidência da American Sociological Society, demonstra claramente uma guinada no seu pensamento. Em seus dois livros publicados posteriormente, os últimos capítulos tratam sobre a aplicabilidade empírica de seus postulados, ambos de 1951. No caso, em *Toward a General Theory of Action* a última sessão do livro conta com cinco capítulos escritos por colaboradores diferentes sobre possibilidades de exploração empírica de sua abordagem (PARSONS et all,1962,pp.365-496), enquanto que em *The Social System* o capítulo dez trata de um estudo de caso sobre a prática médica (PARSONS,1951,p.428-479)

Esta preocupação ecoa, por exemplo, em seus trabalhos sobre família com Robert Bales e no que talvez foi seu último trabalho de grande expressão, *O sistema das sociedades modernas*, no qual, após um delineamento de seu arcabouço conceitual, reconstrói historicamente como o cristianismo constituiu as bases culturais da modernidade. Entretanto, Parsons acabou por evitar as dimensões menores como objeto das ciências sociais, priorizando análises sistêmicas de grande escala, em detrimento do *médio alcance* defendido por Merton.

Este caso de apropriação parcial de como Merton indica a necessidade de interrelação entre pesquisa empírica e teoria é mais um caso entre outros tantos. A corrente má compreensão do que foi defendido colocou em cheque até mesmo a fidelidade do defensor das *teorias de médio alcance* em relação aos clássicos da sociologia: acusação estranha, dada a frequente referência aos pais fundadores da sociologia, como Marx, Weber, Durkheim, Simmel e uma enorme gama de cientistas sociais norte americanos. A

sessão seguinte trata exatamente da forma com que esta dimensão menor de pesquisa social foi absorvida e, principalmente, criticada, inclusive por discípulos de Merton.

2.2. As interpretações: distorções e simplificações

Apesar de ser bastante plausível uma interpretação do que Merton chama de médio alcance que não seja puramente empiricista, nem completamente distante do paradigma usado pelo grupo de Parsons, nem necessariamente positivista, no sentido determinista do termo, muitos autores de peso disseram o contrário. Um artigo publicado pelo filósofo da ciência Stephen Turner resume de uma certa forma as críticas das quais foi mira. Turner não deixa de colocar suas questões de um modo ambivalente, questionando o rompimento tanto com Parsons como o suposto desgarramento feito em relação a esquemas teóricos de um modo geral, que segundo ele seriam características necessária para se definir um modelo de análise social peculiar exclusivamente à Escola de Colúmbia. O fragmento seguinte, retirado de um texto publicado em 2009, será o parâmetro na apresentação das críticas à teoria de médio alcance:

“Qual é sua visão da idéia de esquema conceitual de Harvard? Ele a rejeita? Alguém pode pensar que sim, a despeito de sua referência para Duham, se ele pensa que o papel dos esquemas conceituais de alguma forma desapareceu quando ele construiu ‘teorias especiais’. Mas ele rejeitou a idéia de Parsons de que cada ciência precisa desenvolver esquemas conceituais? É um argumento meramente ‘político’ manifestar-se sobre como fazer a sociologia avançar como uma ciência? Se for, como exatamente é a política suposta para trabalhar? É realmente o caso de concentrar-se em teorias especiais que pode produzir conclusões e teoremas que serão livres do problema das múltiplas abordagens? Isto é importante entender porque é precisamente este argumento que foi abandonado em 1975. Similarmente, seu argumento de estandarizar modelos de testar hipóteses para pesquisa social, deturpado na forma com que atualmente acontece na pesquisa social, é uma discordância metodológica, ou

meramente trata-se de um comentário prático? Ele tem, como muitas vezes subentendeu, como nós vemos em conexão com sua insinuação em abdicar, um modelo diferente? Mais geralmente, Merton usou este ensaio para prover-se de um mapa de rota para o desenvolvimento da sociologia – uma estratégia – ou ele descreveu um modelo sobre que tipo de conhecimento é possível para a sociologia, para dizer, um ponto de vista metodológico para alocar junto com outros” (TURNER,2009,p.181)

Resumindo, as questões levantadas giram em torno de se Merton 1) defendia tão puramente um novo paradigma teórico baseado na abstração de teorias diretamente tiradas das repetições observáveis na pesquisa empírica, limitando a isso o leque de possibilidades de pesquisa em sociologia, ou estaria apenas recorrendo a um discurso político, defendendo uma agenda de pesquisa? Neste caso, 2) ele estaria disposto a abandonar os paradigmas teóricos clássicos na sociologia ou propondo esta nova agenda disciplinar de pesquisa, especificamente localizada no debate em meados do século XX, para em outro momento considerar a comunidade científica apta a retomar os clássicos e assim reconstruir um paradigma menos sectário para esta ciência? Uma terceira questão, implícita na citação acima, 3) refere-se a uma mudança de ponto de vista em 1975.

Trata-se de um artigo no qual rejeita a proposta de Alvin Gouldner em unificar a sociologia no que seu ex-aluno chama de *Sociologia Reflexiva*, levando em última análise a uma visão crítica da sociedade, visão endossada pelos frankfurtianos, como Adorno. Em outras palavras, apesar de correntemente buscar uma aproximação com os escritos de Marx, 3) Merton cairia em uma visão positivista de sociologia, tanto quando é visto como um empiricista quanto como membro do paradigma de Parsons? O restante desta sessão tentará compreender as implicações destes questionamentos, tentando respondê-los.

Empirismo ou pesquisa teoricamente orientada

O objetivo central do texto de Turner é avaliar o que Merton tem a dizer sobre como deve ser a abordagem sociológica, algo necessário para que o autor possa ser considerado um clássico, status adquirido por Durkheim e Weber exatamente por terem oferecido um paradigma de análise, com *As regras do método sociológico* e “*Objetividade*” no *conhecimento das ciências sociais*, respectivamente. Por isso toma o texto *Sobre as teorias sociológicas de médio alcance*, conectando-o com *Influência da pesquisa empírica sobre a teoria sociológica*, segundo e quinto capítulos de *Sociologia: teoria e estrutura*. Um primeiro passo para compreender a parcialidade da argumentação pode ser a total ignorância demonstrada no texto de que o capítulo que vêm antes de *Influência da pesquisa empírica sobre a teoria sociológica* é exatamente *Influência da teoria sociológica sobre a pesquisa empírica*. Esta ambigüidade usada para defender-se um certo behaviorismo na obra de Merton traz consigo alguns sociólogos importantes na atualidade.

Esta é, por exemplo, a posição de Jeffrey Alexander, que coloca diretamente a teoria de médio alcance como uma versão da idéia de Whitehead de que uma ciência deve estar pronta a esquecer seus fundadores, princípio comum dentre as ciências naturais. Nele a teoria sistemática de médio alcance consistiria apenas na “codificação do conhecimento empírico e na construção de leis explicativas” (ALEXANDER,1996,p.25), juntados em um emaranhado de teorias acumuladas com a incessante produção de pesquisa. Esta idéia de que os clássicos nada mais são do que a base de uma pilha de conhecimento acumulado seria resultado de uma leitura acrítica destes, que os vêem apenas como fonte de dados ou produtores de postulados ainda não comprovados. Este processo de acúmulo estaria apenas

na capacidade dos escritos clássicos em antecipar, esboçar, pré-descobrir aquilo que com que o sociólogo se depara no momento de sua pesquisa.

Esta visão empiricista e acumulacionista que estaria presente na noção de “médio alcance” não é nem um pouco exclusiva de Alexander e Turner. Ralf Dahrendorf, em seu clássico *Class and Class Conflict in Industrial Society*, até defende a razão de Merton sobre a capacidade da descrição empírica de “inspirar, transformar, redirecionar e clarificar teorias”, mas que considera importante corrigir o autor norte-americano de que “entretanto, ‘pesquisa empírica’ não pode substituir criações teóricas”, sugerindo que ele propõe abordagens teóricas apenas primeiramente comprovadas pela experimentação, reforçando a primazia empírica da qual Merton é acusado por Turner e Alexander (DAHRENDORF,1959,p.72).

Mesmo Raymond Boudon, que declarou ter construído seu conceito de *efeitos perversos* a partir da idéia de *predição criadora* desenvolvida por Merton (BOUDON,1979,p.9), posiciona-se com razoável ambivalência quando se trata das *teorias de médio alcance*. Ele afirma que nem mesmo Lazarsfeld sabia responder ao que Merton se referia, e que apesar de os sociólogos “ganharem muito em eficiência e respeitabilidade no mundo externo se tomarem a palavra ‘teoria’ no mesmo sentido que fazem as outras ciências, e se eles teorizarem da mesma forma que outros cientistas”, considera “desesperançoso e quixotesco tentar determinar a curva de variáveis independentes que operaria em todos os processos sociais” (BOUDON,1991,pp.519-520). Ou seja, também compartilha que Merton estava buscando uma abordagem sociológica bem mais ligada a resultados de cálculos estatísticos ou probabilísticos que as questões levantadas e as explicações muitas vezes preliminares esboçadas pelos autores clássicos.

No caso deste crítico em especial, ao menos ele admite a dificuldade em definir um modelo de análise específico que caracterizaria a abordagem sociológica de Merton, e mesmo assim considera-se um defensor das proposições do autor em questão neste estudo (BOUDON,1979,pp.175-224). Mesmo Alexander admite isto, apontando ser “possível reconstruir seus argumentos de diferentes maneiras” (ALEXANDER,1996,p.52). A larga referência a autores clássicos promovida por Merton em praticamente todos os seus textos contraria por si só tal posicionamento dos críticos mencionados acima.

Já no início do texto usado como pano de fundo por Turner para interpretar as teorias de médio alcance, *Influência da pesquisa empírica sobre a teoria sociológica*, coloca-se como principal objetivo demonstrar “que a pesquisa empírica vai muito além do papel passivo de verificar e comprovar a teoria: faz mais que confirmar ou refutar hipóteses” (MERTON,1970,p.172). Isto porque vê no confronto metódico com a realidade social, principal fonte de novas indagações, este processo de confirmação ou refutação sempre traz consigo o surgimento de coisas novas não previstas pelas hipóteses: a *serendipidade*. Trata-se do lugar da incerteza na pesquisa, “causa para o desenvolvimento de nova teoria ou pela ampliação de uma teoria já existente” (idem,p.173) Isso levaria à necessidade de uma *refundição* da teoria, exigindo dela capacidade de interpretar o elemento novo com um *reenfoque em seu interesse teórico*, em sua abstração do real, e forçando igualmente uma renovação metodológica, além de uma nova explicação de seu corpo conceitual.

Em outras palavras, deixa bem clara a necessidade de um arcabouço teórico anterior a qualquer renovação que a pesquisa empírica possa trazer à teoria, não se tratando de uma mera sistematização das regularidades mostradas pelos dados. Desenha também um esboço

sobre como esta novidade trazida pela *serendipidade* deve ser apropriada pela teoria fornecedora das hipóteses, afirmando a preocupação com a teoria, e não o mero registro de novos resultados experimentais. Esta discussão sobre como a teoria sociológica direciona a pesquisa empírica foi levada a cabo no capítulo anterior de *Sociologia: teoria e estrutura, Influencia da teoria sociológica sobre a pesquisa empírica*. Interessante notar que em relação à ordem do livro, esta preocupação é anterior à preocupação com a pesquisa empírica.

A definição de teoria sociológica consiste em um conjunto de conceitos logicamente articulados em orientações gerais, capazes de apresentar uma invariabilidade *derivável*, tal que “as predições e os dados precisos servem para reduzir os efeitos *empíricos* exercidos sobre a pesquisa pela falácia lógica de afirmar o conseqüente”. Somente “quanto tais conceitos se relacionam entre si em forma de sistema é que começa a aparecer a teoria” (ibidem,p.158). Apesar disso, “predições que se verificam derivadas de uma teoria, não provam ou demonstram essa mesma teoria; apenas fornecem uma medida de confirmação, pois é sempre possível que outras hipóteses, tiradas de sistemas teóricos diferentes, possam explicar também os fenômenos preditos” (ibidem,p.167). Esta definição é construída em oposição a outras cinco formas de desenvolvimento em ciências sociais que correntemente também estavam sendo denominadas de teoria: “(1) metodologia; (2) orientações sociológicas gerais; (3) análise de conceitos sociológicos; (4) interpretações sociológicas *post factum*; (5) generalizações empíricas em sociologia ” (idem,p.154).

Por trabalhos de “metodologia” entende “finalidade da pesquisa, o caráter da inferência, os requisitos de um sistema teórico. Mas estes conhecimentos não implicam um *conteúdo* particular de teoria sociológica. Existe, em suma, uma clara e decisiva diferença

entre *saber como comprovar* um conjunto de hipóteses e *saber a teoria* de onde se devem tirar hipóteses a serem comprovadas” (ibidem,p.155). Consiste exclusivamente em modelos de definição de objeto e esclarecimentos metodológicos, não em conceitos interligados que forma uma noção de todo social.

As “orientações gerais” seriam postulados clássicos que servem de “ponto de partida para o teórico”, compreendendo “amplos postulados que indicam *tipos* de variáveis que devem ser levados em conta de qualquer maneira, e não especificam relações determinadas entre variáveis particulares” (ibidem,pp.156-157). Não tem sua importância posta em questão, mas apenas apontam diretrizes para investigações a serem feitas. Deste modo, esta noção adianta parte da discussão sobre a segunda questão posta pelos críticos de Merton a qual se pretende discorrer neste capítulo, sobre se ele pretende abandonar os clássicos ou renovar seus legados.

Quanto à “análise de conceitos sociológicos”, trata dos trabalhos cuja principal meta reside na “análise conceptual, que se limita à especificação e ao esclarecimento de conceitos-chave”, fundamental por “tornar explícito o caráter dos dados subsumidos num conceito. Serve , por conseguinte, para reduzir a probabilidade de que resultados empíricos espúrios sejam expressos em termo de conceitos dados” (ibidem,pp.157-158). Trata-se de um momento anterior á busca de relações entre os conceitos, explanando sobre o que cada conceito trata, à quais fenômenos se referem e como respondem as orientações teóricas, sendo uma fase primordial de qualquer método.

Sobre as modalidades de pesquisa primordialmente empíricas, divide-as em “interpretação sociológica *post factum*”, os estudos de caso em que os pesquisadores “recolham dados que somente mais tarde são submetidos a um comentário interpretativo”, e

“não a comprovação empírica de uma hipótese pré-formulada” (ibidem,pp.161-162). Trata-se de uma prática razoavelmente desligada de qualquer paradigma teórico, pois não formula anteriormente o que quer saber do universo empírico. As “generalizações empíricas em sociologia” não consistem em si grandes avanços para a teoria, pois “uma miscelânea de tais proposições apenas fornece as matérias-primas para a sociologia como disciplina. A tarefa teórica e a orientação da investigação empírica rumo à teoria, começam quando se estabelece tentativamente a relação das uniformidades com um conjunto de proposições relacionadas entre si” (ibidem,p.164).

Em primeiro lugar, fica claro que Merton não está pensando em criar teorias a partir de regularidades empíricas. Também não seria através da definição de um método ou por orientações gerais, como postulou Turner em sua crítica. Como será pormenorizado mais adiante, também não pretende abandonar teorias anteriores através da pesquisa empírica, mas encontrar como esta pode ser útil para complementá-las ou adaptá-las para contextos específicos. Apenas defende a necessidade de precisão e de “leis” específicas vinculadas a arcabouços mais gerais para garantir tanto a precisão e fortalecimento dos mesmo quanto a clareza para que paradigmas diferentes reconheçam quando dizem coisas semelhantes sobre processos nitidamente aproximáveis. Deste modo, é possível oferecer uma resposta que discorde do posicionamento de Alexander, Turner e Dahrendorf, pelo menos no tocante ao papel da pesquisa empírica na renovação da teoria sociológica. Alguns comentadores importantes endossam esta interpretação sobre o tema.

Em reação à crítica publicada em 2009, Harold Kincaid contra-argumentou sustentando a transposição da noção de teoria nas ciências naturais não consiste em um absurdo em si. Isto porque não consistiria no abandono das teorias clássicas, mas que

teorias “são muitas vezes exatamente orientações gerais – idéias sobre as quais sentimos fenômenos para estudar, explicações de fatores possíveis, ou algo parecido” (KINCAID,2009,pp.266-267). De qualquer modo, Kincaid ainda defende que Merton possuía uma visão de ciência natural sobre a sociologia, que realmente poderia se desinteressar progressivamente dos clássicos fundadores.

Assumindo a posição de *teórico de médio alcance*, Mattei Dogan demonstrou com bastante clareza o como Merton sustenta a relação entre teoria clássica e sua renovação. Segundo Dogan, “cada disciplina tem um patrimônio próprio, composto de conceitos, métodos, teorias e práticas (...). Existem progressos cumulativos incluídos no âmbito da teoria. Uma teoria pode parecer antiquada, mas sempre restará algo dela, que se integrará nas novas teorias”. Nesta apropriação pontual de argumentos clássicos que se estabelece a proposta de Merton, em uma sociologia momentaneamente fragmentada em áreas específicas. Esta noção de *teoria de médio alcance* parece bastante fiel á proposta inicial, apesar da radicalização feita pelo autor do artigo, que defende que para “estes setores especializados – sejam híbridos ou monodisciplinares – não fazem falta teorias ambiciosas, nos contentamos com o que Robert Merton chamou ‘teorias de médio alcance’” (DOGAN,1994,p42).

Não se pode dizer que Merton se colocaria em uma posição tão radical, parecendo mais plausível a interpretação posta por Neil Smelser, que compara com a noção de teoria na economia, que consiste na “exposição de relações, derivações e hipóteses em uma linguagem”, e a formulação de que se trata de “um conjunto formalmente exposto de hipóteses relacionados com resultados empíricos”, sendo a “teoria de médio alcance mais ampla e trata de incluir princípios explicativos em um âmbito maior de

tempo”(SMELSER,1994,p.10). Define as teorias de médio alcance como conjunto organizado de hipóteses relacionadas que não estariam presas a um momento, para que possam ser comparadas com desenvolvimentos teóricos clássicos e com os futuros. Assumindo-se o reconhecimento da perenidade de determinados postulados clássicos apontados por Dogan e a necessidade de transformá-los em hipóteses experimentáveis, tem-se uma idéia mais fiel à idéia de Merton. Isto posto, resta compreender como Merton via intersecção entre desenvolvimentos recentes e as teorias clássicas.

Como apropriar-se dos clássicos

Em outro ponto do artigo de Jeffrey Alexander já mencionado aqui, ele toma o primeiro capítulo de *Sociologia: teoria e estrutura* que a “mescla da história com a sistemática tenta livrar a sistemática da bagagem histórica”. (ALEXANDER,1996,p.74). A consequência imediata seria a construção de uma sistemática que não precisasse retornar aos clássicos, em um jogo apenas entre abstrações atemporais e pesquisa empírica. Como será demonstrado adiante, não é possível dizer que Merton defendia um abandono dos clássicos, mas sistematizou uma forma de derivar inovações sobre os desenvolvimentos teóricos empregados pelos fundadores da sociologia.

Neste texto inicial da principal obra de Merton, intitulado *Sobre a história e a sistemática da teoria sociológica*, ele opõe o que chama de *história da sociologia*, que consistiria delinear “influência recíproca entre a teoria e os assuntos como as origens sociais e os status dos seus expoentes, a organização social variante da sociologia, as

alterações provocadas nas idéias e as suas relações com a estrutura social e cultural do ambiente” (MERTON,1970,p.48), e a *sistemática da sociologia*, que de fato estuda o que elas dizem e que objeto o autor mirava. Disso critica-se o fato de a idéia geral de historia da sociologia geralmente se reduzir à consecução dos sistemas teóricos. Se isso fosse ampliado para uma noção de como cada teoria foi desenvolvida, sobretudo os acaso e as influencias sociais que levaram à determinado desenvolvimento teórico, em seu percurso, ter-se-ia um melhor retrato de o que é determinado pelo raciocínio, e as idéias, apresentadas em toda sua verdade, poderiam ser bem melhor aproveitadas.

Criticando a forma com que os “historiadores” da sociologia, como Sorokin, publicam resumos dos sistemas teóricos , numa espécie de história cronológica dos sistemas teóricos, não uma descrição e análise de como os sociólogos chegaram a eles: por que caminhos teóricos, conceituais e sociais eles passaram? Isso porque o autor considera como ponto mais interessante os elementos marginais – *latentes* – encontrados nos clássicos, suas antecipações e seus esboços, para quando, muito depois, alguém faz algo parecido, os pontos outrora marginais voltam como uma reinterpretação destes clássicos. Apenas com a descrição históricas dos detalhes é que algo momentaneamente considerado irrelevante pode em outro contexto ser a chave para a ligação entre um desenvolvimento teórico e outro. Merton publicou um bom exemplo do que está querendo dizer, com *On the shouders of giants* (MERTON,1990), *Puritanismo, pietismo e ciência* (MERTON,1970,pp.675-708) e *Ciência e economia na Inglaterra do século XVII* (idem,pp.709-730).

O que está questionando não é a descrição dos sistemas clássicos em si, mas a pouca importância dada à “maneira como efetuaram suas pesquisas, incluindo todos os detalhes

das influências intelectuais e sociais recebidas, os encontros ocasionais como dados e idéias, os erros e descuidos, o desvios do plano original de investigação e todos os outros tipos de episódios que surgem no decorrer das pesquisas e não são geralmente relatados no trabalho publicado” (MERTON,1970,p22).

O não conhecimento destes detalhes abstém em larga medida os pesquisadores recentes de tomar projetos deixados por antecessores, ou a construção de argumentações já desenvolvidas, ao invés de já conhecê-las e debatê-las, por exemplo. A estes problemas que Merton se refere quando apresenta *redescobrimientos*, *prefiguraciones* e o este último levado ao extremo, com o *prefiguracionismo*. Seriam impressões equivocadas sobre a co-relação entre teorias desenvolvidas em momentos e lugares diferentes.¹⁶

As *prefiguraciones* consistiriam no fato de que a “maioria das novas idéias e achados tem sido antecipada ou esboçada”, nas quais “formulações mais antigas se sobrepõe parcialmente às mais novas, mas que não enfocam ou extraem o mesmo conjunto de implicações”(idem,p.28). O exagero deste fenômeno, o *prefiguracionismo*, estaria se referindo a aqueles que exageram e dizem que Sócrates, Platão, Confúcio já disseram tudo, e o resto é plágio ou cópia mal feita. Exemplo que Merton dá é o de Sorokin (idem,p.35). Já no caso dos redescobrimientos, seria a impressão do historiador em desconhecendo “os trabalhos anteriores, os cientistas mais recentes fazem descobrimientos que resultam serem redescobrimientos”(ibidem,p.24).

Uma melhor descrição sobre como foram formuladas permitiria melhores comparações entre os clássicos e contemporâneos, sendo possível assim as teorias clássicas capazes de cumprir sua função, segundo a concepção de Merton. Ele define em quatro as

¹⁶ - em A hombros de Gigantes Merton *extende uma lista bem maior de equívocos relacionados á forma com que teorias clássicas são apropriadas por cientistas posteriores.*(MERTON,1990,p.15)

funções básicas da teoria sociológica clássica: papel de confirmação de pensamentos que os cientistas atuais tem proporcionada por teorias anteriores; quando se vê uma crítica antiga a uma idéia nova; Inspiração metodológica e; cada vez que se lê um clássico, coisas novas vêm à tona, pois se está mais maduro.

Sobre a primeira, trata-se de uma espécie de “ diálogo ente os mortos e os vivos. Isto não difere muito dos diálogos entre cientistas contemporâneos, quando um deles fica muito satisfeito ao descobrir que o outro concorda com uma idéia até então mantida em segredo e que poderia até mesmo parecer suspeita. As idéias adquirem novo valor quando são expressas independentemente por outra pessoa, verbalmente ou por escrito. A única vantagem em encontrá-las já impressas, é saber-se que não houve contágio inadvertido entre o livro ou o ensaio e qualquer formulação anterior da mesma idéia, feita por outrem”(ibidem,p.49). O contrário também é possível, pois um desenvolvimento teórico clássico pode arruinar uma hipótese através de uma *crítica antiga*. Sua importância estaria em fazer o sociólogo posterior sentir-se “obrigado a admitir que está errado, reexamina seu conceito e, achando-o realmente defeituoso, reformula-o em nova versão melhorada graças ao diálogo acima referido.” (ibidem,p. 49).

O que Merton quer dizer com “inspiração metodológica” remete exatamente à noção de generalização teórica descrita anteriormente. Segundo o autor, o “contato com espíritos sociológicos penetrantes, como os de Durkheim e Weber, ajuda-nos a formar padrões de critérios e julgamento para identificar um *bom* problema sociológico – um que tenha implicações significativas para a teoria – e a aprender o que constitui uma solução teórica adequada para o problema” (ibidem,p.49).

O amadurecimento intelectual, através da leitura de novos trabalhos e desenvolvimento de novas pesquisas, levaria também a um último papel dos clássicos para o sociólogo: permitir a compreensão e até mesmo a percepção de detalhes levantados mas até então aparentemente considerados insignificantes por quem escreveu. Aliás, esta capacidade de a cada vez mostrar ainda coisas novas seria o principal sinal de que trata-se de um clássico. Esta capacidade de permitir sempre novos achados no mesmo texto foi levantada novamente em *A ombros de gigantes*, já na década de 1960, como mostra o trecho abaixo:

“Pues, al igual que otros contemporáneos míos, he afirmado durante mucho tiempo que los escritos de los autores clásicos, sea cual fuere su especialidad, pueden ser objeto de provechosas lecturas, no una vez, sino muchas, y que cada nueva lectura añade nuevas ideas y sugerencias. Está muy lejos de haber quedado fijado de una vez por todas lo que se puede encontrar en los escritos del pasado, ya que cambia a medida que va cambiando nuestra sensibilidad intelectual; cuanto más aprendemos por nuestra propia cuenta, más provecho podemos extraer de las nuevas lecturas, hechas a partir de la renovación de nuestros puntos de vista. Como ves, Goodman há estado peligrosísimamente cerca de anticipar esta sensata idea (aunque ya habrás notado también que de hacho ne llega a dar con la *esencia* misma de mi idea)”. (MERTON,1990,pp.63-64)

Demonstrou-se então o quanto é insustentável denunciar Merton de pregar o abandono dos fundadores da sociologia. Como já foi dito, basta tomar para leitura qualquer texto deste autor para identificar neles a constante tomada dos clássicos como orientação para construção interpretativa. Todavia, uma visão da abordagem de *médio alcance* como pura abstração de dados empíricos, no mínimo, levaria Merton à contradição com seu próprio modo de operar as ciências sociais. Trata-se de um autor que fez da ambivalência científica entre a erudição e a abertura para a *serendipidade* – não da ambigüidade – um método para acompanhar os processos sociais igualmente ambivalentes.

Tal como afirma no texto *A ambivalência sociológica*, texto já da década de 1960, teoria sociológica, para ele, trata exatamente dos “*dos processos através dos quais as estruturas sociais geram as circunstâncias em que a ambivalência se incrusta em determinados status e conjunto de status, juntamente com os papéis sociais a eles associados*”(MERTON,1979,p.20) Uma visão da bagagem acumulada em anos que não esteja disposta a ser lançada sobre contextos de interação delimitados no tempo e no espaço é estéril, e nenhum dos que hoje são lembrados apenas repetiram as reflexões de seus mestres.

Recorreu-se com tanto intensidade a citações dos originais exatamente porque é preciso deixar claro o respeito imerso em vitalidade com o qual o autor se reporta aos seus inspiradores, e por isso também termino esta questão com um fragmento tirado do final do primeiro dos dois trabalhos publicados sobre grupos de referência, conceito tratado no quarto capítulo como elemento central de explicação de como a sociedade é produzida e reproduzida, mantida e transformada, pela interação dos indivíduos:

“Apenas com o leve exagero inevitável quando se resume numa só frase um grande número de fatos, pode-se dizer que as antecipações da teoria do grupo de referência, por James, Cooley e Mead, também permaneceram quase totalmente não desenvolvidas, durante uma geração ou mais. Particularmente entre os sociólogos, suas concepções foram tratadas, não como um começo, mas como uma conclusão virtual, repetidamente citada e ilustrada com novos exemplos de múltiplos ‘eus’ do ‘eu’ – espelho das reações aos gestos significantes de ‘outros’, e assim por diante. E devido ao fato das palavras dos precursores se tornarem palavras finais, pouco foi edificado sobre suas sugestões cheias de penetração (‘insight’). Eles foram honrados, não pela maneira em que os homens de ciência honram seus predecessores, ampliando e elaborando suas formulações, à base de problemas cumulativamente desenvolvidos e de pesquisas sistemáticas incidentes sobre tais problemas, mas da maneira pela qual os literados honram seus antecessores, citando repetidamente as passagens ‘definitivas’ das obras do mestre.” (MERTON,1970,p.361)

Merton, o positivismo e o papel da sociologia na sociedade

No próximo capítulo, que tratará de como a relação entre *consequências da ação* de indivíduos em grupos que compõe sistemas sociais são vistos como processo pelo qual se dá a manutenção e mudança sociais já nos primeiros textos de Merton, passar-se-á pela discussão de como ele toma a teoria do conflito de Mannheim para refinar suas leituras dos pragmatistas e de Durkheim. Mas uma desta discussão já cabe, em larga medida, neste último assunto sobre o qual foi objeto de crítica: sua postura positivista em relação á sociologia e ao papel social do sociólogo.

Fica evidente sua preocupação com a dificuldade da sociologia em compreender como o “antagonismo social, as diferenças nos valores, nas atitudes e nos modos de pensar dos grupos, se desenvolveram até o ponto em que a orientação que esses grupos tiveram previamente em comum é eclipsada por diferenças incompatíveis” (idem,p.554). Mostra-se ai que possuía uma preocupação e uma visão um tanto quanto crítica de seu tempo: um emaranhado de identidades incapazes de convergir em um sistema; ou melhor, uma dificuldade provocada pela falta de diálogo, cuja principal consequência é a incapacidade de a interação em renovar as idéias e recolocar os conflitos. Ele queria compreender o seu tempo e capacitar a sociologia para dar conta de explicar o que acontecia.

Apesar de não ser possível enquadrá-lo como apologista da “verdade científica inquestionável”, nem de empirista acrítico ou mesmo necessariamente um relutante em admitir a importância de paradigmas – pois, em última instância, sempre tangenciou o paradigma parsoniano -, ele estava sim em busca da verdade, mas não em uma reflexão constante sobre o que seria melhor para sua sociedade, ou sobre o papel social que o cientista poderia tomar.

Quando foram descritas as “funções da teoria sociológica”, nada se falou sobre sua função social, apenas a respeito do papel desta sobre o pesquisador. Trata-se de um problema fundamental, pois se a capacidade de aproximar as ciências sociais das ciências naturais – dentro dos limites que a natureza da dinâmica social admite – consistiu, além de exercício intelectual, meio de legitimação como forma de conhecimento aceita e importante, a ausência de uma reflexão sobre como ela pode ser importante e a quem ela pode ser útil torna-se também uma indagação da própria sociedade sobre a profissão.

Tentar legitimar a sociologia através de princípios das ciências naturais, reduzindo a teoria à fonte de hipóteses e testando em que medida elas tem capacidade de previsão, apesar de não impedir o autor de ter uma leitura crítica de sua sociedade, colocou-o, pelo menos enquanto teórico mas ator social, em uma posição indiferente. Deste problema que se encarregará esta parte final da explanação das principais críticas ao seu trabalho.

A crítica de Adorno sobre Merton e outros teóricos que ele considera de *médio alcance*, como Dahrendorf, consistem em afirmar que esta abordagem sociológica “nega a orientação pelas questões de princípio, embora não de modo radical; ele assume uma posição intermediária ao procurar abafar a questão”. Esta negação de princípios deste tipo de positivismo ocorreria porque opera seu objeto “sustentando que não existe essência, (...)existem apenas fenômenos”, pois a sociologia de médio alcance deveria “ orientar-se em ampla medida pelos métodos de investigação, elaborando-os, e não pela relevância da compreensão almejada” (ADORNO,2007,p.81-84). Como foi visto, não é verdade que Merton defendia uma sociologia exclusivamente disposta a “orientar-se em ampla medida pelos métodos de investigação”, pois são as hipóteses teoricamente formuladas que orientam o desenvolvimento de métodos e as investigações propriamente ditas. Também

não é possível dizer que sua abordagem despreocupava-se com o que era realmente importante a ser estudado, vide suas preocupações com as relações raciais expostas desde seus primeiros trabalhos na Temple University. Todavia, é possível admitir que pretendia ver seus objetos de estudo apenas como fenômenos – as teorias precisavam ser testáveis. De fato, não discutia a essência do que era social nem do lugar do sociólogo na sociedade onde opera.

Esta questão do *essencial*, cujo vínculo ideológico é intrínseco, pois prioridades são reflexos de visões de mundo, leva a uma outra crítica, esta um pouco mais complicada: sobre a essência ideológica da qual Merton retirou tanto sua visão de ciência quanto guia a escolhas de seus interesses. Ele escolhe questões que considera essenciais para seu tempo, mas nunca põe claramente qual a essência de onde tira estas escolhas: são fenômenos, só se mostram no universo do *dever ser*, e não do *ser*. Trata-se de um ocultamento ideológico em forma de neutralidade.

Neutralidade reivindicada, por exemplo, nos capítulos de Sociologia: teoria e estrutura intitulado *A ciência e a ordem social* e *A ciência e a estrutura social democrática*, quando se denuncia que “ao ser eliminado o sentimento da ciência pura, a ciência fica submetida ao controle direto de outras organizações institucionais e o seu lugar na sociedade torna-se cada vez mais incerto” (MERTON,1970,p.643). O envolvimento da ciência com a dinâmica social torna-se um problema, e não um elemento produtor da essência ideológica do cientista.

Segundo Pierre Bourdieu, esta neutralidade ideológica nas ciências sociais esconde que as posições que definem as pautas de investigação e mesmo as abordagens nunca conseguirão ser independentes com relação às “lutas externas”, consistindo em uma “ficção

interessada”, que na verdade representa a classe dominante. Isso porque o funcionalismo, mesmo em sua roupagem de Merton, segundo o crítico resumiria sua visão de sociologia como refém da “verificação empírica e da tímida conceptualização dita operacional das ‘teorias de médio alcance’”. Invariavelmente, o funcionalismo estaria escondendo o que fica claro quando exposta sua principal preocupação: como a ordem se mantém (BOURDIEU,1983,pp.148-152).

Apesar de Bourdieu posicionar-se em um relativismo um tanto quanto radical, entendendo a ciência meramente como “crença coletiva em seus fundamentos, que o próprio funcionamento do campo científico produz” (idem,p.145), esta opinião é endossada por um dos principais discípulos de Merton, Alvin Gouldner, em seu livro *La crisis de la sociologia occidental*. Até concorda que este funcionalismo não pode ser tido nem como anti-burguês nem anti-socialista, pois “não pode senão aceitar o tipo de ordem no qual se encontra”, estando disposto a colocar suas habilidades técnicas a serviço da classe dominante, além de indispor-se a criticar publicamente as qualquer das principais instituições da sociedade em que está sendo praticado (GOULDNER,1973,pp.308-311).

Por isso, a proposta de Goudner para solucionar este problema que considera endêmico na sociologia ocidental é o que convencionou chamar de *sociologia reflexiva*, que não rejeita nenhum dos aspectos indicados por Merton em sua definição de *teoria de médio alcance*, mas, em suma, inclui no processo de reflexão a indagação sobre “o que os sociólogos querem fazer no mundo e de o que eles na realidade fazem” (idem,p.443). Em outras palavras, que eles pensem e manifestem qual a essência de onde pensam a sociedade e escolhem seus objetos de estudo.

Ele não deixa de assumir uma série de posicionamentos de seu mestre, mas abandona a neutralidade científica de modo declarado. Ao contrário do que afirma Stephen Turner, que acredita que este posicionamento de defender uma fragmentação da sociologia e a neutralidade teria mudado em 1975 (TURNER,2009,p.203), com a publicação de *A análise Estrutural na Sociologia*, no qual Merton rejeita a proposta de novo paradigma geral unificados para a sociologia, esta negação é exatamente por Gouldner propor-se á uma ciência moral, despida da impressão de neutralidade; ou seja, Merton continuou, sob este aspecto, defensor de uma forma de positivismo.

2.3 Conclusão sobre postura científica de Merton

Como foi visto, tanto em críticos antigos como no debate mais recente, uma série de controvérsias acerca de como Merton apresenta sua noção geral de sociologia, a forma com que ela trata seus clássicos e a pesquisa empírica de modo algum possui muitos consensos. Ao menos, demonstrou-se aqui como ele define a relação proposta por ele entre teoria sociológica e pesquisa empírica, dado que de modo algum se pode dizer que suas teorias de médio alcance são meramente empiricistas ou pretende ignorar os clássicos desta ciência social. Também pôde-se apresentar minimamente as principais questões das quais sua obra foi alvo: enfim, contextualizou-se Merton no debate sociológico contemporâneo.

Realmente, ele construiu sua carreira girando em torno do paradigma apresentado por Parsons e desenvolvido por seus colaboradores, dentre os quais estava o próprio Merton, até a morte do mestre. Também demonstrou uma explicação teórica para

contextualizar o papel dos clássicos, pois se não o fizesse estaria em contradição com praticamente todos os seus textos, repletos de referências teóricas e filosóficas, que estampavam sua imensa erudição e desapego a uma ou outra escola de interpretação sociológica.

Só é importante reconhecer o problema, indicado neste final de capítulo, sobre a carência de uma explicação para a importância da sociologia ou da clareza sobre o posicionamento social do sociólogo a partir do qual ele observa seu mundo. A intenção de praticar ciência de forma neutra e objetiva o distanciou da reflexão sobre o que é essencial para a sua sociedade, questionamento que o levaria ao esclarecimento de sua própria essência. Em todo caso, ele teve uma visão crítica dos problemas de seu tempo, mas uma crítica mais preocupada em tornar a sociologia capaz de percebê-los e compreendê-los que em solucioná-los – pelo menos, é o que se viu em suas principais publicações.

Retomando o diálogo com Giddens, a partir daqui a principal preocupação deste trabalho, é possível dizer que o sociólogo inglês preferiu tangenciar as questões trabalhadas neste capítulo, recolhendo-se a discutir os conceitos desenvolvidos por Merton e deixando de lado a visão de ciência através da qual eles foram desenvolvidos. Segundo Ira Cohen, como Merton, “ignorou uma concepção coerente de coletividades sociais”, “desenvolvendo construções analíticas sem clara referência para sistemas definidos” (COHEN,1989,p.248).

Finalizando, e seguindo a posição tomada por Piotr Sztompka neste capítulo do debate acontecido em 2009, prefere-se entender todas estas controvérsias como sinal de que Merton é definitivamente um clássico contemporâneo. Os clássicos não firmaram sua posição através de definições metodológicas claras, mas pelas polêmicas produzidas por seus estudos (SZTOMPKA,2009,p.260). Até porque Merton teve colaborações com

grandes metodólogos, principalmente Paul Lazarsfeld, mas ele mesmo nunca foi uma autoridade neste assunto (idem,p.261), tal que nas páginas seguintes serão tratados seus conceitos, em busca de uma teoria funcional dos grupos sociais. Parece adequado terminar o capítulo com um fragmento do artigo *Os cânones do anti-sociólogo*, que, ao contrário de muito do que foi dito aqui, mostra afinal os limites da lógica das ciências naturais na sociologia:

“O segundo cânone proclama o absurdo e a irreverência das estatísticas que tratam do comportamento dos homens em sociedade. Pois nada do que é importante a respeito do comportamento humano pode ser quantificado. Se pudesse, seria imoral fazê-lo. Todos sabem que nada de bom pode resultar disso.” (MERTON,1979,p.241)

3. Ação, estrutura e mudança em Merton no período pré- funcional

Considerando a forma peculiar pela qual Merton defende o uso de modelos teóricos dos clássicos, tratar-se-á agora de como ele partiu das idéias esboçadas no primeiro trabalho de Parsons, *The structure of the social action*, de 1936. Tomar-se-á este diálogo promovido antes de 1949 como ponto de partida, onde é possível notar uma variação entre entender as contradições estruturais como a principal referência da ação social, e em outros momentos o sistema de grupos sociais em interação e conflito. Primeiro será feita uma compreensão geral do que Parsons defendeu neste trabalho a respeito de **ação, estrutura, produção, reprodução, conflito e mudança**, onde percebe-se uma oposição entre indivíduo e sociedade, e não entre grupos sociais pretendendo reconstruir constantemente a sociedade de acordo com seus interesses. Este livro pode ser facilmente relacionando com o texto *Estrutura Social e Anomia*, de 1938, sobre o qual existe uma nítida influência parsoniana, apesar de apresentar algumas revisões por parte do autor mais novo, algumas delas até adotadas por Parsons em trabalhos posteriores.

Este trabalho sobre *anomia* será confrontado com outros textos de Merton escritos no período tratado nesta parte da dissertação. Desde seus dois primeiros artigos de 1934, *Recent French Sociology* e *Durkheim's Division of Labor in Society*, são apontadas as principais deficiências do estrutural-funcionalismo em compreender o papel da orientação da ação e suas conseqüências em sistemas de interação para a dinâmica e manutenção da sociedade. As abordagens que desde estes artigos são apontadas como capazes de analisar esta relação entre orientação e efeitos da ação em sistemas de grupos em conflito são os pragmatistas e a sociologia do conhecimento, e por isso os textos influenciados por estes

serão usados como contrapondo. Estes autores viam a internalização como um processo contínuo, de normas e valores que simultaneamente penetram e se modificam na interação, sendo a internalização e a transformação social processo simultâneos.

Primeiro serão discutidos *As consequências não antecipadas da ação social propositada*, de 1936, e com Pitrin Sorokin em *Social Time: A Methodological and Functional Analysis*, de 1937. Os dois trabalhos discorrem sobre *como os indivíduos orientam suas ações de acordo com antecipações sócio-temporais do comportamento dos outros atores*, e tem como pano de fundo a influência do pragmatista George Herbert Mead. Por isso, serão lidos sob a luz da resenha *Review of Mind, self and Society*, de 1934, e do livro de Mead tratado neste texto, compilação considerada até hoje principal referência do autor

Depois discorrer-se-á sobre como Merton apropria-se da sociologia da cultura, nos textos *A sociologia do conhecimento* e *Karl Mannheim e a sociologia do conhecimento*, de 1937 e 1941, respectivamente, e em um artigo do sociólogo alemão intitulado *O problema de uma sociologia do conhecimento*, que resume preliminarmente sua abordagem tal qual foi utilizada pelo autor norte-americano. Nestes dois últimos artigos de Merton, principalmente, aparece uma visão mais refinada sobre a relação entre **ação, estrutura, produção, reprodução, conflito e mudança**, que *pensa o ator como parte de um sistema de grupos em conflito capazes de promover mudanças contínuas*. Esta mesma visão do processo social foi exposta em *A profecia que se cumpre por si mesma*, publicado um ano antes de *Sociologia: teoria e estrutura*, que será usada aqui para finalizar a compreensão deste momento tanto rico como oscilante em termos de paradigma de análise, no qual vários elementos da teoria da estruturação de Giddens já aparecem.

Como foi resumido no capítulo introdutório, a teoria da *estruturacão*, recodificacão promovida por Giddens no paradigma de análise funcional de Merton, busca compreender como o ator, dentro de um **sistema** de interaçãõ social, apropria-se das *regras e recursos gerativos* oferecidos pela **estrutura** para **produzir** e **reproduzir** a mesma estrutura através das *conseqüências* de sua **açãõ**, num processo que chama de **estruturacão**. Estes agentes estãõ distribuídos em grupos que interagem em **conflito**, e objetivam, em última instância, poder. Este poder significa capacidade de restabelecer uma ordem em uma nova “roupagem”, e deste modo engendram uma **retroalimentacão do equilíbrio homeostático do sistema social**, pois o resultado redistribui os recursos gerativos disponíveis para cada ator ou grupo, e reconstrói as regras de acordo com o rearranjo de forças.

Logo de início, é importante salientar que não buscar-se-á uma explicacão da retroalimentacão do equilíbrio homeostático do sistema neste trabalhos preliminares de Merton. Apesar de ter sido apontado na introduçãõ que o principal objetivo desta investigacão reside em demonstrar nos trabalhos sobre *grupos de referênciã* é possível encontrar este mesmo processo, se entendidos como uma complementacão do *paradigma de análise funcional*. Esta reconstruçãõ, que levaria a uma *teoria funcional dos grupos sociais*, vai contra a argumentacão do sociólogo inglês de que Merton não ofereceu uma explicacão para a retroalimentacão dos sistemas sociais; algo que realmente foi deixada sem definiçãõ em 1949, mas esboçada anos depois. Logo neste período tem-se uma correspondênciã de idéias entre Merton e Giddens. Este capítulo será dividido em três partes: 3.1) o diálogo de Merton e Parsons e; 3.2) caminho para a superaçãõ do estrutural-funcionalismo clássico: referênciã sócio-temporal da açãõ; 3.3) caminho para a superaçãõ

do estrutural-funcionalismo clássico: adversários como referência e 3.4) ponte final para a *teoria funcional dos grupos sociais*.

Antes de empregar o questionamento sobre a relação entre ação social nos grupos de interação e conflito e a mudança, é importante acrescentar que, apesar de raramente utilizar o conceito de função nos escritos aqui tratados, boa parte das noções usadas no desenvolvimento do *paradigma de análise funcional* de Merton foram abordadas neste período. Consequências não antecipadas da ação social, interação entre grupos sociais, conflito, inovação e mudança, percepção temporal dos encontros sociais de interação, pressões estruturais, autoridade, percepção coletiva dos sistemas e estruturas sociais, todos estes temas foram explorados nestes textos.

Também vale a pena, antes de adentrar diretamente em suas idéias, compreender que na medida em que Merton está debatendo de maneira construtiva com o grupo de Talcott Parsons, será tratada aqui a maneira com que tomava idéias de clássicos e principalmente de seu ex-professor. Este modo de apropriar-se das suas referências mais importantes é totalmente coerente com o modo pelo qual defendia o debate teórico, conforme foi demonstrado no capítulo anterior. Isto porque todos estes temas (Consequências não antecipadas da ação social, interação entre grupos sociais, conflito, inovação e mudança, percepção temporal dos encontros sociais da interação, pressões estruturais, autoridade, percepção coletiva dos sistemas e estruturas sociais) mostravam-se problemáticos em Parsons. Demonstrar-se-á, antes de tudo, porque o mestre tinha dificuldade em compreender estes fenômenos.

3.1.- O diálogo de Merton e Parsons

Uma das principais carências na obra de Parsons foi não ter saído da oposição entre indivíduo e sociedade ou, no máximo, pensar a ação social como iniciativa do ator em busca da satisfação e do consenso. Esta visão era mais radical ainda no momento em que Merton estava em Harvard, pois os estudos de seu mestre estavam ainda muito inspirados nas discussões do chamado “Círculo de Pareto”, do qual Merton preferiu não fazer parte. Esta influência fica bastante nítida no seu primeiro trabalho clássico, *The structure of the social action*, publicado originalmente em 1936, no qual desenvolve o que chama de teoria voluntarista da ação, passando por Alfred Marshall, Vilfredo Pareto, Émile Durkheim e Max Weber

Ele encontra nestes pensadores uma explicação para a ação baseada em valores estruturais introjetados, condicionantes que guiam as vontades dos atores. Esta estrutura é dividida em elementos *normativos* e *condicionais*, sendo os primeiros padrões morais seguidos pelos atores por internalização ou coerção coletiva, e os segundos pelas condições situacionais da ação. (PARSONS,1949.p.82). A principal fonte de conflito acontece quando as condições não permitem a execução das normas, gerando as “categorias residuais”, que são definidas pela produção de elementos imprevistos mas inevitáveis na sociedade, caracterizando a emergência de “necessidades inerentes de um sistema se tornarem incluídas” (idem,p.17). A análise da estrutura da ação social estabelecida dentro deste conflito estrutural trata exatamente de como estas necessidades - a princípio tidas como “não lógicas” pelo sistema – podem ser integradas através da ação.

Vale notar que apesar de estar usando o conceito de *categorias residuais e ação-lógica e não-lógica* Parsons não apropria o esquema de ação de Pareto de modo acrítico. Primeiro, discorda do modo com que o autor italiano defende a objetividade das ciências naturais de modo mecânico e sem relativização, considerando a proposta weberiana mais adequada às ciências sociais. Em segundo lugar, como foi apresentado no parágrafo anterior, reformula a noção de *categorias residuais*, afirmando que não se tratam de simples amarras culturais ou biológicas – proibições sociais ou limitações físicas - capazes de dificultar a ação racional ótima. Uma demanda ser considerada não –lógica relaciona-se mais à sua incompatibilidade do sistema do que uma ação mau estruturada e incapaz de atingir os objetivos do ator (ibidem,pp.293-300).

O autor até consegue atribuir a produção de novos elementos transformadores da sociedade ao sujeito, mas ela aconteceria de modo isolado e apenas vincular-se-ia á coletividade depois da ação ter acontecido. Isto porque a relação de conflito é entre o ator e duas dimensões da estrutura, e sua ação social estaria restrita a rearranjar condições e normas para atingir sua vontade. Não se refere a atores em disputa que monitoram-se mutuamente, organizados em grupos postos em situação de conflito, cujo objetivo é o poder de reestabelecer a ordem de acordo com convicções ou interesses. Deste modo, a articulação entre ator e as conseqüências sistêmicas de sua ação configuram uma relação sujeito-objeto.

A mesma compreensão do papel do conflito na mudança social está presente em *Estrutura social e anomia*, publicado originalmente em 1938, um dos primeiros textos de Merton que trata dos seis componentes da dinâmica social tratados neste capítulo (**ação, estrutura, produção, reprodução, conflito e mudança**). Nele, ação e suas conseqüências

também orientam-se pela contradição entre normas culturais internalizadas e as condições reais que o sistema oferece.

Neste artigo considera-se de “imediate importância” e “analiticamente separáveis” as noções de *objetivos culturalmente definidos e instituições*, e a incompatibilidade entre tais elementos é o que leva à *anomia*. Por objetivos culturalmente definidos entende o conjunto de objetivos considerados “legítimos para todos, ou para membros diversamente localizados da sociedade”, “ordenados em alguma hierarquia de valores”. A realização destes anseios são limitadas pelas normas estabelecidas nos *costumes e instituições* (MERTON,1970,p.204).

Para que as possibilidades de ação não sejam esquematizadas de forma tão restritiva segundo as normas, Merton diferencia quatro maneiras de as ações serem entendidas dentro da estrutura normativa: prescrição, preferência, permissão e proibição (Idem,p.205). Com exceção da primeira e a última, que designam respectivamente o que a norma exige e o que é tacitamente proibido, a segunda e a terceira englobam uma série de recursos postos em um espaço de indefinição, onde a negociação é possível. Desse modo, existem de um lado objetivos internalizados no indivíduo, e de outro a possibilidade inovação estratégica, através da qual cria novas possibilidades e promove uma reavaliação das normas e das possibilidades de atuação.

Este modelo é usado para conflito entre uma *ética do trabalho* e a *ética do lucro*, estabelecendo-se uma distinção entre dois elementos na estrutura funcional entre duas dimensões. Na sociedade capitalista – mais especificamente, a norte-americana – é nítido o conflito ideológico que incide sobre o indivíduo, na medida em que este é obrigado a conviver com uma ética do trabalho e simultaneamente buscar o sucesso. A desistência

dessa busca incessante seria sim a grande derrota. A riqueza, e com ela o reconhecimento, sempre estaria por vir, pela sorte de estar na hora certa, demonstrando a competência para a consagração. Merton recorre a detentores de grandes fortunas – principalmente, os que começaram pobres e atingiram o ápice - como portadores desta explicação que relaciona enriquecimento à sorte e esforço. Por outro lado, a moralidade do trabalho quase sempre limita as possibilidades de arriscar.

As posturas dos atores sociais diante deste conflito estrutural seriam cinco: 1)conformidade, 2)inovação, 3)ritualismo, 4)retraimento e 5)rebelião (ibidem,p.213). Levaria por consequência a cinco tipos básicos de estratégias ou conseqüências de comportamento: 1)*Conformidade*, que seria a aceitação baseada na ilusão de que este discurso é verdadeiro, mantendo o funcionamento do sistema mas raramente levando à satisfação do objetivo; 2) *Inovação*, entre os que criam meios alternativos para a ascensão, geralmente executando estratégias consideradas ilegais; 3) *Ritualismo*, onde a estratégia é seguir os meios institucionalizados na medida em que estes se mostrem como passos graduados para atingir-se o objetivo, característico das burocracias, onde se estruturam relações racionais típicas e simplesmente se espera por uma pequena mas real recompensa, em detrimento da busca constante da melhora no desempenho geral; 4) *Retraimento*, consistindo na repudiada desistência total dos objetivos propostos no contexto descrito acima e; 5) *Rebelião*, através da qual mudar-se-iam tanto os objetivos quanto os meios de atingi-los.

Os resultados desses comportamentos, sobretudo *inovação* e *ritualismo*, levam a duas formas de *anomia*: a *inovação* leva ao descontrole institucional em relação á um comportamento imprevisto ou condenado pelos outros participantes, mas que consegue

atingir os objetivos propostos pela estrutura cultural; já o *ritualismo*, à incapacidade das burocracias em cumprir seu papel, mostrando-se como mais uma afronta do que um serviço para a sociedade (no caso das burocracias públicas). Analisando agora a avaliação de Merton acerca da relação entre *objetivos culturalmente definidos e costumes e instituições*, na *Inovação* e no *Ritualismo* ocorre um conflito entre concordar com uma das duas dimensões, e discorda de outra, criando uma desestabilização, instabilidade onde a mudança social pode acontecer. Sobretudo no caso da *inovação*, quando uma alternativa é criada, se ela for permitida, será copiada e transformada em prática corrente.

Um exemplo no cotidiano desse problema verifica-se no ato da jurisprudência. A institucionalização das normas em um estado burocrático se dá através de leis prescritivas, porém, a conexão entre o que está previsto na lei e os acontecimentos mundanos carecem de uma avaliação sobre o que acontece – sobre como foi o crime – e quais acontecimentos a lei prevê. Este é um ponto crucial para um julgamento, onde existem penas previstas para determinadas atitudes consideradas criminosas. Nesse contexto existem interpretações da lei que são predominantes num determinado momento e lugar, tal que pode surgir uma interpretação que modifique a jurisdição vigente, e com o passar do tempo esta nova interpretação torna-se a forma vigente da lei. Desse modo, uma inovação feita para uma ascensão econômica pode lançar mão de artifícios jurídicos e não consistir crime. Por consequências, provavelmente essa inovação será usada por outros sujeitos e assim se tornar praxe, vir a ser um novo padrão ou mecanismo geral de ascensão, utilizando-se das esferas do que é *preferencial* ou *permitido*.

Como pode ser observado, Merton continua a pensar a estruturação da ação dentro de um conflito estrutural que o ator isolado precisa resolver para atingir um objetivo. As

consequências da ação seriam uma reação do sistema e não conjunto de atitudes diferenciadas organizadas pelos respectivos grupos sociais, e a variações de postura do ator (conformidade, inovação, ritualismo, retraimento e rebelião) também consequências individuais produzidas pelas possibilidades do sistema e não comportamentos condicionados por grupos articulados em conflito.

Como será exposto na próxima sessão deste capítulo, uma abordagem mais refinada do papel da ação no processo de mudança social já estava sendo trabalhada pelo autor em outros estudos do mesmo período. Neles são discutidos problemas do funcionalismo deste Durkheim, e promove uma revisão que culminará nos trabalhos a serem tratados no quarto capítulo, conseguindo assim relacionar **produção e reprodução** da estrutura envolvendo interação diferenciada em grupos sociais concorrentes.

3.2. Caminho para a superação do estrutural-funcionalismo clássico: referência sócio-temporal da ação

Como foi demonstrado, Merton encontra em *Estrutura social e anomia* uma solução semelhante para o problema apontado por Parsons, pois indica como demandas até então excluídas no sistema podem tornar-se legítimas. Mais que isso, avalia uma relação entre **ator e estrutura** discorrendo sobre as diferentes reações que o primeiro pode ter diante das contradições do segundo. Todavia, ignora neste texto a complexidade das relações interpessoais e inter-grupais para a manifestação destas reações. Neste momento da sua carreira ainda adotava a idéia de *normas* e *valores* internalizados de modo generalizado nos

indivíduos, um resquício da grande influência de Durkheim no seu período em Harvard. Pode-se dizer que manteve ambivalente em relação à herança durkheimiana durante esta fase de amadurecimento intelectual, pois também já indicava problemas na forma com que o sociólogo francês compreendia a diferenciação.

As críticas ao modo como Durkheim observa o papel dos indivíduos no processo de mudança estão presentes já no primeiro artigo publicado por Merton, que lançou mão de autores franceses que partiram do paradigma durkheimiano para transformá-lo. Diferentes de Maurice Halbwachs, que “declarou que a memória individual é uma função da sociedade” (MERTON,1934,p.539), George Davy, G.L Duprat e René Maunier defendem que é a ação individual quem constrói a estrutura social.

Segundo M.G.L. Duprat, “nenhuma existência objetiva pode ser atribuída à sociedade, nem pode a consciência individual ser concebida como produto da consciência coletiva. A Psicologia social precisa tomar o comportamento psico-biológico como o ponto de separação e precisa estudar os resultados da interação psíquica e social” (idem,p.540). A idéia de Davy consistiria, resumidamente, na idéia de que “o que torna a sociedade ‘real e criativa’ é o ‘princípio da manifestação do indivíduo, “a instituição do potlach contem a principal matriz das relações contratuais, para isso induz a reciprocidade dos direitos e dos presentes entre indivíduos e entre grupos” (ibidem,p.539). Já M. René Maunier “usa o conceito de ‘imitação’ quando define ato social como repetição ou ato generalizado, e a noção de ‘constrangimento’ para indicar o poder das pressões sociais, costumes, vestuário, etc, para promover conformidade do indivíduo” (ibidem,p.541).

Em suma, estes três autores apontam a necessidade de compreensão da capacidade criativa da ação social, e no caso de Davy, até da competição. Mas estes autores sofreriam

de alguns problemas que ainda dificultam a compreensão de como a ação se insere em um sistema de interação provocando mudanças. Em primeiro lugar, eles continuam procurando um ‘campo próprio’ da sociologia e a natureza dos ‘fatos sociais’, dificultando o debate com psicologia e economia. Em segundo lugar, existe uma contradição em afirmar que o comportamento emerge da interação e que os papéis se distinguem como resultante, de modo que a ação repetiria os padrões que têm uma lógica de mudança própria, mesmo que sejam conseqüências da interação, pois o ator não controla esta mudança em nenhuma medida. Por último, eles ainda trabalhariam com a distinção entre racionalidade pré-lógica e lógica, para tratar, respectivamente, sociedades “primitivas” e “civilizadas”.

Quanto a primeira e a última crítica disparada contra os autores franceses, de fato Merton promovia desde estes tempos um diálogo razoável com a psicologia, sobretudo a psicologia social da escola de Chicago, e também não promoveu em nenhum momento a distinção entre sociedade “primitivas” e “civilizadas”. Mas em relação á segunda crítica esboçada, ele caiu exatamente no mesmo equívoco no texto sobre *anomia*, pois até admitiu a capacidade estratégica dos atores, mas em relação às contradições estruturais, sendo que a participação dos outros atores estaria apenas em legitimar ou não a inovação: dito de outra forma, existe uma crítica implícita sobre o modo com que os estrutural-funcionalistas viam o papel da ação na construção interativa da realidade social, que se tornou explícita em um texto publicado no mesmo ano de 1934, onde questiona este processo diretamente na obra de Durkheim.

Neste artigo, intitulado *Durkheim's Division of Labor in Society*, afirma que Durkheim indica a aceleração da interação como fonte da diferenciação, originando uma solidariedade social não apenas por uma consciência comum (ou, sentimento coletivo), mas

pela forma com que as tarefas se complementam. Na solidariedade baseada apenas em valores comuns, a *solidariedade mecânica*, as normas são cumpridas por internalização moral generalizada que garantiria a repressão coletiva sobre o infrator. Na medida em que a sociedade ganha complexidade com a divisão e interdependência das tarefas, a chamada *solidariedade orgânica*, há uma instituição pronta a julgar os desvios e cobrar apenas a restituição.

Desse modo, este seria o ponto fundamental onde o ator e as conseqüências de sua ação operam sobre o processo de mudança social (MERTON,1994,p.18-19). Mas sendo um positivista e anti-individualista, Durkheim renega “as finalidades, antecipações subjetivas de ocorrências futuras, noções sem as quais o comportamento humano continua inexplicável.”(ibidem,p.19). Disso decorre um mau entendimento de como os atores tem expectativas mútuas, e que se um ator prevê algo que não deseja e mobiliza os outros para impedir o que previu. Mais que isso, não fala em interação de indivíduos, mas de papéis em cooperação.

Por esta dificuldade, que viria a ser uma incapacidade de compreender exatamente o papel dos atores na composição da sociedade, Merton sugeriu o estudos dos pragmatistas norte-americanos, além de Simmel e, principalmente, Mannheim (ibidem,pp.19-21). Eles dariam o caminho para explicá-la como os grupos são mobilizados para o conflito com outros grupos, e que tal disputa inter-grupal mais proporciona integração do que desintegração: a integração de um grupo geralmente leva à diferenciação em relação a um rival; mais que isso, a própria relação de atrito tende a levar a uma interação e a uma integração entre os grupos, que, apesar de continuarem diferenciados, entram em processo de cooperação.

È interessante perceber que se no primeiro texto dedicado à sociologia francesa Merton questiona o fato destes autores não conceberem a medida com que os atores procuram controlar as conseqüências de sua ação, no segundo não trabalham a sua capacidade de tentar adiantar as expectativas que os outros atores tem das conseqüências de sua ação, através das reações vindas a publico. Este detalhe é importante porque, como será visto adiante, esta atenção sobre as reações do outro são um elemento promotor de unidade no sistema – é o que permite entender até mesmo o conflito como forma de integração. De qualquer forma, a compreensão da complexidade estratégica dentro de contextos em conflito entre grupos, característica fundamental da interação social, continua fora das primeiras preocupações de Merton até seus trabalhos sobre Mannheim, apesar de ser colocada como questão fundamental.

No mesmo ano das publicações sobre o estrutura-funcionalismo francês publicou também uma resenha sobre George Herbert Mead, *Review of Mind, self and society*, primeira fonte levantada para superar as limitações da escola de Durkheim e Parsons. Outros pragmatistas norte-americanos são trazidos à tona neste artigo e em outros posteriormente escritos por Robert K. Merton. Todavia, recorrer-se-á apenas a Mead no presente trabalho por quatro motivos: i) apesar de ser atribuído por Merton a William James, Mead também faz do conceito de personalidade reflexiva um elemento central para compreender o comportamento humano (MEAD,1972,pp.127-143) além de compreender as conseqüências deste conceito desenvolvendo a idéia de “outro generalizado”; ii) a noção de profecia auto-realizadora foi desenvolvida simultaneamente por W. I. Thomas e G. H. Mead, pois enquanto o teorema de Thomas parte do princípio de que “Se os homens definem situações como reais, reais se tornam em suas conseqüências”, Mead afirma que “Se uma coisa não é

reconhecida como verdadeira, não funciona como verdadeira na comunidade” (MERTON,1970,p.34) sendo duas variações de uma mesma idéia deram origem, respectivamente, aos conceitos de função manifesta - consequências antecipadas da ação social - e latente - consequências não antecipadas ou reconhecidas da ação social (idem,pp.117-150); iii) os conceitos de grupo de referência e grupo de desempenho partem diretamente das noções de “outro significativo” e “outro generalizado” de Mead, respectivamente; e iv) Giddens também recorre à Mead como alternativa diferente de Freud para indicar a *monitoração reflexiva da ação*, elemento explicativo da dualidade da estrutura em ser produzida e reproduzida pela ação social (GIDDENS,2003,pp.47-51).

George Herbert Mead morreu em 1931, ministrou aulas de psicologia social na Universidade de Chicago entre 1900 a 1930, tendo uma participação ativa na pública. Sua obra intelectual não abarcou apenas esta disciplina, desenvolvendo trabalhos também nos departamentos de filosofia, ciências sociais, matemática e literatura – chegou a escrever ficções e poesias (MERTON,1992,p:15). Buscou uma concepção *behaviorista social* de psicologia, compreendendo tanto a dinâmica estrutural quanto a racionalização da ação pelo modo com que estes se mostram observáveis através da linguagem e outras formas de comunicação interpessoal.

Sua noção de *personalidade reflexiva* consistia em admitir a capacidade humana de dizer como identificar outro homem e antecipar seu pensamento e reações (MEAD,1972,p.129). Isso permitiria ao homem, enquanto ser social, prever os efeitos de seus atos e dos atos dos outros no ambiente de interação, um processo que tem resultados extremamente relevantes para a explicação da dinâmica social. Esta seria a base de seu behaviorismo social, abordagem inspirada na “cooperação que se leva a cabo em um grupo

mediante os signos e os gestos” (idem,p.54). Esta capacidade permite, além da racionalização da ação num sistema social e controle dos estímulos simbólicos expostos na ação, a observação de como os outros esboçam “reações que respondem a estes estímulos especiais e logo e logo combinando-as para constituir outro ato”(ibidem,pp.131-132)

Desse modo, a explicação da conduta racional consiste em entendê-la como capacidade de adaptação as reações dos outros, que interagem ou interagiram conosco, ou, simplesmente, as informações distantes que se tem das reações destes “outros”, reconhecendo os papéis que cada um dos atores assumem em cada situação. Isto porque inclui em sua concepção de estratégia o distanciamento temporal necessário para a reavaliação da ação. Este modo de lidar com o “outro” não se resume a compreensão dos atores separadamente, pois em conjunto agem como uma coisa só, uma estrutura social. Para solucionar esta ambivalência entre como um ator compreende o “outro” e como ele vê as conseqüências gerais do comportamento de todos – o “outro generalizado” - , como todos desencadeiam um ambiente de interação, Mead propõe a distinção entre “jogo” e “esporte”.

“Jogo” consistiria em “conceber a atitude de todos os demais que estão envolvidos no mesmo jogo”, e na medida em que se consegue compreender as atitudes de cada participante, tem-se a capacidade de observar o ambiente de interação como uma organização exterior aos indivíduos, como um conjunto de regras e padrões, tem-se o que chamou de “esporte”. Este sistema exterior aos indivíduos foi definido como o “outro generalizado”, consistindo em uma organização, um conjunto de padrões dinâmicos (ibidem,pp.183-184). Torna possível compreender a passagem entre os aspectos com os quais a personalidade reflexiva é capaz de racionalizar na dinâmica da interação e também

nos processos interrompidos ou nos quais o ator não está presente. Além de identificar a capacidade de adaptação em relação ao comportamento dos outros e do modo em que estes se mostram em um conjunto, a personalidade reflexiva possui outras duas propriedades indissociáveis: capacidade crítica e capacidade de articular transformações.

Apesar de também não abordar a questão do conflito entre grupos, visto que o ator orienta-se individualmente em relação aos outros atores ou em relação às reações do conjunto enquanto entidade *coisificada* no “outro generalizado”, oferece uma visão bem mais ativa da capacidade do ator orientar-se temporalmente de acordo com as reações dos outros e do sistema; algo bem mais abrangente que o que foi apresentado nos trabalhos de Parsons e Merton até aqui expostos.

Mais que isso, se a reação dos outros atores podem não ser úteis ao objetivo de quem age, este geralmente tenta não demonstrar a totalidade de seus objetivos. A importância desta percepção teórica será fundamental para o que se tentará argumentar no próximo capítulo, pois o fato de o ator ocultar boa parte das conseqüências previstas por ele significa dificultar que os outros prevejam também; logo, conseqüências não manifestas - ou não antecipadas - ao sistema de interação consistem em recurso fundamental para atingir-se objetivos. Pode tratar-se de um instrumento do ator para **produzir** um rearranjo estrutural e sistêmico de acordo com a vontade do indivíduo, e não apenas **reproduzi-los**; como o ator esconde, é necessária, como afirmou Giddens, uma abordagem mais sofisticada para avaliar a intencionalidade – se as conseqüências trouxeram poder ao ator, em algum momento ele ficou ciente disto e preparou-se para estabelecer poder, antes das condições chegarem á ele.

Voltando aos trabalhos iniciais de Merton, é nítida a correlação entre esta noção de expectativas da ação social com a de consequências não antecipadas desenvolvida por Merton desenvolvida em 1936, no artigo *As consequências não antecipadas da ação social*. Mesmo continuando a reduzir este processo ao indivíduo, começou a esboçar a ambivalência entre as consequências previstas e declaradas e as previstas porém ocultadas da ação social – este ocultamento podendo ser visto como vantagem de um ator sobre o outro, o que acarreta em admitir que eles não só interage, mas em algumas oportunidades disputam

O autor inicia o texto esclarecendo que trata de “a maior parte deste artigo trata mais de atos propositalistas isolados do que de sua integração num sistema coerente de ação” porque “um tratamento de sistemas de ação introduziria mais complicações incontroláveis”(MERTON,1979,p.195). Ou seja, apesar de limitar sua reflexão apenas tomando o ponto de vista de um ator reconhece que está operando em um campo hipotético, pois admitiu que toda ação social acontece em um sistema de interação. Uma segunda limitação declarada repousa na dificuldade para “averiguar os verdadeiros propósitos de uma determinada ação”(idem,p.198), problema que tentará resolver no paradigma de análise funcional, ao decidir tirar da noção de função a questão da intencionalidade, um dos pontos em que Merton desvincula sua abordagem da de Parsons, cuja teoria foi baseada no voluntarismo.

Foram definidas três condicionantes como causa da não previsão das consequências da ação propositada: *ignorância*, *erro* e o que chama de *império da urgência do interesse* (ou, previsões auto anuladas). A ignorância seria a falta de conhecimento do leque de possibilidades de consequências reais da ação. O erro consistiria na má estruturação da

própria ação, como o curso pelo qual ela é empreendida ou má avaliação temporal. As previsões *auto anuladas* consistem em predições que, ao vir a público, alteram imediatamente o contexto a partir do qual foi calculada.

Sobre a *ignorância* ela trata exatamente das informações que o ator traz para o sistema de interação. Em relação ao erro propriamente dito, trata-se de uma relação com o tempo, assunto também tratado juntamente com Pitrin Sorokin em 1937, com a publicação de *Social Time: A Methodological and Functional Analysis*. Neste outro trabalho, busca-se “uma adequação dos conceitos de tempo astronômico ou calendário no estudo do movimento ou mudança do fenômeno social” (MERTON,1937,p.615) . Na medida em que o tempo varia de acordo com sua aplicabilidade social, pode-se dizer que o tempo astronômico foi desenvolvido para coordenar as atividades inter-grupais, quando o ritmo ou locais das atividades diferem entre os grupos. Já o tempo social apenas passa a ser a principal orientação da atividade social durante os encontros entre atores. “Entretanto, a função social do cálculo e designação do tempo como sentido necessário da coordenação da atividade social foi o grande estímulo para o sistema do tempo astronômico, a introdução do que foi imperativo pela inadequação dos sistemas locais que a disposição dos contados e interação organizada e lapso resultante da uniformidade no ritmo das atividades sociais” (MERTON,1937,p.628)

Retomando a questão das consequências da ação, duas primeiras formas de não antecipação por parte do ator que promoveu a ação, nota-se que persiste a idéia de que existe o indivíduo e o sistema social abstrato, que permite calcular a ação. Quanto à terceira, ela introduz uma questão fundamental para o problema tratado nesta dissertação: o efeito de que uma ação provoca outras ações, muitas levando atores ao conflito. Já não se

está mais nem opondo indivíduo e estrutura social e explicando o conflito por incongruência desta última, muito menos coloca o papel dos outros atores como dependentes nem mesmo reduzidos a legitimar ou não a ação do outro. Isto é importante porque observa ambos como sujeitos empregando estratégias, reagindo às estratégias dos outros e sofrendo as conseqüências das múltiplas ações. O fragmento abaixo ilustra bem este caráter que poder-se-ia considerar reflexivo, na explanação de Merton:

“Existe outra circunstância, peculiar á conduta humana, que interfere n sucesso da previsão e planejamento sociais. As previsões públicas de futuros desenvolvimentos sociais freqüentemente não são mantidas porque a previsão tornou-se um novo elemento da situação concreta, tendendo assim a mudar o curso inicial dos desenvolvimentos. Isso não acontece com a previsão nos campos que não pertence à conduta humana. Assim, a previsão da volta do cometa Halley não influencia, de maneira alguma, a órbita desse cometa; mas, tomando um exemplo social concreto, a previsão de Marx de concentração progressiva da riqueza e crescente miséria das massas influenciou o próprio processo previsto. Pois pelo menos uma das conseqüências da pregação socialista no século XIX foi ampliar a organização do trabalho que tornou consciente a posição desfavorável de barganha em casos de contrato individual, organizando-se no sentido de aproveitar as vantagens da barganha coletiva, diminuindo, assim, a tendência, ou mesmo eliminando-a, do desenvolvimento que Marx previu” (idem,pp.206-207).

Como pode ser observado, este fragmento poderia ser usado no capítulo anterior, pois expõe de modo bastante claro uma diferença salutar entre a natureza das ciências naturais e humanas: enquanto os objetos de estudo das primeiras fazem parte do processo de pesquisa apenas como “coisas” a serem observadas e compreendidas, os componentes centrais dos sistemas sociais tomam parte no processo, e “na medida em que as previsões dos cientistas sociais tornam-se públicas e a ação é executada com pleno conhecimento dessas previsões, a condição de que ‘as outras coisas devam permanecer iguais’, tacitamente suposta em toda previsão, não é cumprida” (ibidem,p.207). Todavia, apenas o fato de reconhecer que tanto cientista social quanto atores sociais fazem parte de um mesmo contexto, e por isso o cientista também é seu objeto de estudo na sociologia – algo

evidente, no caso de Merton, que estudou sociologia da ciência - , não é possível rebater a indagação promovida por Bourdieu, Adorno e Gouldner, pois Merton não fez uma reflexão acerca dessa *essência* das ciências sociais.

Mas o reconhecimento de que os atores reagem as consequências da ação e que o seu conjunto modula a noção de realidade está distante de que estas reações configuram conflito entre grupos rivais em disputa de poder. Estes elementos do sistema social ainda não estão presentes, mas o trabalho sobre as consequências da ação permitiram ao autor um distanciamento em relação ao lugar onde o indivíduo é visto no processo social, tal que superou-se a principal limitação imposta pelas influências de Durkheim e Parsons vistas no estudo sobre *anomia*, curiosamente publicado após *As consequências não antecipadas da ação social*. Este artigo de 1936 dá margem para sua reflexão sobre Karl Mannheim, na qual é possível encontrar o conflito não mais na esfera da estrutura, mas entre grupos de atores em disputa.

3.3 Caminho para a superação do estrutural-funcionalismo clássico: conflito como referência

Ao abordar a sociologia do conhecimento, Merton retoma todas as noções desenvolvidas em seus trabalhos anteriores, desde em relação às características da estrutura social como sobre o modo com que os atores racionalizam suas ações, incluindo como rearticulam-se de acordo com as consequências. Estas idéias oriundas da procura de reformulações no funcionalismo são encaixadas em um modelo capaz de pensar que estes

atores estão distribuídos em grupos conflitantes, e muitas vezes fazem parte de grupos opostos, acarretando em mais um problema posto aos indivíduos em suas tentativas de rearranjar estrutura e sistema visando atingir objetivos.

Em *A sociologia do conhecimento*, define esta abordagem sociológica como análise das “relações entre o conhecimento e outros fatores existências da sociedade ou da cultura.” (MERTON,1970,p.553). Esta análise estaria dividida em *esfera das verbalizações e das idéias*, “ideologias, racionalizações, expressões emotivas, deformações, folclore, derivações”, e *substratos sociais*, compostos por “relações de produção, posição social, impulsos fundamentais, conflitos psicológicos, interesses e sentimentos, reações interpessoais” (idem,p.555). Nitidamente uma distinção muito semelhante à feita em *Estrutura social e anomia*, entre *estrutura cultural e condições sociais e institucionais*.

Porém, a diferenciação dos *substratos* em grupos provocaria uma diferença entre os valores de cada grupo. Esta idéia de que cada grupo possui visão de mundo diferente diversifica atitudes de acordo com o grupo ao qual o ator pertence no sistema, de modo que a contradição estrutural é vista neste trabalho como resultado dos conflitos entre grupos rivais. Está baseada nos estudos sobre religião publicados por Durkheim no final de sua carreira, nos quais apontou uma correspondência entre organização sócio-espacial e estrutura da religião. Apesar de este consistir em um modelo mais sofisticado do que o apresentado no estudo de Merton sobre *anomia*, desconsidera que os indivíduos estão filiados a mais de um grupo social, e muitas vezes estes grupos são conflitantes, o que acarretaria também em um conflito na estrutura cultural de referência para determinado ator.

Continua compreendendo a percepção e o modo como o ator social atribui sentido à ação como uma abstração da “totalidade de seu mundo mental, a superestrutura global, que é uma função de sua existência social”, (MANNHEIM,1967,p.25). Todavia, ao invés de reprodução de meros valores internalizados impessoalmente, as consequências antecipadas da ação social são vistas como “reflexos desse ou daquele interesse, mas demonstrando que elas fazem parte de um sistema ou, mais radicalmente, de uma totalidade”; essa “totalidade” não chega a ter uma composição onde o ator é passivo, é simultaneamente exterior ao ator e provocada por ele. É resultado dos diversos universos respectivos da diversidade de grupos, de modo que o resultado final, a sociedade, deriva de um jogo de “universo em confronto com universo, [e] já não se tratam mais de proposições individuais.” (Idem,p.25). Como em uma sociedade diferenciada em organizações complexas ocorre uma “afiliação múltipla a grupos, o problema consiste em determinar quais dessas afiliações são decisivas para fixar perspectivas, modelos de pensamento, definições do dado etc. Ao contrário de um ‘marxismo dogmático’, não supõe que a posição de classe seja a única determinante definitiva” (MERTON,1970,p.562).

Mesmo se um estrato social é capaz de oferecer uma visão coerente de mundo, elemento fundamental na orientação da ação e no estabelecimento das consequências, quando acontece o conflito mencionado acima o ator não possui mais uma versão que seguramente pode ser manifesta do que espera da sua ação, tendo este artifício estratégico dificultado. Logo, as “declarações consideradas ordinariamente em termos do seu conteúdo manifesto são baixadas do seu pedestal, seja qual for a intenção do analista, relacionando-se esse conteúdo com os atributos da pessoa que fala e da sociedade em que vive.” (ibidem,p.556). Em outras palavras, quando se tratam de sociedades com alta diferenciação,

uma análise pura e simples das intenções do ator tirada a partir do que este antecipa torna-se insuficiente, sendo necessária a análise do leque de posições representadas por ele.

Apesar de críticas feitas á sociologia do conhecimento, mais especificamente á Karl Mannheim, Merton conseguiu fechar um modelo de análise através da relação feita pelo sociólogo alemão de entre **conflito** e **manutenção do sistema**. Observa-se que além da noção de estrutura cultural continua guiando a forma com que os indivíduos embrenham-se na interação social, mas agora estes padrões de normas condições são dados exatamente em referência aos grupos oponentes, de acordo com sua disposição no embate. Também deve ser levado em conta que não é necessário abandonar a preocupação com a antecipação da ação social, na medida em que refere-se ao outro através de formas de *confiança* ou *desconfiança*, e estas duas possibilidades de expectativas condicionam se a rivalidade levará à manutenção ou mudança das posições e regras anteriores. Em outras palavras, explica-se a **retrolimentação** do **sistema** a partir da *confiança*, de modo que a unidade está baseada na idéia de consenso, pois as relações de conflito só se mantêm quando os atores se dispõe a continuar negociando; caso contrário, ocorre a desintegração do sistema.

Deste modo, Merton começa a colocar em um modelo de análise as questões já relacionadas em trabalhos anteriores, que permitiam uma contribuição crítica aos trabalhos de Parsons e Durkheim: *diferenciação e interação; estrutura social e conflito; monitoração espaço-temporal da ação*. Apesar de não adotar internalização de valores nem coerção como força social capaz de garantir a continuidade do sistema, ao adotar confiança continua sem definir na estrutura social um elemento capaz de garantir. Por isso é possível dizer que neste momento não adota algo capaz de ser definido como requisito funcional do sistema, mas necessidade de um tipo específico de expectativa do ator.

3.4. Ponte final para a *teoria funcional dos grupos sociais*.

Para finalizar esta penúltima sessão, exemplificar-se-á como Merton utilizou este modelo tirado da sociologia do conhecimento, conseguindo cristalizar todas as noções desenvolvidas anteriormente. Consegue uma noção de **estrutura social** na qual distingue *esfera das verbalizações*, composta por normas e significados, onde a manutenção do padrão normativo depende do jogo entre *prescrição, preferência, permissão e proibição*, e *substratos sociais*, que consiste na distribuição diferenciada do **sistema** dos grupos sociais em **conflito**, sendo a primeira um reflexo da segunda. Estas duas esferas servem como orientação para o ator, que negocia seus objetivos na esfera de conflito onde todos os atores tentam antecipar as consequências das suas ações e das dos outros, onde um recurso estratégico é o ocultamento total ou parcial das verdadeiras intenções. Como os indivíduos possuem múltipla filiação, muitas vezes entram em **contradição**, o que pode levar á uma desconfiança no sistema de *conflito* em relação á ele, um risco muito problemático, tal que o elemento **retroalimentador** da continuidade do sistema é a *confiança*.

Um bom exemplo de que neste modelo é possível alocar-se o que chamou-se de consequências antecipadas ou manifestas como reprodutores do sistema é o texto *A profecia que se cumpre por si mesma*, publicado um ano antes da primeira edição de *Sociologia: teoria e estrutura*, incorporado no conteúdo deste volume já em 1949. A argumentação gira em torno da afirmação de que “os homens reagem não somente aos traços objetivos de uma situação, como também, e às vezes principalmente, no sentido que

a situação tem para eles” (ibidem,p.516). Logo, quando alguém profetiza um preconceito, ele persiste no sistema de grupos.

Nele Merton vê a reprodução da hostilidade étnica nos entre negros e brancos norte-americanos através de uma campanha educativa, cujo conteúdo era mostrar que os negros possuíam as mesmas qualidades que os brancos. Nisso “a fórmula clássica de alquimia moral é bastante clara. Mediante o hábil emprego dos ricos vocabulários de louvor e de opróbrio, o intra-grupo transmuta facilmente suas próprias virtudes nos vícios dos outros” (ibidem,p.524). Deste modo, a superação de uma hostilidade baseada em preconceitos viria, antes de qualquer coisa, da viabilização de condições de interação independentes de discursos prontos ou programas oficiais de propaganda. Em outras palavras, a mudança ou produção do sistema e da estrutura aconteceria através da interação e negociação cotidiana livre entre os atores, cada qual partindo do seu grupo mas suscetível à demandas do outro. Um exemplo disso é a construção de bairros cujas casas são distribuídas entre brancos e negros.

Para finalizar esta tentativa de sistematização conjunta de conceitos apresentados de modo tão esparso, apresentar-se-á uma relação entre os sete elementos da teoria da estruturação de Giddens e as noções espalhadas pelos texto de Merton neste período pré-funcional, renovados neste estudo sobre sociologia da cultura, pode ser sistematizada na tabela seguinte.

Elementos da teoria da estruturação	Noções de Merton: período pré-funcional
Sistema	Instituições substratos sociais
Estrutura	objetivos culturalmente definidos esfera das verbalizações e das idéias as dimensões da <i>prescrição</i> , <i>preferência</i> , <i>permissão</i> e <i>proibição</i> das normas.
Estruturação	
Produção da Sociedade	Conseqüências não antecipadas da ação social, Racionalização espaço-temporal da ação
Reprodução da Sociedade	Conseqüências antecipadas e socialmente aceitas
Integração social Integração de sistemas	
Conflito social	Grupos sociais em conflito
Contradição de sistema	Anomia Filiação Múltipla

Com exceção da questão das filiações múltiplas dos atores a grupos em conflito, todos estes conceitos são trazidos por Giddens quando em momentos em que se propõe a dialogar com o sociólogo norte-americano. Todas estas noções também estão presentes no paradigma de análise funcional a ser trabalhado no próximo capítulo, daí a importância desta sistematização. Nele, a capacidade de produção e reprodução social da ação social são colocadas em termos de *função*, algo até então muito raro na obra de Merton. Um primeiro objetivo posto a partir deste ponto é compreender como são colocados neste texto paradigmático do autor.

Um segundo consiste em procurar algum elemento sistêmico capaz de explicar a retroalimentação do sistema, este tido como conjunto de grupos. A explicação desta manutenção a partir da idéia de confiança, pois não se trata de um requisito de

sobrevivência inerente ao sistema, mas dependente das sensações individuais, com uma variação muito volátil. No *paradigma funcional* este elemento é deixado em aberto, pois evitou-se definir qualquer *requisito funcional*. Como será visto, a definição deste elemento retroalimentador aconteceu nos estudos sobre grupos de referência, por este motivo relacionar estes dois trabalhos mostra-se uma tarefa fundamental para a compreensão da abordagem mertoniana, o que justifica a discussão a seguir.

4. Uma teoria da análise funcional dos grupos sociais em conflito

Já estando apresentados os principais questionamentos feitos por Giddens sobre o corpo conceitual de Merton, dada uma noção da importância do sociólogo norte-americano no contexto científico onde trabalhou, sua biografia científica, sua visão de como deve acontecer o debate teórico, sobretudo em relação aos clássicos e esclarecidos os conceitos desenvolvidos em seus primeiros trabalhos, resta por em questão diretamente a comparação entre estes dois autores. Esta foi a forma através da qual se considerou no presente trabalho um modo interessante de compreender a contribuição teórica deste último, sabidamente esparsa e até certo ponto relutante em fechar-se em um sistema acabado de análise social. Este paralelo foi admitido por ambos os cientistas sociais, e pode ser encarado como boa estratégia não apenas para se entender mais adequadamente um deles, mas ambos.

Antes de expor o arcabouço teórico a partir do qual Merton realinhou o funcionalismo dentro de seu modo próprio de abordar a dinâmica social, pode ser oportuno recordar algumas palavras a respeito de sua visão de ciência, que explica o uso momentâneo do termo função. Contrariando as acusações de abandonar os “pais fundadores” da sociologia, e marginalizar desenvolvimentos teóricos considerados clássicos, seguiu um caminho contrário, por exemplo, de Giddens, que ao invés de apropriar noções renovadas para conceitos pré-existentes, criou novos. Nesta reflexão sobre os conceitos já estabelecidos no debate, discutiu com uma vasta tradição, talvez a mais disseminada no seu tempo, além do diálogo quase diário com a tradição empirista de Lazarsfeld e Herbert Hyman.

Talvez por efeito disso tenha sido visto como o cientista social que amplamente discutiu a sociologia em uma amplitude geral, por mais que isso parece contraditório, levando-se em contra as proposições esboçadas no segundo capítulo. Para Florestan Fernandes, um dos primeiros sociólogos a esboçar uma análise do paradigma de análise funcional cujos apontamentos foram reconhecidos pelo próprio Merton como inspiração para desenvolvimentos posteriores, foi o modelo no qual codificou seus principais trabalhos da fase funcionalista etnológico. O sociólogo brasileiro, após definir teoria geral da ciência, as conexões entre interpretação funcionalistas e o ponto de vista do analista social e o conceito de função como principais temas em debate em meados do século XX, apontou o norte-americano como “o autor moderno que reúne maior número de reflexões teóricas sobre os três temas, dentro de uma orientação que interessa imediatamente à sociologia geral” (FERNANDES,1953,p.42). Levanta dois aspectos de sua teoria: o modo com que descola o funcionalismo do conservadorismo e; a adaptação da sociologia a uma concepção mais ampla de ciência.

Por tomar função simplesmente como encadeamentos de consequências, “elimina da perspectiva de discussão dos fundamentos lógicos do método as antigas implicações naturalistas, oriundas da preocupação de manter na sociologia a mesma atitude fundamental e os procedimentos da análise indutiva empregados pelos fisiologistas” (idem,p.43). Em outras palavras, ao não usar a noção de dependência funcional necessária entre as partes de um sistema, ele também não possui uma visão da sociedade enquanto ordem que precisa funcionar independente das “partes menores”, tornado-se livre de interpretações diretamente conservadoras, como induzem as analogias organicistas.

O segundo aspecto está intimamente ligado ao primeiro. Desde Auguste Comte e Émile Durkheim tomou-se a biologia como analogia para estudar-se a lógica das organizações sociais. Isto porque as entidades orgânicas apresentavam, aparentemente, as mesmas capacidades de adaptação e crescimento organizado que as sociedades humanas. As pressuposições de evolução lógica também estão presentes no marxismo clássico. Isso é possível devido ao distanciamento apresentado em relação aos métodos de análise, não confundindo modelo interpretativo com a realidade, sendo esta última muito mais ampla do que qualquer método possa organizar. Em outras palavras, Florestan salienta que “o que interessa fundamentalmente ao nosso autor não é a importância relativa do método de interpretação funcionalista, como uma das modalidades de explicação sociológica, mas as possibilidades que ele oferece na investigação dos problemas com que se defrontam habitualmente os sociólogos” (ibidem,p.44).

Esta constatação simboliza magistralmente o olhar com que se pretende abstrair os dois desenvolvimentos teóricos priorizados neste capítulo. Ambos trazem sobretudo *esboços*, reformulações de conceitos já existentes, tentando juntá-los em um modelo ou, pelo menos, trazer contribuições de várias abordagens e demonstrar à medida com que podem ser todos trazidos a tona em uma mesma reflexão, sobre problemas práticos da atividade cotidiana. Bastaria este esclarecimento para relativizar qualquer comparação conceitual, sobretudo a que pretende-se aqui, apesar de admitida pelo autor mais novo. Sobretudo, uma correção sobre a heróica comparação de Giddens, se colocada de um modo que pareça definitivo ou crítico não passaria de um conjunto de afirmações etéreas. É preciso recordar que o mesmo Giddens admite estas correções, e como deixar-se-á claro, elas consistem simplesmente em: não tomar o significado de *função latente* como um só,

mas todos os possíveis, inclusive o de conseqüências “intencionadas e não admitidas” e; buscar nos trabalhos sobre *grupos de referência* a retomada das reflexões acerca do conflito e contradição sociais expostos no capítulo anterior.

Em outras palavras, além de responder às críticas de Giddens, tentar-se-á derivar significações possíveis, dentro dos limites estabelecidos pelo que o próprio Merton afirmou, encontrando uma teoria geral constituídas em artigos diferentes. Completar esta comparação e modificá-la, além de permitir uma melhor compreensão da contribuição do funcionalista, também pode viabilizar novas interpretações da teoria da estruturação, o que seria totalmente coerente com o que sempre foi defendido pelos dois autores.

Para tal, este capítulo era dividido em quatro etapas. A primeira será sobre uma 4.1) *problematização das críticas de Giddens sobre o funcionalismo de Merton* a partir do que já foi aqui escrito sobre o paradigma de análise funcional, mas sob uma nova roupagem. A segunda consistirá na exposição direta da sistematização oferecida por Merton sobre 4.2) *o paradigma de análise funcional*, apresentada em *Funções manifestas e latentes*, terceiro capítulo de *Sociologia: teoria e estrutura*. Em seguida lançar-se-á mão dos dois trabalhos considerados complementares ao paradigma que tratam da 4.3) *teoria dos grupos de referência e desempenho*, e por último, uma construção final do que seria um 4.4) *paradigma da análise funcional dos grupos sociais em conflito*.

4.1. Problematização das críticas de Giddens sobre o funcionalismo de Merton

A última parte da introdução ofereceu uma visão geral de como os dois autores aqui tratados construíram uma relação intelectual, esclarecendo o ponto de partida de cada um.

No caso de Merton, ele pode ser visto cientificamente como resultado dos debates contra o funcionalismo, e ao tentar absorver a maior amplitude de argumentos acabou por reconstruir o funcionalismo dentro de uma visão bastante própria. Já Giddens, começou com estudos psicológicos e filosóficos para em pouco tempo ser incorporado à *teoria do conflito* inglesa, e em um terceiro momento responder às questões desta escola sociológica através do interacionismo simbólico de Goffman e Garfinkel e do estruturalismo de Peter Blau.

Retomar estas informações abre caminho para compreender o espírito sob o qual foi escrito *Funcionalismo: après La lutte*. Como o próprio título indica, trata-se de uma postura que ultrapassa a crítica pura e simples desta escola sociológica, um momento de aparar arestas, “depois da luta”. Vale lembrar que o intelectual inglês teve sua formação científica pautada na teoria do conflito europeia, uma das mais vorazes fontes de críticas ao funcionalismo, sobretudo ao de Parsons. Pode-se dizer que a ambivalência deles em relação à Merton reflete a mesma ambivalência deste último em relação ao seu mestre e outros clássicos da referida escola sociológica.

Neste sentido, tece alguns questionamentos sobre o funcionalismo, mas estabelece uma relação conceitual ao final do texto, conforme demonstra o quadro abaixo:

Teoria da Estruturação	Paradigma Funcional de Merton
Sistema	Sistema
Estrutura	Estrutura
Estruturação	Função/disfunção
Produção da sociedade pelos atores	Funções Manifestas
Reprodução da sociedade pelos atores	Funções Latentes
Integração Social Integração Sistêmica	
Conflito social Contradição de sistemas	

Como foi demonstrado no capítulo anterior, também é possível encontrar correspondência entre as noções desenvolvidas nos primeiros trabalhos de Merton e quatro dos seis principais conceitos interdependentes da teoria da estruturação de Giddens, se os trabalhos pré-funcionalistas foram tomados em conjunto como uma seqüência lógica de investigações, uma série de reflexões sobre os problemas vistos em Durkheim seguindo uma tentativa de transcender a exclusividade da relação sujeito/estrutura. Já existiriam correspondentes para **sistema, estrutura, produção e reprodução da sociedade e conflito e contradição social**, faltando uma explicação da **estruturação**, que consiste no rearranjo do sistema, pois não desenvolveu-se também uma explicação da **integração social e sistêmica**.

Também existe uma proposta sobre a racionalização da ação dentro de sistemas compostos por grupos em conflito parecida com o que o autor inglês chama de **monitoração reflexiva**, disputa dentro da qual o ator se insere enquanto participante da competição. Como será demonstrado adiante, ao desenvolver um princípio explicativo para **estruturação** através do equilíbrio *função/disfunção*, acabou por não apresentar uma explicação consistente para **conflito social e contradição de sistemas**.

Entretanto, uma comparação baseada em fontes tão esparsas como estes trabalhos escritos de modo um tanto quanto exploratório, como é o caso dos trabalhos *pré-funcionalistas*, não sustenta tão solidamente este paralelo entre as duas abordagens. Até porque o criador da teoria da estruturação, ao propor-se á uma recodificação, baseou-se primordialmente no paradigma de análise funcional, que também deixa em aberto elementos que deixaram de ser definido no período *pré-funcional*, motivo pelo qual mostra-

se de fundamental importância compreender como aqueles postulados são trazidos à idéia de “função”.

Nada mais coerente que construir esta noção como consequências de ações singulares, ou encadeamento destas demandas no sentido de compor e recompor os sistemas onde eles acontecem. Para isso, a conceitualização destes contextos sociais precisa explicar tanto os processos sociais quanto os mecanismos pelos quais tornam-se permanentes, pois além de liberdade as sociedades precisam garantir a manutenção de determinados aspectos através da regularização normativa; uma regulação que permita um espaço de negociação, permitindo alternativas de ação para atingir-se os mesmos objetivos e simultaneamente provocam um conjunto de consequências distintas para as partes mais envolvidas. Tal modelo também exige a explicação de como a sociedade – composta por indivíduos que racionalizam suas ações e orientam-se de acordo com as indicações dos grupos dos quais pertence pode garantir estes fenômenos, caso contrário, as ciências sociais perdem sua razão de existência. Considerando-se que Merton pelo menos tentou dar conta destas características, a conexão com a teoria da estruturação mostra-se bastante coerente.

Vale retomar as cinco críticas principais esboçadas por Giddens sobre Merton para que os dois modelos teóricos possam ser considerados semelhantes, segundo o apresentado na última tabela. São elas: 1) carência de uma distinção clara entre **sistema** e **estrutura sociais**; 2) incapacidade da relação entre *função* e *disfunção* explicar equilíbrio do sistema; 3) considerar *função latente* enquanto consequências imprevistas e por isso fator reprodutor dos padrões sociais; 4) não oferecer uma noção sobre o que elemento exterior aos indivíduos funciona como elemento **integrador** do sistema e; 5) não distinguir entre **conflito** e **contradição social**.

Como já foi visto, apesar de não sistematizar uma diferença entre os conceitos de sistema e estrutura sociais, Merton já diferenciava uma esfera das *instituições e substratos sociais* onde os grupos estão organizados bastante semelhante ao de sistema, e outra composta pelas *verbalizações, idéias e objetivos culturalmente definidos*, igualmente parecida com a definição de **estrutura** de Giddens. Na primeira noção acontecem os confrontos entre grupos, sendo que na segunda as contradições resultantes destes conflitos. Deste modo, as críticas do autor inglês acerca da não diferenciação entre estas duas dimensões sustentam-se apenas em termos conceituais, pois a noção desta diferença aparece em trabalhos do período pré-funcional. Pode-se dizer que um dos motivos de o autor inglês não ter percebido estas distinções foi ter construído sua argumentação baseado apenas em *Estrutura social e anomia*, trabalho destoante em relação a outros do mesmo período, mas que entretanto apresentava esta distinção de esferas.

Já sobre a segunda crítica, sobre o equilíbrio e manutenção social sendo explicado através da relação entre *função e disfunção*, esta proposição está mais no sentido de estimular a observação primeira de como as forças sociais (funções) estão distribuídas na realidade empírica, para depois comparar como qualquer teoria geral da manutenção dos sistemas sociais. Todavia, como foi mencionado no capítulo introdutório, os trabalhos sobre *grupos de referência e desempenho* trazem a definição de um elemento **retroalimentador**, a *autoridade* estabelecida em forma de poder organizado como requisito funcional. Uma contrapartida capaz de defender provisoriamente a proposição de Merton é que ele esclarece que as funções atingem os diversos grupos e atores de forma diferente, sendo que algumas conseqüências da ação atingem *funcionalmente* alguns grupos e *disfuncionalmente* outros, sendo que a “soma geral” consistem em ver se prejudicou ou

contribuiu mais ou menos para a coesão geral, posto que os grupos só continuam em um sistema de interação (e conflito) se considerarem possível atingir seus objetivos em alguma medida.

Esta noção de que estes grupos e atores estão em disputa estratégica, buscando conseguir resultados integradores para garantir sua permanência no sistema, é fundamental para compreender a controvérsia estabelecida sobre o que é manifesto e o que é latente – que consiste no terceiro alvo de Giddens. Esta interpretação que prefere defini-las como consequências imprevistas da ação de grupos e atores tem a adesão de vários outros cientistas sociais. Aliás, esta é a leitura mais comum da distinção entre *funções manifestas* e *latentes*. O modo com que a antecipação ou não das consequências da ação foi posto em termos de função realmente carece de um pouco mais de atenção, pois o próprio Merton mostra-se ambivalente sobre o assunto quando sistematiza o paradigma de análise funcional. Até mesmo Parsons traz uma interpretação da distinção entre *funções manifestas* enquanto previstas e *latentes* com imprevistas. Esta leitura também é reforçada por Ralph Dahrendorf e Jon Elster, dentre uma série de sociólogos e politólogos contemporâneos.

Apesar de manifestar ter tomado Merton como maior inspiração entre os sociólogos com quem conviveu, influencia pela qual teria passado de uma teoria das ações sociais para uma das relações, Parsons absorveu a distinção entre funções manifestas e latentes adaptando-os a seu modelo de relacionar indivíduo e sociedade. O ambiente de negociação racional, em sua teoria, resume-se à capacidade dos atores lidarem com as contradições estruturais do sistema e assim conseguirem ou não solucioná-las de acordo com o que desejam: trata-se de uma teoria voluntarista da ação. Ele toma *funções latentes* como mecanismo societário de controle na medida em que este “controle é construído a estrutura

de papéis do sistema social de modo a que nem o ego (dimensão do indivíduo referente aos valores internalizados) nem o alter (dimensão pela qual o ator percebe os diversos contextos e tenta se adaptar) são conscientes do que vai acontecer. Estas funções são chamadas de funções latentes” (PARSONS,1961,p.301).

Em outras palavras, seriam elementos internalizados da estrutura social capazes de promover a manutenção da estrutura e do sistema social. Tratando-se deste autor, é bastante coerente defender esta interpretação, pois para ele é preciso existir uma série de valores os quais o indivíduo não possui poder nenhum de rejeitar. O grande problema é que este conceito, tal qual foi desenvolvido por Merton, vai muito além de uma inconsciência generalizada. Por princípio, se entender-se o sistema social como conjunto de grupos em posições desiguais, a função (manifesta ou latente) é percebida de maneiras diferentes, e por isso atinge cada pondo de modo diferente. Merton não toma o compartilhamento de valores como principal elemento integrador da sociedade, mas sim a capacidade de arranjar as forças sociais de modo que, em uma certa medida, todas tenham um pouco de satisfação acerca das mudanças pretendidas, não necessariamente declaradas.

Outro grande problema desta interpretação de Parsons é a influência deste autor em toda tradição sociológica ocidental, principalmente por ser considerado por excelência o grande sociólogo norte-americano, um dos poucos realmente lido e tomado como referência na Europa. A grande maioria dos interpretes do conceito de função latente tomaram sua interpretação como definitiva, pois Merton foi visto como uma versão de “médio alcance” de seu funcionalismo sistêmico. Mesmo autores norte-americanos preferiram entender o conceito pelas mãos de Parsons, e atribuí-lo correntemente à Merton, tal que se tornou sinônimo de consequências imprevistas da ação, algo que levou a uma ponte com a teoria

dos jogos de escolha racional, por exemplo, ao inspirar-se conceito de ação não lógica promotora de resíduos de Pareto, autor pouco apreciado por Merton.

Seguindo o caminho indicado por Parsons, Ralf Dahrendorf definiu os conceitos interpretando *funções manifestas* como “usualmente uma articulação constantemente crescente e defesa declarada de interesses”, e função latente como “rotinização dos conflitos que contribui para reduzir a violência das classes de interesse” (DAHRENDORF,1959,p.65). Por compreender o termo “latente” através da noção exposta por Freud no trabalho clássico sobre a interpretação dos sonhos, entende latência como algo que a consciência não admite mas influencia na ação do ator através dos atos falhos, resíduos inconsciente de um grupo social que não seja o de referência sobre o ator (idem,p.178).

Seria o mesmo que dizer que o ator preferencialmente manifesta a público aquilo que pensa sobre as conseqüências de sua ação, e o que não pensa acaba influenciando inconscientemente no decorrer dos fatos posteriores à ação. Ou seja, função manifesta estaria ligada ao conteúdo ideológico do ator, e latente não. Esta posição é muito parecida com a de Parsons, que toma como instrumento de análise da orientação da ação a psicanálise freudiana, e não o pragmatismo, como o fizeram Merton e Giddens. Pode-se dizer que esta visão tornou-se corrente na Europa através de Dahrendorf, autor que trabalha com algumas outras noções desenvolvidas por Merton.

Jon Elster também fez coro a tal visão, utilizando função latente como sinônimo de irracionalidade da ação, pois o principal problema deste autor em especial era trazer a análise funcional para contribuir a uma melhor elaboração da *teoria dos jogos de escolha racional*, cuja questão central consiste na capacidade dos atores em otimizar

instrumentalmente as possibilidades de ganho, sendo as relações sociais como competição direta entre atores, não entre indivíduo pertencentes a grupos em conflito, detentores de valores e objetivos internalizados. Deste modo, corroborou também para pensar na abordagem de Merton como uma interpretação sociológica do tipo “mão invisível”, levando a um liberalismo e um casualismo não condizente com a forma com que conflitos e contradições de sistemas são tomados pelo autor como instrumentos de explicação de mudanças (ELSTER,1989,pp.54-65). Correu o mesmo problema de entender o manifesto ou latente enquanto estar ou não consciente ou incapacidade ou não de racionalização, e não disponibilidade ou não de declarar as conseqüências previstas.

A possibilidade de compreender função latente como conseqüências previstas e não antecipada serve tanto para ajudar a responder às outras duas críticas feitas ao paradigma de análise funcional quanto para entender com a teoria dos grupos de referência (dado que os grupos de desempenho não deixam de ser grupos de referência, desde que não mais entendido como referência pela qual o ator adquire uma identidade mas onde ele cria uma racionalização instrumental para tomar como orientação). Isto porque ao entender o ator como estratégico, significa que ele não segue automaticamente as regras e valores internalizados pela estrutura, mas traz demandas do substrato social para negociar dentro das regras mutáveis da estrutura: ou seja, a distinção entre sistema e estrutura (ou substratos sociais e cultura e normas) se a organização da sociedade ultrapasse as previsões valorativas e normativas da estrutura. Por isso, é preciso haver um espaço de previsão e estratégia que ultrapasse a verbalização e manifestação das intenções para a coletividade.

Em relação ao equilíbrio entre funções e disfunções sociais, se não entender-se as formas diferentes de sentir as conseqüências das funções, e principalmente que alguns

atores possuem o poder de desviar a *disfuncionalidade* para um grupo restrito de atores, dificilmente seria possível minimizar qualquer prejuízo. Isto porque se um ator souber que só ele arcará com determinado resultado, dificilmente aceitaria. Mais que isso, se souber que os outros sabem que ele arcará, sua revolta seria maior, tal que não seria possível o controle das catástrofes, por exemplo. Tal que para a manutenção dinâmica do sistema, fica claro que no modelo de Merton é necessária uma assimetria de informação para que se possa negociar os elementos funcionais e disfuncionais, até para poder-se ressarcir quem teve o maior prejuízo. Uma sociedade só pode socorrer alguém se ela tiver equilíbrio suficiente para isso.

Em todo caso, o autor reluta em aceitar algum requisito funcional necessário para a continuidade dos sistemas de interação. Alega a necessidade de melhor reflexão sobre o tema e por isso não adota nenhuma proposta anterior deixada pelos clássicos da sociologia. Na verdade, ignora qualquer elemento que possa ser considerado universalmente universal, indispensável para o sistema e, principalmente, nega-se à entender a sociedade como uma unidade composta por funções estruturalmente definidas, superando assim o modelo morfológico de sociedade defendido por Comte e Durkheim.

Como foi dito já na introdução e repetido no início deste capítulo, estas três primeiras críticas podem ser rebatidas, pelo menos em alguma medida, recorrendo-se diretamente ao próprio *paradigma de análise funcional*. Todavia, as duas últimas necessitam de um pouco mais de precisão conceitual do que a explanação oferecida neste artigo de Merton, sobre como explicar o modo com que atores capazes de exercer **monitoração reflexiva** da ação podem construir ou responder à necessidade de integração das pessoas a grupos sociais e integração entre grupos sociais, muitas vezes divergentes. De

fato, noções explicativas do **conflito social** e da **contradição de sistema** já estão presentes em trabalhos anteriores do autor, respectivamente, nas noções de grupos em conflito e as conseqüentes contradições sobre o ator acerca de suas inevitáveis filiações múltiplas¹⁷.

Uma melhor exposição de como os atores aderem ou sente-se ligados a este ou aquele grupo de acordo com a circunstância é feita nos trabalhos sobre *grupo de referência* e *desempenho*. Estes trabalhos também são importantes porque continuam apresentando conceitos do funcionalismo, estrutura (em suas duas dimensões que viabilizam uma bifurcação entre estrutura e sistema), *função*, *funções manifesta* e *latente*. Também trazem à tona noções de conflito entre grupos dos trabalhos sobre sociologia da cultura, idéias sobre “jogo” e “esporte” de Mead (aliás, é o ponto de partida da análise), e intra e extra-grupo, trabalhados em *A profecia que se cumpre por si mesma*: ou seja, tanto quanto ou mais que o paradigma funcional, eles oferecem uma revisão dos trabalhos de Merton promovida por ele mesmo.

Deste modo, o restante deste capítulo tratará de esclarecer como os pontos principais da *teoria da estruturação* pode de fato serem encontrados em um *paradigma da análise funcional dos grupos*, pois estes escritos sobre análise funcional e grupo de referência, se tomados em conjunto, satisfazem em larga medida a comparação. Não discorrer-se-á novamente uma descrição sobre os conceitos da teoria de Giddens (**sistema, estrutura, produção e reprodução da sociedade, estruturação, conflito e contradição social, integração social e sistêmica**), pois já foram explicados no capítulo introdutório. Primeiro os postulados e conceitos de Merton serão descritos, depois procurar-se-á

¹⁷ - Apesar de em trabalhos anteriores aos estudos sobre sociologia da cultura já trazerem correlatos de contradição social, como anomia, usou-se as noções trabalhadas nas análises da sociologia de Mannheim, pois trazem paralelos tanto com a noção de contradição quanto à de conflito.

semelhanças com conceitos trabalhados na fase **pré-funcional**, e por último será discutida a correspondência com as seis noções de Giddens.

Seguindo a ordem cronológica e a amplitude com que acredita-se poder preencher o esquema do autor inglês, primeiro trabalhar-se-á o paradigma de 1949, e depois a *teoria dos grupos de referência e desempenho*. Ainda não se discutirá o quadro apresentado por Giddens em *Funcionalismo: après la lutte* (GIDDENS,2001,p.150), pois ainda centrar-se-á as atenções sobre os conceitos de Merton. Ele será apresentado apenas no último capítulo, quando serão apontadas formalmente possíveis correções na correspondência ali presente.

4.2. O paradigma de análise funcional

Antes de qualquer explanação, parece fundamental salientar que Merton não pretende, neste terceiro capítulo de *Sociologia: teoria e estrutura*, oferecer um programa acabado de investigação e nem um paradigma final da forma com que pretende abordar a sociologia. Não faria o menor sentido afirmar isso logo após iniciar um debate sobre a necessidade de relacionamento entre teoria e pesquisas, cuja principal alegação é a incapacidade dos sociólogos em constituir um modelo minimamente uniforme de interpretação da teoria e da realidade social. O que ele chama de “paradigma” é uma tentativa preliminar que “representa um conjunto de categorias introduzido de *novo*, mas sim uma *codificação* daqueles conceitos” (MERTON,1970,p. 117).Considerando-se que trata-se mais de uma desconstrução do funcionalismo tal qual se encontrava no momento desta publicação do que de um modelo conceitual analítico, ele mesmo eufemisa o uso do

termo “paradigma”. É importante registrar esta relativização para afastar a idéia que muitos defenderam de que para Merton “paradigma” é simplesmente um conjunto de conceitos organizados aceitos coletivamente – ele sabia que não tratava-se de um paradigma, pelo menos no sentido ortodoxo da palavra. Isto posto, pode-se tratar diretamente de como ele trabalha o conceito de *função*

O autor iniciou o capítulo *Funções manifestas e latentes* deixando claro que estava ciente das controvérsias sobre a aplicação do conceito de função. De fato evitou lançar mão deste conceito para refletir sobre os processos que abordou até então, o que fica claro observando seus trabalhos anteriores, desde as críticas que esboçou contra Durkheim o estrutural-funcionalismo francês quanto à complementaridade funcional sob a qual está imersa a diferenciação através da divisão social do trabalho. De fato, como será visto, deixou de abordar a questão dos conflitos entre grupos ao definir sua abordagem dentro do conceito de função, questão social prioritária em sua pauta de reflexão até então. Só isso serviria para exemplificar o quanto seu paradigma funcional foi apenas uma tentativa preliminar, e o quanto via de modo ambivalente este conceito. Por isso apresenta prontamente cinco significações corriqueiras de função, debatendo uma a uma. São elas: evento social, ocupação, cargo público, matemática e institucional (elemento fundamental e universal). Na sequência ele ignora o primeiro sentido, ocupando-se em discutir os outros quatro.

Função enquanto ocupação estaria baseada nas atividades práticas de uma profissão ou emprego dentro de uma estrutura burocrática pública ou privada, sendo derivada do uso feito por Max Weber. Refere-se ao papel estabelecido que ao ator ou um grupo cumpre em uma atividade coletiva, ou na dinâmica do grupo. É um sentido mais ligado à “análise

ocupacional”, em um viés mais psicológico, que à análise funcional, porque está preocupado principalmente com as reações dos atores ou grupos e em seu posicionamento dentro da organização do que às conseqüências de sua ação.

O terceiro sentido do termo está mais ligado ao status de poder de um indivíduo do que às contribuições singulares de sua atividade enquanto praticada de modo personalizado por um indivíduo para uma organização, algo mais ligado ao caso anterior. Embora as conseqüências coletivas deste status ganhem um sentido social tanto quanto as da atividade em si, o autor preferiu excluir este sentido como orientação para apropriar um conceito de função porque “ela distrai a atenção do fato de que as funções são realizadas não só pelos ocupantes de posições designadas, como também por uma extensa escala de atividades padronizadas, de processos sociais, de padrões de cultura e de sistemas de crença encontrados numa sociedade.”(MERTON,1970,p.87)

A interpretação matemática do termo leva ao estudo das variações mutuamente dependentes, relação recíproca, interdependência. Trata direta e exclusivamente de relações entre dois ou mais fenômenos, sem precisar recorrer necessariamente a papéis estabelecidos nem pressupostos estruturais. Em princípio este seria o uso mais adequado para um início de investigação dentro da proposta de *sociologia de médio alcance*, pois admite hipóteses e oferece instrumentos avaliativos objetivos. Mesmo admitindo que “a palavra função tem sua significação mais exata na matemática”, ele é usado de modo muito impreciso pelos cientistas sociais. Este é o caso de Mannheim, quando “observa que ‘cada fato social é uma função do tempo e do lugar em que ocorre’, (...) [está] manifestamente fazendo uso da significação matemática.” (idem,p.87). A coerência em Merton lançar mão

primordialmente desta noção de função será discutida mais adiante. Por hora, ater-se-á ao conceito tal qual foi usado pelos antropólogos estrutural-funcionalistas.

Trata-se do modo com que Durkheim, Radcliffe-Brown e Malinowski conceituam *função* como elemento indispensável e universal para o equilíbrio da estrutura social entendida como unidade exterior aos indivíduos, um elemento institucional do qual todas as outras instituições dependem. Ao invés de usar uma noção matemática, usa uma derivada da biologia morfologia. *Função* não consistiria em relações de causa e consequência como no caso matemático, mas coisas que precisam acontecer para a manutenção da estrutura social e das relações por ela reguladas. A sociedade seria o conjunto destas “coisas sociais” que devem ser cumpridas através da ação dos indivíduos, involuntariamente. É sobre este sentido que Giddens afirma que o funcionalismo “ênfaticamente o significado das consequências impremeditadas da ação”¹⁸, pois os atores não premeditam as consequências nem escolhem o que fazer.

Ao retomar-se o que já foi escrito aqui sobre como Merton via o ator social como articulador de estratégias, não faria muito sentido adotar esta concepção de *função*. Afinal, ele buscou sempre compreender o processo social de acordo com as consequências das ações de atores ou grupos sociais em busca de seus interesses, não a partir de definições de funcionamento completamente exteriores aos mesmos. De fato, tece uma série de críticas a estes autores, que o levam a adotar o conceito de função desde que liberto dos principais postulados defendidos pelos estrutural-funcionalistas. Adota o conceito como “conseqüências objetivas observáveis, e não às disposições subjetivas (propósitos, motivos, finalidades)”(ibidem,p.90), rejeitando o projeto de Parsons em construir uma teoria

voluntarista da ação. Esta análise não deixa de estudar a dinâmica social de modo exterior aos indivíduos, mas rejeita que ela seja independente deles, pois admite sua capacidade criativa e de provocar agregação, mas não pressupõe seus objetivos. Considerar isto é fundamental para esta proposta de interpretação do conceito de *função latente*.

Ele resume sua proposta de análise sociológica à “*especificação das unidades* para as quais seja funcional um dado item social ou cultural. Ela deve conceber que um determinado item tenha diversas conseqüências, funcionais e disfuncionais, para indivíduos, para subgrupos, e para a estrutura e cultura sociais mais amplas.” (ibidem,p.96-97). Como foi especificado, as unidades possuem suas especificações singulares a cada contexto, e os atores e grupos sociais sofrem as conseqüência (funcionais ou disfuncionais) de modo diferente, como já foi afirmado anteriormente. Logo, não é possível pensar função como uma resultante que atinge universalmente todo e qualquer sistema ou partes destes sistemas de modo uniforme.

Partindo dessa definição, Merton critica os três postulados que considera as bases do funcionalismo clássico: *Postulado da Unidade Funcional*, *do Funcionalismo Universal* e *Postulado da Indispensabilidade*. Rejeita o *postulado da unidade funcional* porque pressupõe que todas as instituições e grupos sociais dependem uns dos outros, e que se mantém-se ao longo dos anos é porque gera boas conseqüências mutuamente. Este pressuposto ignora, por exemplo, que esta continuidade pode dar-se por uma dominação inabalável de um grupo sobre o outro, ou que um grupo pode não conseguir desvencilhar-se completamente, e mesmo assim adotar uma postura conformista, como já havia apontado em *Estrutura social e anomia*, por exemplo. Quanto à *indispensabilidade funcional*, Merton afasta a idéia de que existem pré-requisitos ou necessidades funcionais, pois reitera que

sempre existem “*alternativas funcionais, equivalentes ou substitutos funcionais.*” (ibidem,p.103). Dado que estas “alternativas” são contingências de contextos específicos, por consequência não é possível dizer que o funcionalismo oferece um modelo de funcionamento social capaz de pressupor o funcionamento de qualquer sociedade, e por isso não possui a universalidade explicativa que acredita ter.

Finalizando, o conceito de análise funcional que pretende adotar consiste em “interpretar dados mediante o estabelecimento de suas conseqüências aplicadas a estruturas maiores nas quais elas estavam comprometidas” (ibidem,p.114-113), consistindo em compreender as conseqüências de grupos sociais em conflito, aspectos culturais, normas, e todo e quaisquer elementos capazes de provocar de modo padronizado influencias *integradoras* sobre a totalidade dos membros do sistema de interação. Trata-se de fato da *noção matemática de função*. É completamente coerente com a forma com que analisou a relação entre tempo social e cosmológico com Sorokin, ou as conseqüências da ação e os conflitos inter-grupais: trata da forma com que uma força social atinge outra ou a coletividade específica onde o fenômeno acontece. Refere-se às forças que promovam a agregação dos grupos e atores. *Disfunção* seria a análise do mesmo tipo de encadeamento, mas quando provoca desagregação, “tensão, esforço e oposição no nível estrutural” (ibidem,p120).

Ainda sobre quais os elementos suscetíveis à análise funcional, o modo com que Merton os coloca dá uma alternativa para uma distinção pelos menos entre uma concepção da dimensão das normas (correspondente ao que Giddens chama de estrutura) e outra do processo social tal qual arranja os atores. Ele afirma textualmente um elemento sujeito à análise funcional deve consistir em “um item **padronizado** (isto é, conforme uma norma e

repetitivo), tais como os papéis sociais, os padrões culturais, as emoções culturalmente padronizadas, as normas sociais, a organização de grupos, a estrutura social, os dispositivos para controle social, etc.” (ibidem,p.117). Ou seja, existem todos estes fenômenos de interação, e estes sim possuem uma norma na medida em que são padronizados. Ou seja, a atividade social é distinguida das normas: se não foi feita uma distinção entre sistema e estrutura, mais uma vez pôs-se de forma distinguível seus correlatos. De qualquer modo, não especificou o modo com que um influencia o outro, talvez porque considerava já ter feito, como de fato demonstrou-se aqui que fez.

Até aqui fez uma exposição do conceito de função é relação à estrutura de grupos em interação (funcionais e disfuncionais). Todavia, Merton sempre trabalhou o modo com que os atores sociais se orientam em relação ao processo e como eles racionalizaram a ação para provocá-las. Se admite função como conseqüências de partes menores sobre maiores, a unidade básica é a ação propositada, afinal, a ação só acontece porque tem um propósito, como o próprio Merton admitiu em *As conseqüências não antecipadas da ação social*. Daí vem a necessidade de construir um corpo conceitual que dê conta também da relação entre sujeito e as conseqüências de sua ação. Todavia, a primeira apresentação de conceitos para abarcar esta característica do ator em agir de acordo com as conseqüências das ações dos outros – que Giddens definiu como monitoração reflexiva da ação- traz “uma distinção conceptual “entre os casos em que o alvo em vista, subjetivo, coincida com a conseqüência objetiva, e os casos em que ambos diverjam” (ibidem,p.118). Em outras palavras, está sim trabalhando sobre a intencionalidade. Isto iria contra tudo que foi dito acerca da objetividade e observabilidade no conceito de função.

Por este caminho, é levado a construir um conceito de função referente à “consequências objetivas que contribuem para o ajustamento ou adaptação do sistema, que são intencionadas e reconhecidas pelos participantes do sistema”, as funções manifestas, e outro sobre “aquelas que não constam das intenções, nem são reconhecidas”, que chama de *funções latentes*. Tomando esta distinção tal qual é posta na sistematização do paradigma funcional, Giddens e os outros estudiosos tomaram o conceito da forma o mais correta possível. Como foi dito, esta concepção acarretaria diretamente em pelo menos dois problemas: 1) esta noção de função é contraditória ao que Merton diz ter se proposto até esta parte do texto e; 2) se a função manifesta consiste em consequências desejadas e reconhecidas, não há espaço para a negociação estratégica, nem para o ocultamento das intenções. Deste modo, se função manifesta consiste em consequências intencionadas e reconhecidas, para serem reconhecidas precisam reproduzir os valores da sociedade, logo é um princípio explicativo da reprodução da sociedade. Não haveria um princípio explicativo da produção, tal que tanto a comparação conceitual feita aqui quanto à proposta pelo próprio Giddens não se sustentariam.

Ainda sobre a primeira inconsistência apontada, ele não só estaria contradizendo o restante do “paradigma”, mas toda sua empreitada a favor das *teorias de médio alcance*. Afinal, ele abandona os postulados da *unidade*, *universalidade* e *indispensabilidade funcionais* exatamente porque eles dificultam a averiguação empírica e objetiva dos processos singulares à realidade a ser estudada. Nisso foi totalmente coerente com o “médio alcance”. Mas quando pensa que algumas consequências da ação são suscetíveis ao estudo da sociologia “não constam nas intenções, nem são reconhecidas”, as relações são apenas construtos da mente do sociólogo, levando a uma prática veementemente atacada pela

proposta das *teorias de médio alcance*. Quanto à segunda, tem-se o problema empírico de admitir os conteúdos manifestos como verdade.

Na medida em que também não pretende confundir demandas intencionadas com “crenças” e outros valores padronizados, esta intencionalidade atribuída à *função manifesta* buscaria coisas às quais o ator ainda não tinha (caso não tratem-se de objetivos padronizados), ela poderia ser vista como instrumento de mudança social. Mas como teria sido esvaziada de seu caráter estratégico, na medida em que seriam intencionadas reconhecidas por todos, ela sim seria motivada por valores internalizados de tal modo que seria reconhecida pela coletividade. A mudança, tal qual está-se observando este paradigma até agora, seria provocada por contingências exteriores aos indivíduos derivadas das tensões e conflitos definidos no conceito de *disfunção*. Mas, como uma mudança poderia estar pautada na desagregação?

No decorrer do texto é possível encontrar também uma definição de *função latente* que dê conta de conseqüências intencionadas mas não reconhecidas por “todos”. Isto solucionaria tanto o problema de encontrar um conceito capaz de abarcar as conseqüências estratégicas da ação quanto um elemento capaz de promover mudança social de modo controlado, negociando os conflitos e tensões presentes no conceito de *disfunção*. Também garantiria a possibilidade do paralelismo anunciado por Giddens entre seu paradigma e o de Merton.

Mais adiante, quando pormenoriza a distinção, refere-se à *função latente* como comportamento capaz de “realizar uma função para o grupo, embora esta função possa ser muito afastada da finalidade declarada da conduta” (ibidem,p.131). Em outras palavras, já não está-se falando apenas se é intencionada e reconhecida, sendo que pode ser uma e, no

caso da segunda, não. Leva o observador “além da questão de se saber se a conduta consegue ou não sua finalidade confessada” (ibidem). Ou seja, o princípio explicativo da *função latente* não está ligado diretamente à intenção, mas principalmente à explicação do que não é declarado, referindo-se á encadeamentos causais na reconhecidos. Isto serve como modo de o pesquisador “concluir muito apressadamente que, se uma certa atividade de um grupo não atinge sua finalidade nominal, sua persistência somente possa ser descrita como um caso de ‘inércia’, ‘sobrevivência’ ou ‘manipulação de subgrupos poderosos da sociedade’” (ibidem,p.132). Seria algo de intencionalidade possível, “mas não é considerado como um padrão normativamente regulado pelos próprios participantes” (ibidem,p.126).

Entendida desta forma, função latente consistiria na diversidade de intenções e na possibilidade de ocultamento das consequências previstas. Não confrontaria a noção de função enquanto efeito que atinge diferentemente as diversas partes do sistema, e é percebida em intensidades de amplitudes que variam a cada unidade. Ao menos, significados do comportamento que não necessariamente estejam regulados por normas (ou regulados em uma medida menos ortodoxa). Resolveria tanto o problema de não compreender o caráter estratégico e indefinido da maneira com que os atores se apresentam para a coletividade, quanto à primeira questão levantada sobre a operacionalidade empírica, pois considerando-se o poder como instrumento para atingir objetivos (coletivos ou individuais), a aquisição e exercício de autoridade pode ser vista como elemento empírico básico da análise funcional no viés estabelecido por Merton. Esta será a ponte para vincular-se o paradigma com os estudos sobre *grupos de referência e desempenho*. Vários autores compartilham deste modo de compreender este conceito, como Florestan

Fernandes, John Rex e Alvin Gouldner. Alguns deles, muito próximos à Merton, tanto quanto foi Parsons.

Já em 1953, Florestan Fernandes esboçou uma leitura desta distinção parecida com que tenta-se defender no presente trabalho. Segundo ele, funções manifestas consistiriam em “ajustamentos e controles sociais de que parecem depender as condições normais ou desejadas de existência, e que são realizadas de modo mais ou menos consciente”, enquanto funções latentes estariam voltadas para “contribuem para determinar as condições de estabilidade e de mudança da sociedade, considerada em suas unidades ou como um todo”(FERNANDES,1953,pp.71-72). Função latente é vista como elemento integrador e capaz de controlar “estabilidade e mudança”, e a dimensão “mais ou menos consciente” seria a das funções manifestas, e não o contrário.

Apesar de afirmar que Merton dá prioridade à intencionalidade da ação na definição do conceito de função latente, John Rex admite que ao dizer que em negociações coletivas determinadas coisas não são feitas apenas para estimular o ardor patriótico (ou, a crença religiosa), mas para fazer as pessoas não falem que pensam. Disto decorreria uma noção de função latente capaz de incluir “uma referência às ‘consequências’ consideradas funcionais ou disfuncionais de ponto de vista dos motivos de certos grupos com os sindicalistas, pessoas que querem dizer o que pensam e pessoas que não querem que outras pessoas digam” (REX,1973,p.93). Além de abrir espaço até para o porque as pessoas não declaram o que pensam, Rex oferece uma relação entre *função latente* e poder, algo fundamental para uma interpretação do conceito capaz de relacioná-lo com a produção da sociedade, de acordo com a terminologia de Giddens.

Em sua crítica à noção de organização burocrática em Weber, Gouldner define funções manifestas como “àquelas conseqüências de padrão social, isto é, burocracia, que são culturalmente prescritas para ele”, enquanto função latente “igualmente se referirá às conseqüências concretas do padrão, mas, neste caso, elas não são culturalmente prescritas ou preferidas” (GOULDNER,1971,p.65). No período em que fez este trabalho, década de 1950, ainda não estava envolvido no projeto descrito no segundo capítulo desta dissertação, a busca por uma *sociologia reflexiva e crítica*, e figurava entre os principais discípulos de Merton. Nesta época, construiu uma explicação sobre como os indivíduos e artes dos sistemas criam vínculos permanentes, explicação considerada falha no modelo de Merton. O artigo *Reciprocity and Autonomy in Functional Theory* defende o princípio da “reciprocidade funcional”, compreendendo que a manutenção de uma relação não se explica apenas compreendendo as conseqüências de “A” para “B”, mas também de “B” para “A”: esta interação de reações é o que mantém estes atores ou grupos em influência mútua (GOULDNER,1959,p.249).

Quando ocorre uma lacuna neste processo, existe a necessidade de incluir-se “C”: no caso, a diferenciação do sistema não se dá pela criação sistêmica de funções, mas na assimilação de elementos já organizados mas não integrados ao sistema em questão (idem,p.242).A diferença com a visão de integração sistêmica exposta em *Da divisão do trabalho social* é que no caso da teoria de Durkheim, a reciprocidade provoca o equilíbrio, enquanto em Gouldner é o equilíbrio atingido por tal processo é quem leva à reciprocidade (idem,p.242).

Quanto ao abandono do conceito de *exigência funcional* (necessidades, pré-requisitos), já se havia adiantado quando rejeitou o *postulado da indispensabilidade*

funcional, prefere conceber as idéias de alternativas funcionais (equivalentes ou substitutos funcionais), defendendo que se existe alguma função primordial para a manutenção do equilíbrio do sistema, este conta com uma “**amplitude de variação possível** no que diz respeito aos itens que, no caso em exame, possam servir a um requisito funcional”. Esta variação possível pode consistir em um princípio da explicação da mudança social, tanto quanto as tensões e contradições estruturais cujas conseqüências são instabilidades no sistema. Em ambos os casos elementos novos são incluídos ou adotados quando surgem “lacunas” na regulação ou na reciprocidade entre as funções emanadas pelas partes do sistema.

O modelo indicado por Goudner sobre como acontece a reciprocidade entre os elementos do sistema (atores e grupos sociais) e como eles absorvem outros elementos. Tanto quanto Gouldner, Merton não oferece ainda uma explicação sobre qual elemento promove uma retroalimentação, consistindo exatamente no que Giddens definiu como “encadeamento causal das conseqüências das ações (funções). Não existe um elemento capaz de racionalizar este processo, por isso, tomar *função latente* também como conseqüências previstas mas não antecipadas permite encontrar este ator racional reflexivo, capaz de, em sua disputa pelo poder, controlar a dinâmica social e equilibrar os processos de mudança social. Na sequência, apresentar-se-á um quadro expondo como o paradigma funcional de 1949 é capaz de satisfazer as comparações feitas por Giddens, fazendo-se também a correção a respeito de como *funções manifestas e latentes* podem ser encaixadas neste paralelo:

Teoria da Estruturação	Comparação de Giddens	Reformulação
Sistema	Sistema (substratos sociais)	Sistema (ou, substratos sociais)
Estrutura	Estrutura (normas e valores)	Estrutura (normas e valores)
Estruturação	Função/Disfunção	Função/Disfunção
Produção da sociedade Reprodução da sociedade	Função manifesta Função latente	Função latente Função manifesta
Integração social Integração de sistemas		
Conflito social Contradição de sistemas		Disfunção

Em primeiro lugar, deve ficar claro que com esta reformulação, ainda não terminada, não está-se empreendendo uma crítica ao modelo de Giddens em si; trata-se apenas de uma adequação para uma comparação que ele próprio considerou importante. O objetivo é que seja possível fazer uma leitura de um a partir do outro que proporcione uma visão o mais ampla possível sobre os fenômenos sociais. Contudo, falta ainda para o modelo de Merton um a explicação de como os atores conseguem articular um mecanismo de retroalimentação, capaz de promover o equilíbrio entre *funções* e *disfunções*. Este seria o elemento integrador a ser conceituado neste “paradigma”, tanto integrador dos indivíduos ao sistema de grupos (integração social) quanto integrador dos grupos sociais (integração de sistemas). Como será visto adiante, a *teoria dos grupos de referência* oferece uma explicação de como o conflito gera estas duas formas de integração, criando um contexto de instabilidade que necessite de um elemento integrador.

4.3) *Das teoria dos grupos de referência e desempenho á um paradigma da análise funcional dos grupos*

No início da década de 1950, Robert Merton foi convidado a oferecer um embasamento teórico-sociológico para um conjunto de trabalhos organizados por Samuel Souffer intitulado *The American Souldier*. Trata-se de um conjunto de estudos de caso a respeito dos diferentes graus de insatisfação dentro das forças armadas norte-americanas, e a explicação, em geral, relacionava a insatisfação dos soldados com a forma com que estes se comparavam a outras pessoas (ou amigos que não foram convocados, ou outros militares): correspondendo, respectivamente, aos conceitos de *privação relativa* e *grupo de referência*. O interesse destas investigações era compreender o sentimento dos militares acerca da convocação e como eles reagiam em relação às promoções de posto deles mesmo e dos colegas. Os psicólogos sociais que fizeram o trabalho estavam retirando estes dois conceitos de Herbert Hyman, que os construiu baseando-se na metáfora do *jogo* de George Herbert Mead, para compreender como os atores sociais constroem sua identidade e jogam-se para a interação a partir dos atores com os quais se identifica.

Logo no início do texto, Merton já indica que pretende um diálogo entre a inspiração psicossocial que permeia estes trabalhos sobre o comportamento dos militares em campanha e a sua análise funcional. Isso é mostrado já na segunda página, conforme o fragmento abaixo:

“Ao longo dessas linhas, será feito um esforço para indicar a coerência entre a teoria do grupo de referência e as concepções da sociologia funcional. Aparentemente elas tratam de facetas diversas do mesmo assunto: uma centraliza-se sobre os processos através dos quais os homens se relacionam aos grupos, e referem seu comportamento aos valores

desses grupos; a outras sobre as conseqüências dos processos, especialmente para estruturas sociais, mas também para os indivíduos e grupos envolvidos nessas estruturas. Encontrar-se-á que a teoria do grupo de referência e a sociologia funcional dirigem diferentes perguntas aos mesmos fenômenos, mas que as referidas perguntas têm relevância recíproca.” (MERTON,1970,pp.306-307)

Esta citação mostra bem diretamente que Merton também entendia seu estudo sobre o tema como uma possibilidade de sofisticação do funcionalismo, justificando também o entendimento aqui dado de que pode ser visto como uma continuação do *paradigma de análise funcional*. Importante notar também que aparece implícita a sua noção de função, como “conseqüências dos processos, especialmente para estruturas sociais, mas também para indivíduos e grupos envolvidos nessas estruturas”. Deste modo, não temos apenas conseqüências das demandas de partes menores para as maiores, incluindo também as conseqüências dos processos para partes menores.

Também retoma uma preocupação deixada de lado no paradigma de análise funcional, os “processos através dos quais os homens se relacionam aos grupos, e referem seu comportamento aos valores desses grupos”. Isso comporta não apenas conseqüências “intencionadas e admitidas por todos”, mas entende que “admitir” e “se referir” são coisas que os atores fazem dentro de um grupo, e não para todos os participantes do sistema.

Voltando ao restante do texto, Merton resume em três as formas com que os militares se comparam e assim constroem uma avaliação da sua situação, ou seja, grupos de referência: 1) amigos civis ou status fora das forças armadas, 2) entre pessoas que ocupam o mesmo status dentro das forças armadas (de capitão para capitão), e 3) soldado combatente para não combatente (entre atores em situações diferentes). Apesar de muitas vezes usar os pragmatistas como referência teórica, o autor critica o modo com que as idéias de Mead levaram á formulação das hipóteses, de que “são os grupos aos quais

pertence o indivíduo, *como membro*, que proporcionam a armação de referência significativa, para as auto-avaliações”, e não averiguaram as “condições sob as quais os grupos ‘dos que não pertencem’ também possam constituir uma significativa armação de referência”, o que levaria ao problema das “*múltiplas* filiações a grupos e dos *múltiplos* grupos de referência” (ibidem,p.319), e ao estudo da “*dinâmica da seleção* dos grupos de referência entre os diversos grupos a que pertence o indivíduo”(ibidem,p.320). É possível relacionar o que Merton está indagando sobre esta pesquisa com perguntas freqüentes em seus trabalhos pré-funcionalistas, como fica nítido em mais este fragmento:

“Por exemplo, os fatores sociológicos que levam os indivíduos a considerar legítima sua posição social relativamente baixa, bem como aqueles que os levam a interpretar sua posição como resultante de organizações sociais defeituosas e possivelmente injustiçadas, abrangem claramente uma área de problema de extraordinária importância teórica e política. Quando é que as estreitas oportunidades de sucesso na vida são consideradas pelos indivíduos como coisa normal, atribuível às suas limitações pessoais, e quando é que são imputadas a um sistema social arbitrário, em que as recompensas não estão proporcionadas à capacidade? Os conceitos de privação relativa e de recompensa relativa ajudam a transferir esses muito discutidos mas pouco analisados padrões de comportamento, do âmbito da especulação impressionística para o da pesquisa sistemática.” (ibidem,p.321)

Tem-se uma retomada clara de problemas trabalhados nos estudos sobre sociologia da cultura e em *Estrutura social e anomia*. Se nos textos sobre a proposta de Mannheim ele reduziu a discussão ao modo com que as conseqüências dos conflitos formavam sistemas de conflito, entendendo os atores como filiados a este ou aquele grupo até situações de contradição entre os diversos grupos ao qual estava filiado, aqui coloca o problema de como os atores considerados de um grupo específico tem como referência os membros deste grupo e até os de outros grupos – haveria uma filiação real e outra hipotética na orientação da ação dos atores sociais. Enquanto na reflexão sobre anomia o sucesso era

posto como um objetivo generalizado na sociedade, e o problema estava na contradição entre objetivos socialmente indicados e estruturas de oportunidade, nesta análise o que orienta a satisfação e a escolha dos objetivos (inclusive dos limites das expectativas) é o conjunto de referências sociais com as quais os atores contextualmente se identificam.

Uma abordagem mais abrangente para responder-se estas perguntas foi elaborada na *Continuidade na teoria dos grupos de referência e estrutura social*. Todavia, três pontos levantados até agora merecem uma recapitulação, porque incrementam a noção de como os atores relacionam os objetivos de uma ação e suas conseqüências: 1) a análise funcional é vista agora também como conseqüências dos processos sobre partes menores e entre as partes menores, e não das partes menores sobre as maiores, pois os homens orientam sua conduta também pelos grupos; 2) disto deriva que os atores “intencionam” conseqüências de acordo com o grupo a que está se referindo em uma determinada situação, inclusive podem ser dois grupos distintos que admitem coisas opostas; 3) quando um ator intenciona uma determinada seqüência causal em um grupo inspirando-se em outro, geralmente a intencionalidade precisa ser ocultada. Neste contexto a *função latente* precisa ser vista como *intencionada mas não reconhecida*. Postas as condições nas quais este conceito controverso precisa ser entendido tal qual postulou-se aqui, segue o desenvolvimento de com Merton explica a relação entre **contradição, conflito, integração social e sistêmica** neste segundo trabalho.

Voltando à forma com que os atores costumam tomar grupos sociais, aos quais podendo ser considerado filiado ou não, Merton rejeita que o processo de filiação deva ser explicado pelos diferentes “outros” a quem um ator pode se comparar. Ao contrário dos tipos de grupo de referência baseados na identidade com 1) seus papéis civis, 2) iguais

dentro da corporação ou 3) soldados em situações de combate diferentes, o autor utiliza as lógicas pelas quais os atores aderem ao não á um grupo. As esferas de ação dentro das quais ele se filia seriam 1) de tipo normativo, 2) de tipo comparativo, idêntica à lógica usada nos trabalhos organizados por Stouffer, e 3) por referência estratégica, ou, pela capacidade de atingir objetivos¹⁹.

O primeiro tipo de referência a um grupo social acontece porque “estabelece e mantém padrões para o indivíduo” como “ uma fonte de valores assimilados por determinados indivíduos (os quais podem ser ou não membros do grupo), como no caso que temos examinado, dos soldados de reserva assimilando valores dos veteranos.” (ibidem,p.368). Os indivíduos vinculam sua identidade com este ou aquele grupo porque estão de acordo com os padrões normativos e valorativos compartilhados pelos outros filiados. Na terminologia de Merton, possuem e adquirem normas e valores internalizados em alguma medida.

No segundo caso, trata-se de uma filiação baseada nas relações interpessoais, atraído por líderes carismáticos ou pessoas que tornaram-se referência de comportamento. O ator sente que o grupo “ proporciona uma estrutura de comparação relativa, em relação à qual o indivíduo se avalia a si próprio e aos outros”. Serve como “um contexto para avaliação da posição relativa própria e de outros” (ibidem). Consistira no que Mead chamou de referência ao “outro”, jogo psicológico em que o sujeito coloca-se no lugar do outro, e assim constrói sua identidade.

19 - Não é difícil vislumbrar uma comparação com os três tipos puros de dominação legítima de Weber (tradicional, carismático e burocrático). Todavia, esboçar esta comparação em um trabalho desta amplitude mostra-se um tanto quanto inviável.

A orientação da ação por um grupo específico porque a dinâmica deste é capaz de proporcionar mobilidade estratégica apresenta a maior amplitude de múltipla filiação, dado que o ator não faz parte nem defende as demandas de um grupo só. Neste caso os outros membros “constituem simplesmente condições para a ação dos indivíduos”, e cooperam simplesmente para “realizar seus propósitos, mas não tem para ele sentido normativo ou comparativo” (ibidem,p.368).

Para explicar a dinâmica pela qual estes tipos “puros” se cruzam no delinear do processo de interação, processo dentro do qual os atores sociais se identificam e tem como referência para seu comportamento e suas opiniões este grupo e em outros dos quais pertence ou não, Merton retoma a concepção maleável de afiliação levantada ao analisar Mannheim. A noção de **sistema social**, equivalente à estrutura em Merton, posto em médio alcance torna-se estrutura dos grupos de referência, não como sistemas “necessariamente fixos, mas mudando dinamicamente, em relação a contextos situacionais especificáveis. Uma situação modificada pode proporcionar mudanças significativas na proporção de interação social, de modo que os que antes eram membros deixam objetivamente o grupo (...) Isto aponta a necessidade de reexaminar e rejeitar algumas das significações dos termos ‘membro’ e ‘não membro’, que não correspondem fielmente aos fatos, pois parece haver graus de afiliação, que são em parte indicados pelas proporções de interação social com outros grupos” (ibidem,p.371).

Considerando-se que os graus de filiação variam, as proporções de interação são desiguais na mesma media. Fatos novos, a convivência maior ou mais intensa entre alguns membros ou o surgimento de novos interesses compartilhados apenas por uma parte de um dos grupos aos quais determinado ator está filiado podem causar transformações

substanciais no sistema. Nesse ponto, Merton deixa claro seu rompimento com três concepções parsonianas: diferenciação, integração e categorias residuais²⁰, ao afirmar que “as definições residuais prestam-se notoriamente a obscurecer características significativas daquilo que está sendo definido apenas negativamente. Este é o caso com o conceito residual de não afiliação” (ibidem,pp.372-373). Em outras palavras, os indivíduos não estão ou deixam de estar definitivamente em um grupo, e se estão em um podem criar, em conjunto com outros atores de expectativas comuns, outros grupos dentro deste primeiro que pode até ser hostil ao original.

Esta é uma das principais críticas que Merton faz à concepção pareto-parsoniana de que o que não é *integrado* ao grupo principal torna-se uma “categoria residual”, fonte das chamadas *ações não lógicas*, que entendem o ator como indivíduo *atomizado* e, quando não integrado, está sujeito a *ações irracionais*. Mais que isso: Merton toma como princípio diferenciador dos grupos incompatibilidades e compatibilidades de expectativas (expectativas semelhantes formam grupos, e incompatíveis provoca cisões), e não pensa a *diferenciação* pela geração de funções adaptativas num sentido instrumental proposto por Parsons; o primeiro pensa a diferenciação pelas finalidades, enquanto o segundo pelo princípio prático de adaptação funcional. Desse modo, Merton dá uma resposta mais sólida para como os grupos surgem e entram em **conflito**, gerando valores **contraditórios**, do que a deixada no ar através do conceito de *disfunção*. Mais que isso, o **conflito** estaria derivando da **integração** social.

²⁰ - Estes conceitos apenas serão apresentados na discussão, dado que um debate mais abrangente com o paradigma de Parsons consistiria sozinho em uma outra dissertação, com um grau de dificuldade maior do que esta aqui proposta.

A partir deste ponto da argumentação, Merton começa a redefinir o que deixou declaradamente em aberto no *paradigma de análise funcional*, pois aponta *pré-requisitos* funcionais *universais* e *necessários* para a manutenção do sistema de grupos. Deste problema da regulação entre conflito interno de perspectivas e integração de novos grupos, dados como processo recíprocos, resulta no primeiro requisito funcional dos grupos sociais compostos por atores com múltipla filiação: a *integralidade*. Este conceito elaborado por George Simmel, que “refere-se à propriedade de um grupo medida pela proporção de *membros potenciais* – aqueles que satisfazem os requisitos de afiliação, exigidos pelo grupo – que sejam também membros efetivos” (ibidem,p.373). A clareza sobre o que um grupo aceita facilita a identificação de sujeitos pertencentes a outros grupos, além de esclarecer que novos interesses podem dar origem á subgrupos, de modo a continuarem fazendo parte do grupo maior.

Além de solidificar a unidade pré-existente, torna o grupo capaz de agregar potencialidades de outros grupos. Também permite aos atores um posicionamento estratégico cujos limites são mais definidos, sendo estes capazes de “alargar sua afiliação a fim de incluir uma proporção tão larga quanto possível da afiliação potencial. Quanto mais aproximadamente completo for o grupo, tanto maior o poder e a influência que ele poderá exercer.” (ibidem,p.373). A integralidade garante a dimensão normativa, pessoal e estratégica da interação social em grupos de interação com múltiplas filiações.

Um segundo requisito funcional definido nos estudos sobre grupo de referência é a *visibilidade*, sobretudo por permitir a assimetria de informação a partir da qual subgrupos são formados ou os sistemas são controlados. Ela consiste na regulação das informações sobre normas e dinâmica dos grupos, inclusive cumprindo a função de permitir ao ator

estratégico, enquanto sujeito que pretende estabelecer uma nova ordem social, construir a orientação de sua ação propositada de modo a não causar desarranjos não desejados.

Admitindo este poder como capacidade de estabelecer uma ordem, e que qualquer função social consiste nas conseqüências entre ações individuais ou entre grupos definidos, Merton define a capacidade de exercer *autoridade*, juntamente com *integralidade* e visibilidade, como pré-requisitos funcionais para a **retroalimentação de um sistema social homeostático**, entendendo o exercício de autoridade transparente como capacidade de adaptação às condições oferecidas e legitimadas pelos outros atores no sistema de interação - pela estrutura - para se agir e transformar o meio: para que aconteça a **produção e reprodução** do sistema.

Considerando que um ator estrutura sua ação em sistemas interativos tendo como referência expectativas de mais de um grupo a que se filia, é possível considerar que, simultaneamente, um ator age de acordo com o grupo em que está num determinado momento, e por sua vez sempre está condicionado pelos outros sistemas de interação não presentes ou parcialmente presentes. Por isso, ele desenvolve o conceito de *grupo de desempenho de papéis*, que “leva imediatamente a inferir que as estruturas sociais confrontam os homens com a tarefa de articular os componentes de inumeráveis desempenhos de papéis – isto é, a tarefa funcional de conseguir, de qualquer maneira, organizá-los a fim de atingir um grau apreciável de regularidade social, suficiente para permitir que as pessoas tratem dos seus negócios sem ficarem paralisadas por conflitos extremos em seus papéis de desempenho” (Ibidem,pp.54-55).

Dentro desta perspectiva o ator precisa coordenar as “regras” e “recursos” dos diversos grupos dos quais faz parte, e que representa na esfera pública. Dois problemas

tornam-se o cerne da questão: *como o ator atinge esta conciliação entre os grupos aos quais está associado quando estes são rivais? e como consegue constituir uma noção de totalidade social para orientar sua ação quando existe uma incompatibilidade de visões de mundo entre o os grupos dos quais pertence?* Isso remonta a questão de o que é essencial para uma mínima estabilidade, cooperação e compatibilidade entre os grupos sociais, garantindo a continuidade do **sistema**, tendo esse como organização de forças emanadas pela associação dinâmica dos indivíduos em grupos, que oferece-lhe uma visão de mundo e um posicionamento em relação aos outros grupos; inclusive grupos dos quais o ator também faz parte.

A questão seria: “Quais os mecanismos – quais os arranjos e processos da estrutura grupal – servem para preencher estes requisitos funcionais da autoridade efetiva? Formular a pergunta não é, evidentemente, admitir que todos os grupos em toda parte tenham tais mecanismos. Só equivale a dizer que na medida em que os grupos não tenham mecanismos adequados para satisfazer esses requisitos, diminuirão a autoridade e o controle social. E como todos sabemos, este foi o destino de muitos grupos que se desintegraram, pois um grupo não pode persistir sem uma medida substancial de controle social.” (Ibidem,p.430) Merton conclui que este mecanismo seria “*algum grau funcional ótimo de visibilidade*” que “ não coincide com a completa visibilidade.” (Ibidem,p.432) Algum grau que permitisse à autoridade estar tanto informado sobre as modificações nos comportamentos e nas composições dos grupos de referencia e desempenho de papéis, quanto respeitar uma intimidade que garanta a ação particular, cujas consequências resultam na reprodução da estrutura de poder: a autoridade tanto reproduz quanto transforma a estrutura social. Admite assim que para a autoridade atingir seu objetivo de equilibrar as forças em conflito é

necessário que existam algumas informações de “conhecimento comum” e outras nem tanto.

Para obter-se um conceito que dê conta de como um ator ou grupo consegue exercer uma força capaz de retroalimentar um sistema, modulando as informações disponíveis a todos e reservando algumas, é necessário conceber-se uma força que possa desejar determinadas consequências mas não reconhecê-las: entendendo-se função latente como consequências não reconhecidas mas que podem ser desejadas por um ator específico e alheia aos outros, tem-se esse conceito necessário para compreender a **retroalimentação do sistema**. Nele é possível avaliar a dimensão onde ocorre a disputa e manutenção do poder, e como esta autoridade garante a continuidade do sistema dinâmico.

4.4) Paradigma da análise funcional dos grupos sociais em conflito

Na medida em que a *teoria dos grupos de referencia* completa o *paradigma de análise funcional* pelo menos em relação à compreensão de que é na interação em que a autoridade se constrói, regulando informações e legitimando os valores que garantem a integralidade, tem-se um modelo de governança (retroalimentação) considerado pré-requisito funcional. O grande detalhe é que chega-se a um funcionalismo capaz de explicar a sociedade pela prática criativa dos seus atores: ela não é um espelho de uma “natureza humana” ou da vontade média dos indivíduos, mas uma cadeia causal provocada por eles, e garantida por grupos capazes de reequilibrar as situações de **conflito** e minimizar as **contradições** que inviabilizam as *filiações múltiplas*.

É importante frisar também, dentro deste modelo, a importância de uma noção de função enquanto *relação entre conseqüências previstas e não antecipadas da ação social propositada e a manutenção dinâmica dos sistemas de grupos sociais em conflito*, e isso mostrou-se possível com uma reinterpretação do conceito de função latente e recorrendo-se aos trabalhos sobre grupo de referência e desempenho, o que caracterizaria uma *análise funcional dos grupos em conflito*.

As considerações finais e uma última revisão da comparação de Giddens fecharão a dissertação no próximo capítulo. Nele serão retomados estes conceitos para uma finalização da sugestão de reformulação na comparação feita por Giddens, além de algumas palavras sobre o porquê da escolha do autor inglês, e de que modo gostar-se-ia que fosse entendida esta investigação.

5. Conclusão

Antes de apresentar as conclusões, é conveniente explicar o propósito de não apresentar até este ponto o quadro onde Giddens aponta a comparação na íntegra, descrevendo resumidamente o significado dos conceitos que em conjunto compõe a *teoria da estruturação* e igualmente como entende os correlatos conceitos do *paradigma de análise funcional* de Merton. Os comparativos expostos ao final do terceiro e do quarto capítulo, apesar de serem fiéis à apresentação geral do autor inglês, foram apenas orientações para a compreensão das respectivas reflexões presentes em cada parte desta investigação. Pode-se observar que em uma certa medida, sempre indicou-se nelas as noções que estariam faltando no sociólogo norte-americano, pois uma simetria perfeita é difícil até mesmo entre dois livros de um mesmo autor. Por este motivo, não tentou-se finalizar a correspondência conceitual nos capítulos compostos destinados a esclarecimentos conceituais, mas em um momento final, para sugerir que este trabalho foi apenas uma reflexão acerca de uma hipótese.

Como foi dito algumas vezes na presente dissertação, a intenção aqui não é condenar a comparação feita por Giddens. Muito pelo contrário. Fez-se questão de demonstrar que a sua interpretação do conceito de *função latente* está acompanhada por vários outros colegas de suma relevância na sociologia, sobretudo por Parsons, a maior referência teórica presente em todo o funcionalismo norte-americano. Igualmente, não teve-se a pretensão de lançar uma leitura inédita sobre a obra de Robert K. Merton, dado que outros autores concordam com a significação deste conceito desenvolvida no capítulo anterior. Essas espécies de controvérsias dão-se sobre trabalhos que não possuem entendimento evidente, aqueles que atingem uma amplitude de compreensão da realidade

que ultrapassa as certezas, pois esta realidade é tão cheia de alternativas que não pode ser explicitada por um conceito demasiado unívoco.

No sentido momentaneamente empregado, basta salientar que *função latente* fica de acordo com os *requisitos funcionais* da *integração sistêmica* de *grupos em conflito* compostos por atores em *múltipla filiação*. Suas respectivas *manifestações* repletas de *contradições*, resultantes da necessidade de continuarem em competição, precisam estar regradas por *normas* e compartilhando *recursos gerativos*. Considerando que estes atores estão, acima de tudo, em busca de poder (capacidade de controlar as partes do processo cujas conseqüências implicam diretamente na possibilidade de atingir ou não objetivos), a instituição de uma estrutura de autoridade para a coordenação do processo acaba como uma ampliação da estruturação da ação propositada. Todavia, as páginas que precedem este capítulo expõem bem mais que isso.

Como foi colocado nas primeiras destas mais de cento e cinquenta páginas, a grande meta deste empreendimento foi apreender como as noções destrinchadas por Merton conseguiram uma ressonância no debate atual. Como elas continuam vivas, mesmo que com outros nomes, de modo declarado e “cumulativo”, seguindo um postulado deste mesmo autor. O recurso à Giddens cabe exatamente neste escopo, sobretudo quanto se optou em usar como fonte primordial um artigo exatamente sobre este paralelismo, publicado ainda na gênese da *teoria da estruturação*. *Funcionalismo: après la lutte* registra um momento em que seu autor ainda discorria sobre inspirações epistemológicas, apresentando mais questões que respostas, mais preocupado em apresentar um caminho a ser seguido do que a apresentação de uma abordagem acabada, algo só apresentado em

1984, com *A constituição da sociedade*. Neste livro sim poder-se-ia pensar em uma reflexão definitiva sobre esta continuidade interpretativa.

Como já foi citado algumas vezes, mesmo neste segundo trabalho teórico, ele insiste em afirmar que está recodificando o funcionalismo, sobretudo o de Merton. As dificuldades em colocar os “conceitos de Merton no lugar” permanece, algo também já antecipado em *As novas regras do método sociológico*, quando simplesmente negou-se a debater com o conceito de função em Merton: caso o fizesse, sabia das dificuldades em abandoná-lo. Assume-se no presente trabalho uma dificuldade parecida, ou, pelo menos, a consciência de ser apenas uma leitura entre outras possíveis; o que não significa uma atitude descompromissada com as comparações esboçadas. Apenas deseja-se reconhecer o quão contraditório seria considerar as correções postas ao final deste capítulo conclusivo como unicidade de significado, pois não daria conta da amplitude das possibilidades. Merton queria mais conceitos maleáveis capazes de acompanhar a dinâmica de seu objeto de estudo do que apresentações teóricas fechadas nas quais os fatos poderiam ser encaixados, e isto deve ter ficado claro, sobretudo no capítulo dois.

Colocar as idéias em ordem consiste apenas em esforçar-se para que “serendipidade”, tão refletida por ele, não se perca no irracionalismo ou no empirismo descritivo. Poucos “conceitos” do autor refletem tanto o caminho pelo qual esta pesquisa passou. Um debate pouco abordado no Brasil atualmente, com tantas variações em seu tempo, permitiu uma descoberta contínua de opiniões diferentes, que felizmente acabavam confluindo para *redescobertas*. Mesmo cada texto de Merton lido renovava a hipótese inicial de buscar a *relação entre conseqüências previstas e não antecipadas da ação social propositada e a manutenção dinâmica dos sistemas de grupos sociais em conflito*. Por isso,

além da importância conceitual da comparação, esta hipótese e a “baliza” oferecida por Giddens acabaram por ser uma forma de orientar a leitura cumulativa deste clássico do século XX.

Facilitou a compreensão da importância do conhecimento cumulativo para uma ciência. Não entendê-lo apenas como um arquivo em contínuo crescimento capaz de comprovar esta ou aquela teoria. No entendimento de Merton, pode ser visto como modo de evitar que o debate, diante das novidades necessárias, não acabe como uma sequência sem sentido de *insights* espetaculares. Um sentido mais adequado para esta cumulatividade seria tanto uma quantidade cada vez maior de idéias a serem comparadas quanto um “diálogo entre mortos e vivos”, pelo menos um encontro no tempo, quando não é mais possível no espaço.

A “serendipidade”, enquanto “experiência bastante comum da observação de um dado *imprevisto, anômalo e estratégico*” (MERTON,1970,p.173), representa, principalmente, o substrato social dos conceitos, os fenômenos que inspiraram os autores clássicos a desenvolvê-lo e os posteriores a discuti-lo. Então, qual foi o substrato social da busca pela *relação entre conseqüências previstas e não antecipadas da ação social propositada e a manutenção dinâmica dos sistemas de grupos sociais em conflito*? Pensar e não dizer fazia parte das condições do sistema onde ele viveu? Ver um conflito e se manifestar sem esclarecer completamente as motivações punha-se como uma necessidade no contexto intelectual de Merton? Esperar pelas conseqüências de suas idéias no acirrado debate entre funcionalistas e interacionistas trouxe as melhores respostas? Não se pode esquecer da condição de imigrante ocultada pela mudança de nome, nem a disposição em estudar as mais variadas abordagens sem romper completamente com nenhuma. Pois bem,

esta questão das motivações e das motivações pessoais também está fora do escopo deste trabalho, porém não há mal nenhum em passar por estas questões. Sobre a última delas, esta dissertação inteira descreve parte do processo.

Ainda sobre estas “consequências” polêmicas desta obra, outros autores reconhecem de modo até mais abrangente esta *amplitudes de variações possíveis* de abordagem. Alguns sob um ponto de vista mais crítico, como os casos de Pitrin Sorokin e Stephen Turner, sendo este último usado como âncora no segundo capítulo. Outros, como se algo estivesse oculto ou latente, exemplificados por Arthur Stinchcombe e Charles Crothers, que lançaram mão inclusive da teoria dos grupos de referência e talvez por isso chegaram a algo semelhante às conclusões aqui expressas, e só não foram tratados adequadamente porque abriram mão de trabalhar com o conceito de função, optando por reconstruir uma “teoria manifesta”, explorando o uso do conceito de função, por um lado, e uma “teoria latente”, preocupada com a relação entre “estrutura cultural” e “estrutura social”, por outro (CORTHERS,1994,pp.73-107). Apesar de compartilhar um ponto de vista estruturalista, como os dois anteriores, Raymond Boudon, usado como critério de classificação a relação entre *Determinismos Sociais e Liberdade Social*, coloca esta variedade de abordagens possíveis em um parâmetro mais amplo, posicionando Merton em pelo menos três tipos de teoria diante das varias tendências na sociologia atual.

O primeiro tipo em que alguns escritos podem ser classificados é o *Paradigma interacionista Tocquevilliano*, aqueles cuja compreensão da relação entre condições sociais e ator racional se dá “em detectar as conseqüências não previstas das ações humanas, isto é, decifrar o que chamamos de *efeitos de composição das ações individuais*.” (BOUDON,1979,p.203). Ele entende por efeitos de composição o arranjo temporário de

atores de forma não declara, ou até mesmo inesperado pelos próprios atores, o que parece totalmente coerente com a ambivalência do termo “não antecipadas” ou do conceito de “função latente”. Não esconde sua predileção pela significação “consequências não desejadas”, mas admite com veemência muito maior as várias possibilidades, mais até que Giddens. Trata-se de uma leitura liberal sobre Merton, pois pensa em arranjos completamente livres, antes e depois da “composição” dos atores.

Mais adiante afirma que também pode ser entendido como *paradigma de contrato*, de tipo parsoniano, dotado das “seguintes características: 1) as ações individuais estudadas são concebidas como manifestando-se num contexto de contrato; 2) essas ações obedecem, como no caso precedente, ao princípio da busca do interesse individual; 3) a estruturação das preferências, por sua vez, pode ser considerada como dada, ou, ao contrário, como a ser explicada”. No caso de Merton, a variedade de papéis apropriados pelos indivíduos, a complexidade destes papéis e sua multiplicidade “são os três ingredientes fundamentais que dão lugar ao aparecimento de efeitos de composição inesperados nas estruturas de interação caracterizadas por um contexto de contrato. Esses efeitos de composição inesperados são considerados por Merton, com razão, como dando origem, muitas vezes, a conflitos sociais e, de um modo mais geral, à mudança social. Sua análise é, pois, um objetivo fundamental para a sociologia” (idem,p.210-211). Levando-se em conta o que foi visto sobre a conexão entre conflito, integração e mudança social, faz todo sentido classificá-lo neste tipo especial de paradigma de contrato.

Por fim, Merton é classificado também em um tipo especial de *paradigma weberiano*, no qual “introduz a hipótese de que certos elementos das ações (estruturação dos sistemas de preferência, escolha dos meios, etc.) devam ser analisados com o auxílio de

elementos anteriores às ações”. Neste caso, a percepção instantânea do sistema de interação, capaz de responder aos efeitos de composição, não é levada em conta, pois a explicação dos fenômenos restringe-se a encadeamentos causais baseados em pressupostos dos atores, derivando na manutenção do “sistema”: trata-se do papel dos preconceitos raciais, por exemplo. Considerando que as ações são orientadas por pré-noções de conhecimento de todos, talvez seja mais adequado pensar em análise de funções manifestas, que não foram a prioridade de Merton, mas estão presentes em *A profecia que se cumpre por si mesma*, por exemplo.

Não é difícil relacionar o primeiro tipo de análise apresentada por Boudon como interpretações das *funções latentes*, a segunda sendo baseada na *teoria dos grupos de referência* e a terceira em análises de *funções manifestas*. Outrossim, apesar de reconhecer estas diversas formas com que Merton abordou a realidade social, Boudon não tentou reuni-las em uma abordagem só. O resultado acaba sendo o inverso do que aconteceu com Giddens: ao invés de escolher uma opção, Boudon tratou das três separadamente. Como tentou-se fundir as três, considerando a segunda forma de explicação como fonte dos processos descritos na primeira e na terceira, optou-se por usar como orientação o sociólogo inglês. Pelo menos ele esboçou uma teoria geral, e tentou incorporar a uma possível teoria de Merton de mesma amplitude. Isso não é necessariamente uma crítica à Boudon, apenas é um esclarecimento de porque ele não seria tão útil quanto Giddens para se organizar o trabalho de Merton como um todo.

Esclarecidos de outro modo os motivos da escolha de Giddens, pode-se agora partir para sua tabela comparativa apresentada em *Funcionalismo: après La lutte*. As únicas discordâncias em relação à tentativa do sociólogo inglês, como pode-se observar, são em

relação ao papel das *funções latentes* e das *consequências não antecipadas da ação social*. No mais, tratam-se apenas de inclusão de conceitos incluídos na comparação. Preferiu-se colocar duas tabelas em separado: uma idêntica à apresentada no referido texto; e outra renovando este paralelismo, incluindo os conceitos encontrados nos primeiros trabalhos de Merton (da fase pré-funcionalista), e nos trabalhos sobre *grupo de referência*. A recodificação sugerida por ele expressa-se no seguinte quadro:

Teoria (estrutural) funcionalista	Teoria da estruturação
A – Sistema: interdependência de ação, concebida como encadeamentos causais homeostáticos	A – Sistema: interdependência de ação, concebida como (i) encadeamentos causais homeostáticos; (ii) auto-regulação viabilizada pela retroalimentação; (iii) auto-regulação reflexiva
B – Estrutura: padrão estável de ação	B – Estrutura: regras e recursos gerativos
C – Função/Disfunção. Função: contribuição de “parte” do sistema no sentido da integração do sistema; Disfunção: contribuição de “parte” do sistema no sentido da desintegração do sistema.	C – Estruturação: geração de sistemas de interação mediante “dualidade da estrutura”
D – Funções Manifestas/Latentes. Função Manifesta: contribuição intencional (premeditada) da ação para integração do sistema; Função Latente: contribuição não-intencional (não-premeditada) da ação para a integração do sistema.	D – Produção e reprodução da sociedade: realização da interação sob condições delimitadas da racionalização da ação. *Produção: dimensão em que a ação transforma a estrutura do sistema. *Reprodução: dimensão em que a ação reproduz a estrutura do sistema
	E – Integração social/Integração de Sistemas.
	F – Conflito social/Contradição de sistemas

Agora a comparação resultante da investigação exposta até aqui, resumindo conceitos já adiantados como complementares para um paralelo mais completo:

Teoria (estrutural) funcionalista	Teoria da estruturação
<p>A. Sistema: modo com que os substratos sociais (grupos sociais em interação e conflito), organizados em sistemas de papéis, aranjam-se, sob a coordenação de uma estrutura de autoridade, cujos requisitos funcionais para retroalimentação do sistema consistem em: (i) integralidade, (ii) visibilidade e uma (iii) autoridade capaz de compreender e legitimar o primeiro e regular o segundo em vista de manutenção do sistema.</p>	<p>A. Sistema: interdependência de ação, concebida como:</p> <p>(i) encadeamentos causais homeostáticos; (ii) auto-regulação viabilizada pela retroalimentação; (iii) auto-regulação reflexiva</p>
<p>B. Estrutura: garantia do padrão estável de ação através de objetivos culturalmente definidos, verbalizações e das idéias e normas</p>	<p>B. Estrutura: regras e recursos gerativos</p>
<p>C. Função/Disfunção.</p> <p>C1. Função: contribuição de “parte” do sistema no sentido da integração do sistema;</p> <p>C2. Disfunção: contribuição de “parte” do sistema no sentido da desintegração ou formação de tensões no sistema.</p>	<p>C. Estruturação: geração de sistemas de interação mediante “dualidade da estrutura”</p>
<p>D. Funções Manifestas/Latentes.</p> <p>D1. Função Latente: contribuição não reconhecida para todos (premeditada ou não) da ação para a integração do sistema. Por não ser institucionalizada ou regulamentada, permite uma <i>amplitude de variação possível</i> de estratégias recíprocas, gerando de novos significados. Ex: Conseqüências não antecipadas da ação social, racionalização espaço-temporal da ação.</p> <p>D2. Função Manifesta: contribuição reconhecida para todos (premeditada ou não) da ação para integração do sistema. Por ser institucionalizada e regulamentada, reproduz ou provoca a reprodução da estrutura. Ex: Conseqüências antecipadas e socialmente aceitas, profecia auto-realizadora.</p>	<p>D. Produção e reprodução da sociedade: realização da interação sob condições delimitadas da racionalização da ação.</p> <p>*D1. Produção: dimensão em que a ação transforma a estrutura do sistema.</p> <p>*D2. Reprodução: dimensão em que a ação reproduz a estrutura do sistema</p>
<p>+E1. Filiação à grupo de referência</p> <p>+E2. Múltipla filiação à grupos de referência e desempenho, cuja viabilidade é garantida pela autoridade legitimadora da integralidade, detentora e reguladora da visibilidade</p>	<p>E1. Integração social</p> <p>E2. Integração de Sistemas.</p>
<p>+F1. Oposição e competição entre grupos sociais</p> <p>+F2. Contradições entre normas e valores para atores em múltipla filiação, quando a autoridade não consegue manter a integralidade entre os subgrupos do sistema.</p>	<p>F1. Conflito social</p> <p>F2. Contradição de sistemas</p>

* pontos não especificados na tabela de Giddens, mas desenvolvidos ao longo de seu texto.

+ concepções incluídas no esquema de Giddens.

Há mais duas comparações possíveis mencionadas no capítulo anterior, que não foram colocadas neste quadro geral por merecerem um pouco mais de atenção. São referentes às **disfunções latentes** e **manifestas**. Um detalhe importante sobre o conceito de **disfunção** está em ela tanto consistir em tensão (embate entre duas partes opostas, que ao contrário de se distanciarem, aproximam-se por pretenderem ocupar o mesmo espaço) quanto em seu oposto, a desintegração (inconsistência de conexões lógicas que inviabiliza uma coerência estrutural, deteriorando a integralidade do sistema de grupos). Deste modo, o primeiro pode referir-se à noção de conflito entre grupos em competição, cujas intenções corriqueiramente precisam ser ocultadas por motivos estratégicos, pois ao divulgar estarem almejando as mesmas coisas os aproximaria em termos de intenções. Já o segundo, leva a noção de contradições normativas ou nos elementos discursivos, pronunciados e por isso tornam-se parte da teia de significação do sistema de atores.

Entendendo as funções latentes como *contribuição não reconhecida para todos (premeditada ou não) da ação para a integração do sistema, e que por não ser institucionalizada ou regulamentada, permite uma amplitude de variação possível de estratégias recíprocas, gerando de novos significados*, sua dimensão **disfuncional** pode ser entendida como conflito, conjunto de tensões que promovem a continuidade do sistema, apesar de não reconhecer esta consequência.

Na mesma medida, se funções manifestas são *contribuições reconhecidas para todos (premeditada ou não) da ação para integração do sistema, e por serem institucionalizadas e regulamentadas, reproduz ou provoca a reprodução da estrutura*, a **disfunção manifesta** pode ser considerada uma **contradição** lógica de idéias aceitas por todos, cujo resultado é a ausência de um conjunto de normas e valores coerente para que a

autoridade possa legitimar e através da qual é legitimada, e por isso é incapaz de promover a integração.

Entendidos desta forma, ter-se-ia completada a similaridade com Giddens até mesmo reduzindo o escopo comparativo apenas para o paradigma de análise funcional. Todavia, isto será tido não como uma conclusão preliminar (não definitiva mas embasada no exame dos textos de Merton), mas como hipótese para investigações futuras. Será a última colocação acerca do debate a que se propôs esta dissertação. Em todo caso, vale expor sistematicamente esta nova comparação, como apresenta o quadro abaixo:

Derivações no <i>paradigma de análise funcional</i> para conflito e contradição	Conceitos de Giddens para distinguir Conflito e contradição
Disfunção latente: contribuição não reconhecida para todos (premeditada ou não) da ação para a tensão no sistema. Por não ser institucionalizada ou regulamentada, permite uma <i>amplitude de variação possível</i> de estratégias recíprocas, permitindo a manutenção dinâmica dos grupos em conflito que compõe o sistema social, processo cujo resultado leva á mudança social. Ex. Negociação entre sindicato e empresariado.	Conflito social: ‘desejos’ que os atores trazem para a interação, que conseqüentemente desencadeia “uma luta ativa levada no contexto dos choques de interesses.
Disfunção manifesta: contribuição reconhecida para todos (premeditada ou não) da ação para desintegração do sistema. Por ser institucionalizada e regulamentada, reproduz ou provoca a reprodução das incoerências da estrutura dos sistemas com vários subsistemas. Ex: anomia.	Contradição de sistema: oposição entre princípios estruturais, que são contingentes à oposição de interesses.

Como pôde adiantar as palavras grafadas antes destas últimas derivações conceituais, colocando-as como hipóteses para o futuro, aqui estão finalizadas as redes de relações conceituais à que esta dissertação se propôs. Nem de longe atrever-se-ia que poucas questões restam, mas trata-se de um passo inicial para renovar também o trabalho

de Giddens. Acredita-se não ter passado por uma reflexão contraditória á proposta científica de Merton, tampouco reduzir ou banalizar nenhum dos dois autores.

No escopo em que esta pesquisa foi programada, o mais importante foi compreender o mais minuciosamente possível a proposta de Merton, não a de Giddens – e isto foi enfatizado em várias passagens deste texto. Do autor inglês, realmente, foram apenas apresentados os conceitos, restando as polêmicas ao mais velho.

Para finalizar, deixo um fragmento que muito reflete os esforços deste escrito, cujo tema foi capaz de provocar dúvidas e impulsos de acompanhar os passos e as infundáveis leituras que inspiraram Robert King Merton. Muito fácil seu estilo *shandiano*, quase uma tempestade mental propositadamente capaz de aguçar a atenção para a *serendipidade*, acordar a vontade dos leitores de tentar relações ocultas; espera-se que as feitas aqui sejam no mínimo demonstráveis. Termino os trabalhos com a seguinte frase, bastante esclarecedora sobre esta investigação:

“...o truque mais difícil da arte e artesanato científicos consiste em exercer a disciplina sem deixar por isso de obedecer ao próprio demônio...”(MERTON,1990,p.15)

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

ALEXANDER, Jeffrey. **A importância dos clássicos**. In GIDDENS, A e TURNER, J.. **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

BECK, Ürick. **La sociedad del riesgo**. Barcelona: Ed. Paidos, 1998.

BOUDON, R. . **Efeitos perversos e ordem social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____ . **Wath middle-range theories are**. Contemporary Sociology, vol.20, n.4, julho 1991, pp.519-522.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ed. Ática. 1983, pp.122-155.

BRYANT, C. G. A. e JARY, David. **General introduction**. In: BRYANT, Christopher G. A. e JARY, David org. **Anthony Giddens: critical assessments**. London: Routledge, 2000, pp. 1-18.

CALHOUN, Craig. **Robert K. Merton Remembered**. Social Science Research Council, v.4, n.3, 2003, pp. 12-14.

COHEN, Ira. **Structuration Theory: Anthony Giddens and the Constitution of Social life**. Hardcover: St. Martin's Press, 1989

COLEMAM, J.. Robert Merton as Teacher. In: CLARK, Jon, MODGIL, Celia e MODGIL, Sohan ed. **Robert K. Merton: consensus and controversy**. New York : Falmer Press, 1990, pp. 25-34

CROTHERS, Charles. **Robert K. Merton**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

_____ . **The disfunction of bureucracies: Merton's work in organizational sociology**. In: CLARK, Jon, MODGIL, Celia e MODGIL, Sohan ed. **Robert K. Merton: consensus and controversy**. New York : Falmer Press, 1990, pp. 193-230.

DAHRENDORF, Ralf..**Class and Class Conflict in Industrial Society**. Stanford: Stanford University Press, 1959

DAVIS, Kingsley. **The myth of functional analysis as a special method in sociology and anthropology**. American Sociological Review, v. 24, n. 6, dezembro 1959, pp. 757-772.

DOGAN, Mattei. **Disgregación de las ciencias sociales y recomposición de las especialidades**. Revista internacional de ciências sociais, v.139, março 1994, pp.34-54.

DOMINGUES, José M. 2008. Talcott Parsons: Conflictividade, normatividade y cambio social. Revista Conflicto Social, ano 1, numero 0.

ELSTER, John. **Ulises y las sirenas : estudios sobre racionalidad e irracionalidad** . México D. F.: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

FERNADES, Florestan. **Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista**. São Paulo: Ed. Usp, 1953.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

_____ . **Novas regras do método sociológico** . Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____ . **R. K. Merton on Structural Analysis**. In: _____, Jon, MODGIL, Celia e MODGIL, Sohan ed. **Robert K. Merton: consensus and controversy**. New York : Falmer Press, 1990, pp. 97-110.

_____ . **Funcionalismo: après la lutte**. In: GIDDENS. **Em defesa da sociologia : ensaios, interpretações e réplicas** . São Paulo: Ed. Unesp, 2001, pp. 115-159.

GOULDNER, Alvin . **La crisis de la sociologia occidental** . Buenos Aires : Amoviortu, 1973.

_____ . **Reciprocity and autonomy in functional theory**. In: GROSS, L Z. ed. **Symposium on sociological theory**. Evanston. IL: Row. Peterson. 1959. pp. 241-70.

KINCAID, Harold. **A More Sophisticated Merton**. Philosophy of the Social Science, v. 39, n. 2, junho 2009, pp.266-271.

LADD JR, E.C e LIPSET, S.M. **The Politics of American Sociologist**. In: BOTTOMORE, Tom org. **Varieties of Political Expression in Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1972, pp. 67-104

LAZARSELD, Paul F.. **Memoria de um episodio em La historia de La investigación social**. Revista Española de Investigacion Sociológica, n. 96, outubro-dezembro 2001, pp. 235-296.

MANNHIEM Karl; O problema de uma sociologia do conhecimento. In: BERTELLI, A.R., PALMEIRA, M.G.S. e VELHO, O.G.. **Sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, pp. 15-79.

MEAD, George. H.. **Espíritu, persona e sociedad**. 2 ed. Buenos Aires: Paidós, 1972.

MERTON, R. K. . **A Ambivalência Sociológica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **A hombros de Gigantes**. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1990

_____. **Discussion**. In HAMILTON, Peter. Talcott Parsons: critical assessments. London and New York: Routledge, 1999, pp.97-102

_____. **Durkheim's Division of Labour in Society**. Sociological Forum, v. 9, n. 1, 1994 [1934], pp. 17-25.

_____. **Insiders and outsiders**. The American Journal of Sociology, vol. 78, no. 1, 1972, pp. 9-47

_____. **Recent French Sociology**. Social Forces, v. 12, n. 4., maio 1934, pp. 537-545.

_____. **Review of Mind, Self and Society**. In: **George Herbert Mead: critical assessments**. Routledge, London and New York, 1992 (1934), pp: 15-16.

_____. **Social Time: A Methodological and Functional Analysis**. The American Journal of Sociology, v. 42, n. 5, março 1937, pp. 615-629.

_____. **Sociologia: Teoria e estrutura**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MERTON, R.K. e LENDALL, P. **The Focused Interview**. The American Journal of Sociology, v. 51, n. 6, maio 1946, pp. 541-557.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1974.

_____. **The Prospect of sociological theory,** American Sociological Review, n.15, fevereiro 1950, pp.3-16.

_____. **The social system.** London: Glencoe, 1961.

_____. **The Structure of Social Action.** Illinois, Glencoe, 1949.

PARSONS, T et al. **Toward a General Theory of Action.** Cambridge, Harvard University Press, 1962.

REX, John. 1973. Problemas fundamentais da teoria sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SCHULTZ, Ruth W. **The Improbable Adventures of an American Scholar.** Temple Review, v. 47, n. 1, 1995, pp. 8-14.

SMELSER, Neil. **Teorías Sociológicas.** Revista Internacional de Ciencias Sociales, v. 139, março 1994, pp. 9-24.

SICA, Alan. **The California-Massachusetts Strain in Structuration Theory**. In: BRYANT, Christopher G. A. e JARY, David org. **Anthony Giddens: critical assessments**. London: Routledge, 2000, pp. 288-306.

SOROKIN, Pitrim. **Novas Teorias Sociológicas**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969

STINCHCOMBE, Arthur. **Social structure in the work of Robert Merton**. In: CLARK, Jon, MODGIL, Celia e MODGIL, Sohan ed. **Robert K. Merton: consensus and controversy**. New York : Falmer Press, 1990, pp. 81-96.

SZTOMPKA, P. **Robert K. Merton: the scholar**. In: ALEXANDER, J., BOUDON, R. e CHERKAOUI, M. org.. **The Classical Tradition in Sociology: the American tradition**. London: SAGE Publications LTD, 1997, vol II, pp. 309-334.

_____ . **The Assault Badly Misses the Mark (comment on Stephen Turner)**. *Philosophy of the Social Science*, v. 39, n. 2, junho 2009, pp. 260-265.

_____ . **Trust in Science: Robert K. Merton's Inspirations**. *Journal of Classical Sociology*, v. 7, n. 2, 2007, pp. 211-220

TURNER, Stephen. **Many Approaches, but Few Arrivals: Merton and the Columbia Model of Theory Construction**. *Philosophy of the Social Science*, v. 39, n. 2, junho 2009, pp. 174-211